

SEPLAN
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



Um Estado melhor a cada dia

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

3

Boletim Trimestral

Fevereiro - 2005

GOVERNO DE GOIÁS
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Célio Costa
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Ladvocat

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcos Fernando Arriel

COLABORAÇÃO
Ludimila Lemos de Carvalho

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 1.000 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 03 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2004.
60p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338

SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO

 **GOIÁS**
Um Estado melhor a cada dia



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás

Tel: (62) 201-7878

Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim

e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

Apresentação	2
Economia Goiana em Retrospectiva- 2004	3
Produto Interno Bruto de Goiás - 2002	13
Desenvolvimento Econômico de Goiânia: o debate que não houve nas últimas eleições	20
Fronteiras para o Agronegócio em Goiás - o Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)	28
Americano do Brasil e o Novo Ciclo da Mineração em Goiás.....	34
A Nova Realidade do Nordeste Goiano	37
Desintermediação Financeira no Campo	40
Aplicação da Análise de Correspondência na Avaliação das Condições de Vida da População de Goiás	46
Disparidades do Desenvolvimento Econômico e Social no Estado de Goiás.....	51
O Desempenho da Economia Brasileira em 2004 Repercutiu Sobre as Negociações Salariais	57

Apresentação

Em sua terceira edição, o Boletim Trimestral **Conjuntura Econômica Goiana** continua promovendo o debate de idéias e a análise objetiva de aspectos econômicos e sociais de Goiás, tarefa que a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento vem se empenhando em realizar periodicamente, com o intuito de disponibilizar informações e enriquecer o conhecimento de gestores públicos e de segmentos da sociedade interessados nas questões com estreito vínculo com o desenvolvimento do Estado.

Nesse número, a publicação apresenta a retrospectiva da economia goiana em 2004, enfocada por economistas da Seplan, e ainda, o Produto Interno Bruto - PIB de Goiás de 2002, indicador consolidado somente no final do ano de 2004, cuja análise ficou a cargo dos economistas Dinamar Maria Ferreira Marques e Marcos Fernando Arriel, também da Seplan. A economista Leila Brito, em seu artigo “O Desempenho da Economia Brasileira em 2004 Repercutiu Sobre as Negociações Salariais” analisa a economia em 2004, com enfoque na geração de emprego.

O economista Luiz Alberto Gomes de Oliveira convida a sociedade para o debate sobre o desenvolvimento da Capital do Estado com seu artigo “Desenvolvimento Econômico de Goiânia: o debate que não houve nas últimas eleições”. Com o tema “Fronteiras para o Agronegócio em Goiás” a Ph.D em Economia Rural e pesquisadora da Embrapa, Sônia Milagres, discorre sobre o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação e descreve ações de fomento a projetos de pesquisa que visam reforçar aspectos de qualidade e competitividade das cadeias produtivas.

No artigo “Americano do Brasil e o Novo Ciclo da Mineração em Goiás”, o geólogo Luiz Fernando Magalhães presta importantes informações sobre o projeto de mineração de níquel, cobre e cobalto, trazendo um retrospecto desde sua criação às atuais perspectivas dessa reserva localizada no citado município. Outro tema ligado ao desenvolvimento regional é abordado pela economista e Gerente do Programa Nordeste Novo da Seplan, Regina Beatriz Simon Yazigi em seu artigo “A Nova Realidade do Nordeste Goiano”.

O mestre em desenvolvimento econômico Edson Roberto Vieira aborda questões sobre o crédito rural no artigo “Desintermediação Financeira no Campo” e Marcelo Cardoso da Silva, economista da Seplan, analisa resultados parciais da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE sobre as “Condições de Vida da População de Goiás”, com a utilização de técnicas de Análise Multivariada. Os Índices de Desenvolvimento Econômico e Social: IDE e IDS, calculados pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan, fornecem subsídios para uma análise das “Disparidades do Desenvolvimento Econômico e Social no Estado de Goiás” elaborada pelo matemático Eudenísio Batista da Silva, em parceria com Marcelo Cardoso da Silva.

Com a finalização de mais uma edição, cabe-nos, mais uma vez, destacar o reconhecimento de que o trabalho só foi possível com a importante contribuição de cada um dos colaboradores. A todos expressamos agradecimentos especiais e renovamos o convite para continuarem prestigiando o Boletim Conjuntura Econômica Goiana, no seu objetivo de difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás.

José Carlos Siqueira

Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



Economia Goiana em Retrospectiva - 2004

Indicadores conjunturais constataram recuperação da economia brasileira no ano de 2004. A Pesquisa Mensal Industrial de Produção Física (PIM-PF) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), levantadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - mostraram melhoria no desempenho das atividades industrial e do comércio varejista em todos os estados pesquisados. Vale ressaltar que o bom resultado nestas atividades é decorrente, também, do fraco desempenho apurado em 2003. Dados positivos também foram observados no comércio exterior, quando foi registrado recorde nas exportações, e no mercado formal de trabalho, quando foi constatado um elevado número de novos postos de trabalho. Aliado a esses resultados favoráveis, a inflação permaneceu sob relativo controle, fechando o ano um pouco acima da meta de inflação, mas dentro da margem de tolerância acordada com o FMI.

Neste cenário, a economia de Goiás em 2004 acompanhou o comportamento nacional. Segundo indicadores mensais do IBGE, a indústria assinalou um aumento na produção física devido ao bom desempenho de setores ligados à agroindústria. Em termos de volume de vendas no comércio varejista, setor sensível à renda do trabalhador, apurou-se resultados positivos. As exportações e o emprego formal também apresentaram desempenho favorável, ambos registraram resultados recordes se comparado com anos anteriores. A inflação permaneceu sob relativo controle, seguindo comportamento semelhante ao registrado nacionalmente. Dentre os indicadores analisados para o estado, somente a agricultura não apresentou resultados satisfatórios.

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel

Equipe de Conjuntura - Seplan *

Indústria

A indústria brasileira, após resultado de apenas 0,1% na produção em 2003, registrou um resultado amplamente positivo, com crescimento de 8,3% em 2004, sustentado pelas quatorze áreas investigadas pela PIM-PF/IBGE. O comportamento da produção industrial mostrou sinais de recuperação, o que evidencia uma mudança de patamar no ano. Além do desempenho das exportações e da agroindústria, a expansão se baseou no aumento do consumo interno, decorrente do aumento da massa salarial, principalmente no segundo semestre e da ampliação do crédito interno que estimulou a venda de bens de consumo duráveis.

A recuperação da atividade industrial brasileira também se manifestou na maioria dos estados pesquisados pelo IBGE (tabela 1), embora com taxas bastante diferenciada. Das quatorze áreas investigadas, dez registraram crescimento acima da média nacional. Os estados que se destacaram com as maiores taxas de crescimento, no ano de 2004, foram Amazonas (13,0%), Ceará (11,9%) e São Paulo (11,8%), responsáveis pela produção de televisores, telefones celulares, alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, material eletrônico e automóveis. A indústria goiana é contemplada na pesquisa por seis setores de atividades (tabela 2) e obteve crescimento de 8,4% no mesmo período.

Segundo pesquisa do IBGE, a produção industrial do Estado de Goiás, no acumulado de janeiro a dezembro de 2004, apresentou aumento de 8,4%, superando o ano de 2003 quando registrou 4,6%. Todas atividades pesquisadas tiveram desempenho positivo, exceto metalurgia básica que apresentou recuo na produção, principalmente de ferromniquel e ouro em barras. Os melhores índices couberam aos subsectores de alimentos e bebidas (8,3%), puxados por farinhas e pallets de soja, tortas e bagaços de soja, e de produtos químicos (12,7%), com destaque para medicamentos à base de compostos das funções carboxiamida e sabões para uso doméstico.



Tabela 1
Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Regional

Locais	Variação (%)			
	2003		2004	
	dezembro	no ano	dezembro	no ano
Amazonas	6,3	3,8	14,9	13,0
Pará	9,6	6,7	9,1	10,5
Região Nordeste	-3,3	-1,7	9,2	7,7
Ceará	-5,6	-1,3	18,6	11,9
Pernambuco	2,4	1,0	-0,4	4,8
Bahia	-6,2	-0,7	11,5	10,1
Minas Gerais	7,5	1,4	2,2	6,0
Espírito Santo	0,3	6,4	9,7	5,1
Rio de Janeiro	-1,7	-1,0	4,5	2,4
São Paulo	6,0	-0,8	11,9	11,8
Paraná	5,1	5,7	14,8	10,1
Santa Catarina	-3,3	-5,5	15,1	11,4
Rio Grande do Sul	4,0	-0,3	2,4	6,4
Goiás	-4,5	4,6	23,0	8,4
Brasil	4,8	0,1	8,3	8,3

Elaboração: Seplan / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

FONTE: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

Tabela 2
Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física

Segmentos	Variação (%)			
	2003		2004	
	dezembro	no ano	dezembro	no ano
Indústria extrativa	-29,5	17,2	35,8	9,7
Indústria de transformação	-1,2	3,5	21,8	8,3
Alimentos e bebidas	4,5	5,7	20,8	8,3
Produtos químicos	-21,0	0,6	47,2	12,7
Minerais não metálicos	-24,1	-11,2	21,0	9,4
Metalurgia básica	4,1	2,9	2,1	-0,2
Indústria geral	-4,5	4,6	23,0	8,4

Elaboração: Seplan / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

FONTE: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

A indústria goiana em 2004 registrou taxas acima da média nacional nos meses de maio, julho, setembro, novembro e dezembro com taxas de 13,4%, 10,9%, 12,5%, 15,7% e 23,0%, respectivamente.

No mês de maio, segundo a pesquisa, o bom desempenho deveu-se à indústria de alimentos e bebidas (15,7%), que tiveram como destaque a produção de leite esterilizado e molhos de tomates, além dos produtos químicos (48,6%), devido ao aumento da fabricação de adubos de origem animal.

O mês de julho registrou expansão de 10,9%, resultado fortemente influenciado pelo desempenho na indústria extrativa mineral (183,4%), explicado principalmente pela retomada na produção de amianto, que amargou queda nos cinco primeiros meses de 2004, e novamente alimentos e bebidas, sobretudo pela produção de tortas e farinhas da extração do óleo de soja.

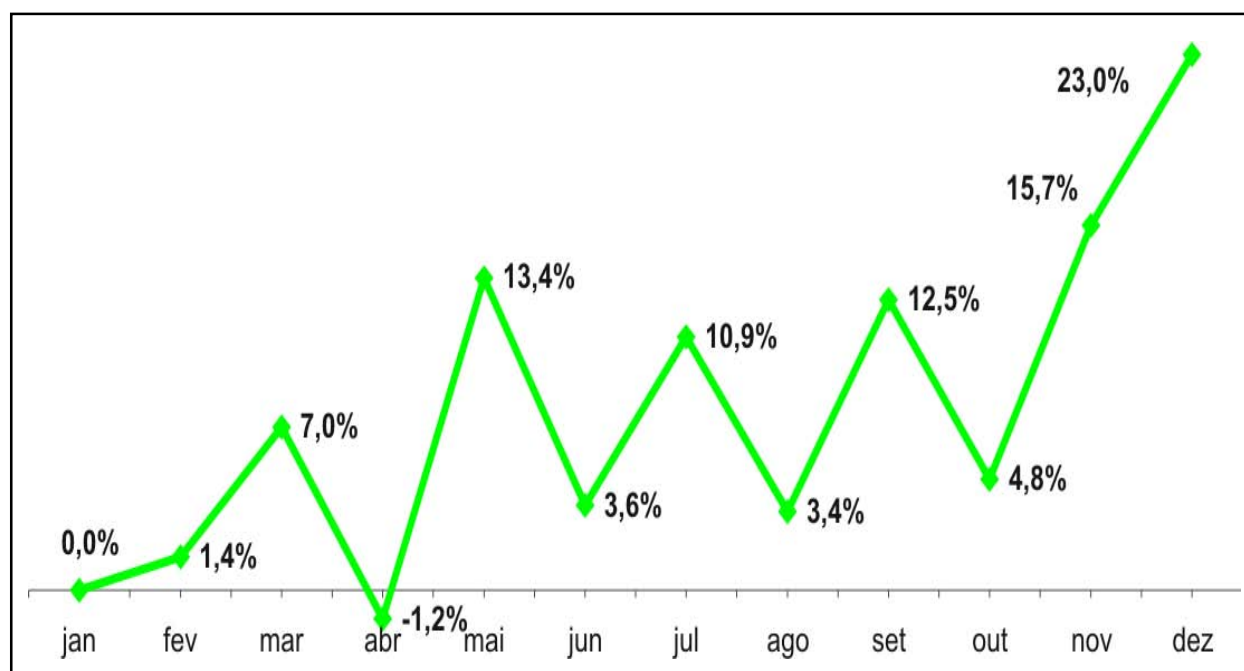
No mês de setembro todas as atividades pesquisadas apresentaram resultados positivos, contribuindo para o aumento de 12,5% na in-

dústria goiana, sendo o segmento de alimentos e bebidas (12,8%) o mais expressivo, puxado por farinhas e pallets de soja e leite esterilizado, e produtos químicos (16,7%), com aumento na produção de medicamentos.

Em novembro (15,7%) segundo maior índice registrado em 2004, o bom desempenho foi decorrente de alimentos e bebidas (11,5%), produtos químicos (34,1%) e indústria extrativa (29,8%).

E finalmente no mês de dezembro de 2004, pelo oitavo mês consecutivo, a indústria goiana apresentou resultados favoráveis no confronto com igual mês do ano de 2003. Para a formação da taxa de 23,0%, superior à do mês de novembro (15,7%), contribuíram para a expansão os ramos de alimentos e bebidas, produtos químicos e indústria extrativa que apresentaram, respectivamente, aumento na produção, principalmente, dos itens: óleo de soja, medicamentos e amianto em fibras.

Gráfico 1
Estado de Goiás: Produção Industrial Mensal - 2004
(Base: igual período do ano anterior)



Elaboração: Seplan / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004
FONTE: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

No ano de 2004, a indústria goiana apresentou um resultado amplamente positivo em todos os meses, exceto abril, quando o índice teve decréscimo de 1,2%, influenciado por produtos químicos, alimentos e bebidas e minerais não metálicos. E a partir de junho de 2004 iniciou-se a recuperação da indústria extrativa mineral, que até maio de 2004 havia apresentado recuo na produção de amianto em fibras.

Comércio Varejista

Considerando os dados divulgados pelo IBGE, em termos de volume de vendas, hou-

ve um crescimento acumulado para o País, de 9,3%. Para o estado de Goiás, observa-se um desempenho inferior à média nacional, haja vista que para o ano de 2004 o crescimento do volume de vendas chegou a 5,5%.

Em termos de receita nominal de vendas, o País apresentou um crescimento de 13,0%, sendo que neste caso, o estado de Goiás apresentou também um desempenho inferior à média nacional, pois o crescimento acumulado no ano foi de 10,7%.



Tabela 3
Variação de volume de vendas no comércio varejista - 2004

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	dezembro	no ano	dezembro	no ano
Combustíveis e Lubrificantes	3,4	4,7	-12,3	-4,8
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	12,4	7,2	3,5	5,5
- Hipermercados e Supermercados	12,6	7,5	6,7	4,7
Tecidos, vestuários e calçados	4,9	4,7	14,0	1,8
Móveis e eletrodomésticos	23,5	26,4	14,0	17,0
Veículos, motores, partes e peças	18,7	17,8	23,6	21,8
Comércio varejista geral	11,4	9,3	6,5	5,5

Elaboração: Seplan / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Tabela 4
Variação de receita nominal de vendas no comércio varejista - 2004

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	dezembro	no ano	dezembro	no ano
Combustíveis e Lubrificantes	22,2	3,8	8,0	-4,8
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	15,6	10,7	8,9	11,7
- Hipermercados e Supermercados	15,9	11,0	12,3	10,8
Tecidos, vestuários e calçados	15,2	14,2	28,1	14,7
Móveis e eletrodomésticos	30,0	29,4	20,5	20,9
Veículos, motores, partes e peças	38,6	30,6	48,2	37,6
Comércio varejista geral	18,8	13,0	16,0	10,7

Elaboração: Seplan / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Uma análise dos principais segmentos que compõem o comércio varejista permite indicar quais setores influenciaram o resultado apresentado pelo estado de Goiás.

Entre esses segmentos está o de Combustíveis e Lubrificantes, que devido aos reajustes de preço acima da média geral de inflação, sofreram um impacto altamente negativo, havendo uma queda acumulada no volume de vendas de 4,8% no ano. Tal fato ocasionou uma redução na receita nominal de 4,8%.

Já no segmento Hipermercados e Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo, o Estado de Goiás apresentou um desempenho positivo com crescimento de 5,5% no volume e 11,7% na receita nominal de vendas. O subsetor de Hipermercados e Supermercados deteve um crescimento no volume de vendas de 4,7% e da receita nominal de 10,8%. Segundo representantes do setor, este desempenho ainda não pode ser considerado satisfatório, o mesmo ainda está se recuperando de um desempenho fraco em anos anteriores.



O segmento Tecidos, Vestuário e Calçados apresentou um pequeno aumento no volume de vendas de 1,8%, porém, com um forte aumento na receita nominal, que cresceu no ano a uma taxa de 14,7%. Tal fato é decorrente do incremento nos preços dos produtos relativos ao grupo vestuário que, segundo dados calculados para o IPC em Goiânia, apresentaram um reajuste de 12,7%.

O segmento Móveis e Eletrodomésticos apresentou crescimento de 17,0% em relação ao volume e 20,9% em relação à receita nominal, desempenho acima da média do estado. Este resultado foi possível graças à melhoria nas condições de crédito, principalmente para as classes de remunerações mais baixas, oferecidas pelas grandes redes de comércio varejista e pela ampliação da massa salarial. Outro fator que contribuiu para este aumento foi a demanda reprimida dos anos anteriores.

Melhores condições de crédito e aumento da renda, para algumas categorias, foram altamente benéficos para o segmento Veículos, Motos, Partes e Peças, o de melhor resultado no estado de Goiás, que apresentou crescimento de 21,8% no volume de vendas, com incremento de 37,6% na receita nominal.

Tanto no volume geral de vendas quanto na receita nominal, considerando os principais segmentos, observa-se que Goiás, apesar de um crescimento considerável, apresenta um resultado inferior à média nacional. A explicação de tal fato pode estar ligada ao nível de renda da população goiana, informação alvo de recente pesquisa do IBGE mas ainda não disponibilizada para devida análise. Deve-se considerar também que o crescimento econômico ainda não propor-

cionou impulso consistente ao consumo interno, sendo que este setor ainda recompõe-se das perdas decorrentes do fraco desempenho da economia nacional em anos anteriores. Um fato que pode influenciar negativamente no consumo em Goiás é a queda do preço de produtos agrícolas que impactam negativamente na renda em diversas localidades do estado. Além do mais, estados mais industrializados e com uma estrutura econômica mais diversificada apresentaram um resultado mais consistente no crescimento do consumo.

Comércio Exterior

A balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 33,696 bilhões em 2004, resultado das exportações de US\$ 96,475 bilhões e importações de US\$ 62,779 bilhões. O crescimento das exportações neste ano foi de 32,0% e, das importações, de 30,0%, na comparação com 2003. Nos últimos dois anos, o Brasil tem apresentado uma curva ascendente nas exportações e, a partir do segundo semestre de 2004, as importações também começaram a crescer em função da recuperação da economia. A expansão da economia mundial também refletiu positivamente no Brasil e resultou numa maior procura por bens e no aumento dos preços internacionais das commodities.

O Estado de Goiás em 2004 atingiu novo recorde na balança comercial com saldo de US\$ 787 milhões, 8,5% a mais do que o obtido em 2003. O mês de setembro registrou o melhor desempenho, com o saldo de US\$ 108 milhões. Em novembro houve a maior baixa do ano, com um superávit de apenas US\$ 9 milhões. E a corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 2,037 bilhões.

Tabela 5
Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2003 - 04.

(US\$ 1.000 FOB)

Ano	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2003	1.102.202	376.769	725.433	1.478.972	73.084.140	48.290.217	24.793.923	121.374.357
2004	1.411.773	624.876	786.897	2.036.649	96.475.220	62.781.796	33.693.424	159.257.016

Fonte: MDIC

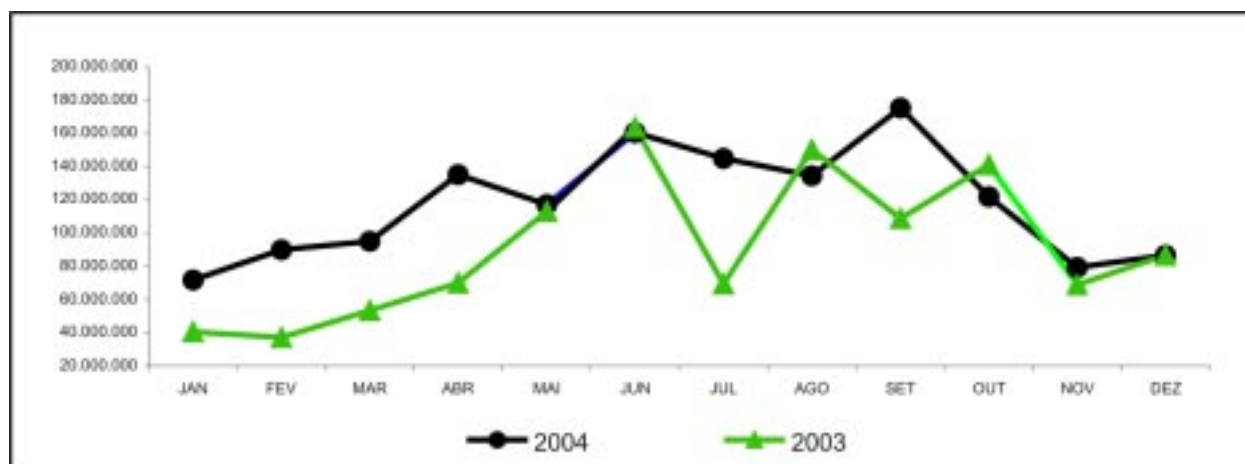


As exportações goianas alcançaram US\$ 1,411 bilhão, aumento de 28,1% em comparação a 2003. Os produtos básicos e manufaturados tiveram uma alta de 13,1% e 72,0%, respectivamente. Os principais itens na pauta de exportação em Goiás no ano de 2004 foram o complexo de soja (grãos, óleo, bagaços e resíduos), responsável por 55,7% do total, e em seguida o complexo carne (bovina, suína e fran-

go) com 20,4%. Ouro, ferronióbio, complexo couro, amianto, complexo algodão, complexo milho, açúcares de cana e ferroníquel foram outros produtos mais vendidos no exterior. O maior volume das exportações goianas é destinado a Holanda (37,9%), Estados Unidos (10,1%), Alemanha (5,4%), Itália (5,3%), China (4,2%), que juntos representam 62,2% das exportações.

Gráfico 2
Estado de Goiás: Exportação mensal - 2003 - 04

US\$ milhões FOB



Fonte: MDIC

O aumento nas exportações é resultado da consolidação de negócios com parceiros tradicionais e do ingresso de novos países nas relações comerciais. Esse avanço é fruto de políticas nas áreas fiscal, tributária e logística, desenvolvidas pelo governo estadual em parceria com os empresários. Esse acréscimo nas exportações deve-se, em grande parte, ao número de países com os quais Goiás passou a comercializar, sendo que 69 países compravam produtos goianos em 1998 e 138 em 2004, com perspectiva de aumentar ainda mais. Nos últimos dois anos o crescimento foi de 53,3%.

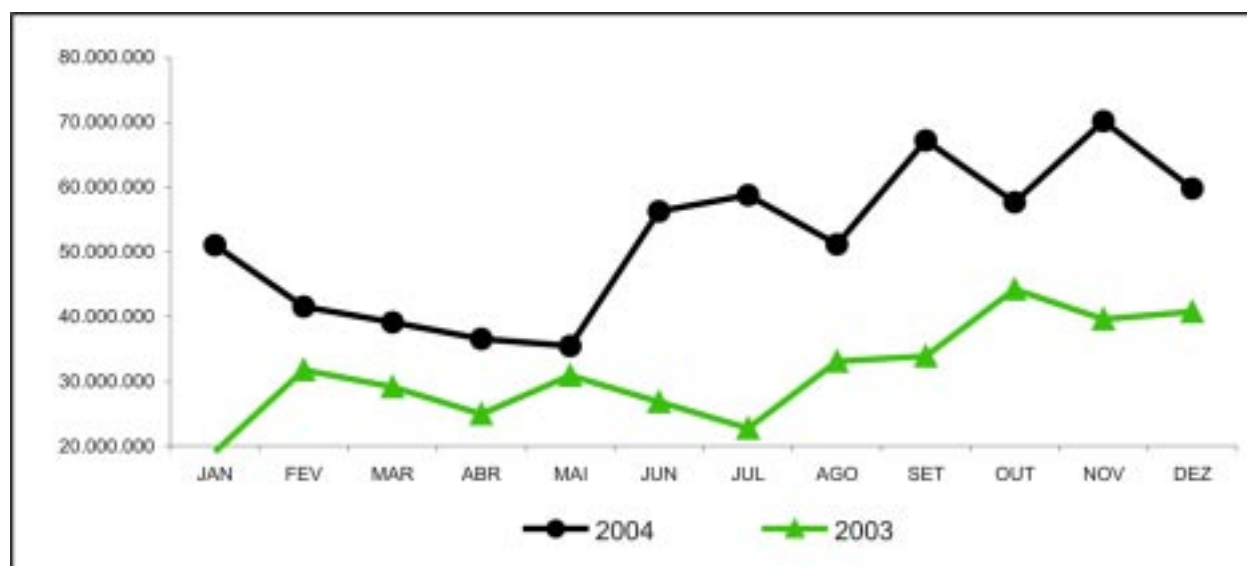
As importações, que foram de US\$ 624,875 milhões em 2004, apresentaram acréscimo de

65,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado também é positivo, pois as empresas importaram máquinas e equipamentos para a modernização do parque industrial. E as compras de autopeças e motores contribuem para montagem de automóveis e máquinas agrícolas no estado; os tratores, adubos e fertilizantes comprados terão reflexo na produção agrícola e os insumos farmacêuticos tornar-se-ão medicamentos.

Com o resultado da balança comercial em 2004 Goiás ampliou a participação das exportações brasileiras para 1,5%, contra 0,6% em 1998. No ranking dos estados exportadores o estado passou de 14º para o 11º lugar nesse período.

Gráfico 3
Estado de Goiás: Importação mensal - 2003 - 04

US\$ milhões FOB



Fonte: MDIC

Agricultura

A produção brasileira de grãos, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE, foi de 121,3 milhões de toneladas na safra 2003/04, volume de 4,3% inferior ao registrado no ano de 2002/03, quando foram colhidos 126,8 milhões de toneladas. A queda verificada deve-se principalmente à redução da produção de soja, provocada pela ferrugem asiática e milho, e à rotatividade de cultura.

No Estado de Goiás, segundo o mesmo levantamento, houve também redução na produção de grãos. A safra 2003/04 foi de 11,3 milhões de toneladas, com decréscimo de 1,7% em relação à safra anterior. O resultado negativo foi provocado pela queda na produção de feijão, milho e soja, produtos importantes na agricultura goiana. Os principais produtos que apresentaram expansão foram: algodão herbáceo, cana-de-açúcar, sorgo e trigo (tabela 6).

Tabela 6
Estado de Goiás: Área colhida, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas - 2003-04

Produtos	Área Colhida (ha)		Variação (%)	Produção Obtida (t)		Variação (%)	Produtividade (kg/ha)		Variação (%)
	2003	2004		2003	2004		2003	2004	
Algodão herbáceo	99.347	141.555	42,5	305.187	473.555	55,2	3.052	3.345	9,6
Arroz	114.894	165.079	43,7	244.131	368.023	50,7	7.971	7.775	-2,5
Cana-de-açúcar	164.861	178.313	8,2	12.907.592	14.080.382	9,1	78.294	78.964	0,9
Feijão	139.852	104.422	-25,3	289.172	209.820	-27,4	2.068	2.009	-2,9
Girassol	22.917	22.907	0,0	30.843	37.690	22,2	1.345	1.645	22,3
Mandioca	17.822	18.234	2,3	269.499	274.346	1,8	14.467	15.046	4,0
Milho	716.047	688.084	-3,9	3.632.636	3.476.111	-4,3	5.073	5.052	-0,4
Soja	2.176.720	2.591.167	19,0	6.319.213	6.091.687	-3,6	2.903	2.351	-19,0
Sorgo	236.495	314.267	32,9	638.387	741.061	16,1	2.699	2.358	-12,6
Tomate	13.193	11.384	-13,7	1.016.188	877.445	-13,7	77.025	77.077	0,1
Trigo	16.610	21.772	31,1	65.647	86.715	32,1	3.952	3.983	0,8

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004.

Fonte: IBGE - Acompanhamento de Safra 2003 / 2004.

(1) Preliminar.



A queda de 27,4% na produção de feijão foi influenciada pelo excesso de chuvas na época da colheita e pela impossibilidade de retirá-lo das lavouras. Alguns municípios grandes produtores do grão, como Cristalina, contabilizaram prejuízos de 40,0% na produção agrícola.

A lavoura de milho, de acordo com a LSPA/IBGE, apresentou redução devido aos processos de rotação de cultura entre milho e soja, resultando na queda da produção do grão em 3,9%. Já a queda verificada na produção de tomate deveu-se à redução na área plantada.

No caso da soja houve expansão na área colhida em 19,0%, mas a produção sofreu decréscimo de 3,6%, devido à contaminação das lavouras pela ferrugem asiática. Alguns fatores foram preponderantes para a disseminação da ferrugem, como as condições climáticas que favoreceram a proliferação do fungo e impediram a aplicação dos produtos, a não identificação da doença por parte dos produtores no momento certo e a insuficiência e má distribuição de fungicida, segundo relato da FAEG.

Dentre os produtos que registraram expansão na safra 2003/04, o algodão herbáceo destacou-se com a maior taxa, 55,2%. Segundo a Secretaria da Agricultura, o crescimento da produção de algodão no Estado deve-se às iniciativas do Programa de Cultivo ao Algodão e ao Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão e outras iniciativas que possibilitaram o aumento da competitividade do algodão goiano no mercado.

Já a cana-de-açúcar, matéria prima do açúcar e álcool, teve um incremento de 9,1% na produção, influenciado pelo aumento das exportações de açúcar e pela elevação na demanda por álcool combustível.

Emprego Formal

O aquecimento da economia brasileira, sobretudo em atividades ligadas à exportação e a produtos de bens duráveis, provocou um aumento no nível de emprego formal no Brasil. Segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2004 foi gerado um

saldo positivo de 1,523 milhão de postos de trabalho formais. Esse número é o maior da série histórica, iniciada em 1992, e duas vezes maior que o recorde anterior, registrado em 2002. A elevada expansão no emprego celetista também foi notada em Goiás. O número de admitidos (346.598) superou aos desligados (309.345) em 37.253 postos de trabalho, resultado bem acima do registrado no ano de 2003, que foi de 20.779.

Tabela 7
Estado de Goiás: saldo - Admitidos/Desligados por setor de atividade - 2003-04

Municípios	2003	2004
Extrativa mineral	370	447
Indústria de transformação	3.071	12.419
Serv. ind. de utilidade pública	78	481
Construção civil	360	1.578
Comércio	7.855	9.180
Serviços	5.593	11.171
Administração pública	307	-43
Agropecuária	3.110	2.020
Outros	35	-
Total	20.779	37.253

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Todos os grandes setores, exceto a administração pública, apresentaram saldos positivos. Dentre os que obtiveram desempenho favorável, destacam-se a indústria de transformação e o setor de serviços.

A indústria de transformação em Goiás, no ano de 2004, criou 12.419 novos postos de trabalho. Isso demonstra um saldo superior, em mais de quatro vezes, ao ocorrido no ano de 2003, quando foram criados 3.071 postos de trabalhos. Entre seus subsetores, o que mais contribuiu para esse quadro de melhoria foi o de alimentos, bebidas e álcool etílico, com 6.645 novos vínculos empregatícios, o que corresponde a 53,5% do total deste setor.

Já o setor de serviços contribuiu com a geração de 11.171 novos empregos em 2004, contra 5.593 registrados no ano de 2003. A atividade de comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos destacou-se com 6.268 novas vagas. Em seguida transporte e comunicação com 1.921, influenciado pelo transporte rodoviário de cargas. Em terceiro lugar o

ramo de serviços médicos, odontológicos e veterinários, com 1.368 empregos.

Mesmo sem muito destaque, o setor do comércio refletiu o aumento da renda gerada em outras atividades na economia goiana e contribuiu com 9.180 novos postos de trabalho em 2004. O comércio varejista representou quase 80,0% destas novas vagas, puxado pelo segmento varejista de material de construção e produtos farmacêuticos.

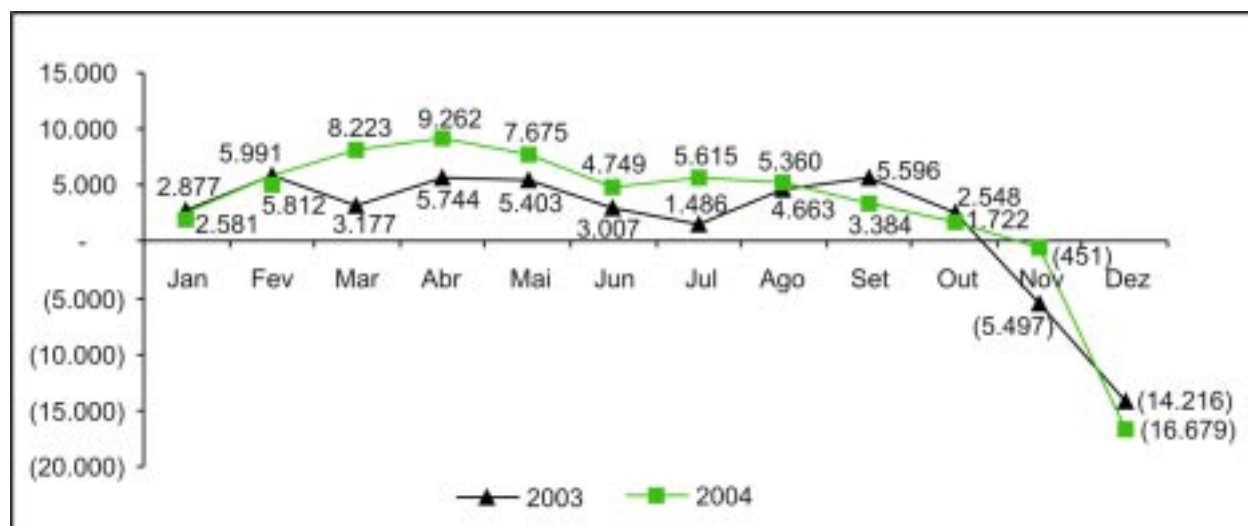
Entretanto, a agropecuária gerou menos emprego se comparado ao ano anterior: o número de novos contratados com carteira assinada foi de 3.110 em 2003, reduzindo para 2.020 no ano de

2004. Esse baixo número reflete o desempenho negativo em algumas lavouras temporárias como a da soja e alta mecanização.

Analisando o comportamento mensal (gráfico 4), nota-se um elevado número de novos contratados no período de março a julho de 2004. Além do número considerável de admissão realizada na indústria de transformação, sobretudo no ramo de alimentos e bebidas, esse período é também marcado pelo início da colheita agrícola, como cana-de-açúcar. Todavia no mês de dezembro verificou-se um saldo negativo expressivo, devido ao movimento sazonal ligado à entressafra agrícola e à diminuição da demanda na indústria, o que é natural neste período do ano.

Gráfico 4

Estado de Goiás: saldo - Admitidos/Desligados por setor de atividade - 2003-04



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Índice de Preços

O comportamento dos indicadores de preços ao consumidor verificados no cenário nacional, no ano de 2004, indica que os fatores de inflação apresentaram tendências igualáveis entre as capitais e regiões metropolitanas do País. Os índices acumulados do INPC de 6,13% e do IPCA de 7,06%, ambos do IBGE, demonstram que o recuo que a inflação apresentou nos últimos dois anos propiciou uma melhora da produção industrial e nas vendas do comércio, o que por sua vez tem fomentado o crescimento do emprego e da massa salarial paga.

Neste sentido, a inflação acumulada em 2004 de 6,20% apurada na cidade de Goiânia, menor que a registrada em 2003 de 8,62%, denota que a capital de Goiás segue o mesmo ritmo das demais regiões do País, visto a proximidade dos fatores que geraram tais resultados. A verificação deste último resultado é explicada em parte pelo ajustamento nos preços da alimentação, grupo que registrou variação negativa nos meses de fevereiro, abril e de setembro a dezembro seguidamente, pela ocorrência de reajustes menores em vários outros setores e até a não alteração de preços como foi verificado na tarifa de ônibus urbano neste ano.



Tabela 8
IPC - Goiânia por grupos - 2004

Discriminação	Variação %												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.
Alimentação	4,53	-0,02	0,12	-1,81	0,24	0,74	0,08	2,57	-1,68	-0,21	-0,46	-0,75	3,23
Habitação	0,02	1,08	2,19	1,42	-0,16	0,21	2,04	-0,65	-0,30	0,79	-1,14	1,66	7,33
Serv. Pessoais	2,49	0,66	2,23	0,71	0,87	0,83	0,22	-0,07	0,27	0,75	-0,27	-0,18	8,81
Saúde e Higiene	-0,52	-0,70	-0,28	2,88	1,60	0,03	-0,53	0,76	0,03	-0,27	-0,28	0,02	2,71
Vestuário	-0,93	1,71	0,07	-0,52	4,74	1,39	2,39	1,56	0,00	1,61	-0,35	0,45	12,67
Serv. Pub/Útil. Pub	0,34	-0,31	-0,42	2,31	0,16	-0,13	0,32	0,01	3,28	1,62	0,82	0,38	8,63
Geral	1,45	0,28	0,80	0,74	0,41	0,35	0,73	0,61	0,09	0,58	-0,38	0,38	6,20

Fonte: Seplan-GO/Sepin 2005 - Gerência de Índice de Preços

O comportamento dos preços dos produtos alimentícios neste ano foi fortemente influenciado por fatores como sazonalidade, notadamente os produtos in natura que nos meses de janeiro e agosto obtiveram altas consideráveis de 22,29% e 14,61% respectivamente, destacando-se o preço do tomate que subiu 113% em janeiro e 45% em agosto, e também pelo aumento da demanda interna e externa de alguns produtos como é o caso do açúcar com elevado aumento de preço nos meses de abril (23,44%) e novembro (8,54%) em função de tais fatores. Apesar da pressão positiva em determinados meses, o arrefecimento no preço de vários produtos alimentícios no decorrer do ano foi motivado pelo aumento da oferta de produtos agrícolas o que propiciou maior competitividade ao mercado varejista que passou a oferecer mais e melhores promoções e

também pela decisão do consumidor de adequar preço e qualidade, levando cada vez menos em consideração a fidelidade ao consumo de determinadas marcas e reduzindo as compras de produtos fora de estação. Ainda nesse sentido, registra-se também a influência favorável do câmbio ao longo do ano.

Apesar do recuo da inflação alguns setores mostraram taxas crescentes neste ano. No grupo de preços livres os avanços da inflação estiveram associados principalmente aos aumentos dos preços de artigos de residência e vestuário, notadamente os eletrodomésticos (13,26%), roupas femininas (14,39%) e masculinas (12,11%). Dentre os monitorados, destacam-se as altas dos preços do álcool combustível (40,71%), energia elétrica (28,57%), gasolina (22,28%), telefonia fixa (16,67%) e água tratada (12,07%).

Tabela 9
Goiânia: IPC - Variação Mensal

Ano	Variação %											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2003	2,60	0,53	2,99	1,07	0,78	-1,19	-0,08	-0,25	0,43	0,53	0,73	0,23
2004	1,45	0,28	0,80	0,74	0,41	0,35	0,73	0,61	0,09	0,58	-0,38	0,38

Fonte: Seplan-GO/Sepin 2005 - Gerência de Índice de Preços

A evolução mensal dos índices na cidade de Goiânia na análise comparativa de 2003 e 2004 mostra relativa estabilidade na trajetória do IPC favorável a 2004, situação essa motivada pelo comportamento dos preços da alimentação básica. A pesquisa do IPC verifica mensalmente preços de 277 itens pertencentes aos grupos de alimentação, habitação, serviços pessoais, saúde e higiene, vestuário e serviços públicos/utilidade pública.

Guardada as devidas considerações aos fatores

que propiciaram aumento ou recuo nos preços em períodos diversos, entende-se que o cenário da inflação neste último ano correspondeu às expectativas registrando variações menores que no ano anterior, denotando equilíbrio entre oferta e demanda, ou seja, o consumidor está aprendendo a consumir, "gastar" melhor seus recursos e o mercado passou a oferecer reajustes menores na medida do possível para não perder os investimentos em estoques perecíveis e/ou demanda reprimida por preços elevados.

Produto Interno Bruto de Goiás - 2002



Dinamar Maria Ferreira Marques*



Marcos Fernando Arriel**

Resumo

Os resultados do Produto Interno Bruto de Goiás apresentado neste artigo compreendem informações sobre desempenho da economia goiana, sua composição no PIB nacional e na região Centro-Oeste, taxas de crescimento da produção e PIB per capita. Esses dados estão expressos em valores correntes, moeda do próprio ano. São demonstrados indicadores de crescimento anual e da estrutura produtiva econômica do estado.

Palavras Chave: Produto Interno Bruto; PIB per capita; economia goiana em 2002; estrutura produtiva goiana.

Introdução

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num deter-

minado período de tempo. Desde 1999, a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento calcula o PIB anual de Goiás de acordo com a metodologia implementada pelo IBGE. Esta metodologia é compatível com as Contas Nacionais, comparável com a utilizada pelas demais Unidades da Federação e segue as recomendações do modelo padronizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O fato de determinadas estatísticas não estarem disponíveis regionalmente para períodos mais recentes explica a defasagem temporal de cerca de dois anos para a divulgação definitiva dos resultados dos PIBs estaduais.

Economia Goiana no ano de 2002

As incertezas das eleições presidenciais provocaram oscilações na taxa de câmbio e no risco Bra-

Tabela 1

Estado de Goiás e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e taxas de crescimento - 1998 - 2002

Ano	Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto per capita			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)		Valores Correntes (R\$)		Taxas de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1998	17.428	914.188	2,19	0,13	3.610	5.518	0,21	-1,21
1999	17.920	973.846	3,17	0,79	3.614	5.800	0,43	-0,54
2000	21.665	1.101.255	5,11	4,36	4.276	6.473	2,86	2,99
2001	25.048	1.198.736	4,32	1,31	4.840	6.896	2,12	-0,83
2002	31.299	1.346.028	4,90	1,93	5.922	7.631	2,72	0,45

Elaboração: Seplan-GO / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan-GO.
e-mail: dinamar@seplan.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial pela UFG e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO.
e-mail: marcos@seplan.go.gov.br



sil. Esse quadro agregado à persistência de taxas de juros elevadas, queda nos investimentos externos, crise do petróleo no Oriente Médio, menor oferta de crédito dos bancos internacionais e o agravamento da crise Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, refletiu em uma conjuntura instável que persistiu no país no ano de 2002. Neste ano, o PIB brasileiro cresceu apenas 1,93%, registrando valor de R\$ 1,346 trilhão.

Este cenário influiu de forma negativa em diversos indicadores conjunturais, nos elevados índices de desemprego, na redução da renda real dos trabalhadores e no elevado índice inflacionário (12,53%, segundo IPCA/IBGE).

A economia goiana que tem como base o agonegócio, embora não estivesse imune aos reflexos da instabilidade econômica, obteve desempenho de 4,90%¹ em volume no ano de 2002, resultado superior à média nacional em quase três vezes. O PIB a preço de mercado corrente atingiu R\$ 31,299 bilhões no ano de 2002 tendo sua participação no produto nacional aumentado para 2,33%, resultado que assegurou ao Estado a 10ª posição no ranking nacional.

Resultado positivo também foi constatado nas principais estatísticas. Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em 2002 o emprego formal acompanhou a evolução da economia, crescendo 7,0% e atingindo o número de 781.443 empregados, ante 730.608 em 2001. A corrente de comércio goiana com o exterior atingiu o valor de US\$ 976 milhões em 2002, as exportações alcançaram US\$ 649 milhões (9,08%), resultado do acréscimo nas vendas do complexo soja, carne e minérios e as importações US\$ 327 milhões (-16,22%). O total de ICMS arrecadado no Estado foi de R\$ 3,020 bilhões segundo levantamento do CONFAZ, valor que representou 88,33% dos impostos indiretos arrecadados em Goiás.

O PIB goiano, em 2002, participou com 31,24% no PIB do Centro-Oeste, à frente do Mato Grosso (17,85%) e Mato Grosso do Sul (15,31%), perdendo somente para o Distrito Federal (35,60%). O Centro-Oeste também ganhou par-

ticipação no PIB nacional. Em 1999 a região representava 6,45% e em 2002 passou para 7,44%, atingindo valor de R\$ 100,202 bilhões. O avanço da região Centro-Oeste na participação do PIB nacional, nos últimos anos, é fruto do processo de desconcentração das atividades econômicas no país.

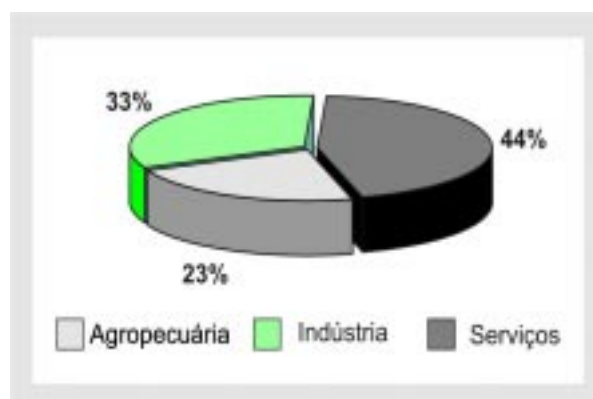
A estrutura produtiva dos grandes setores do PIB goiano para o ano de 2002 ficou assim definida: Agropecuária, com participação de 22,51%, agregou R\$ 6,535 bilhões e apresentou expansão de 7,82%; a indústria teve participação de 32,62%, agregou R\$ 9,468 bilhões e apresentou crescimento de 3,26%; e serviços, que contribuiu com 44,87%, agregou R\$ 13,025 bilhões e expandiu 4,53%.

Tabela 2
Estado de Goiás, Brasil e Centro-Oeste: Produto Interno Bruto, participação 1998 - 2002

Ano	PIB a preço de mercado corrente (R\$ milhão)	Participação %	
		Brasil	Centro-Oeste
1998	17.428	1,91	27,89
1999	17.920	1,84	28,54
2000	21.665	1,97	28,31
2001	25.048	2,09	29,03
2002	31.299	2,33	31,24

Elaboração: Seplan-GO / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

Gráfico - 1
Estado de Goiás: Participação das principais atividades no PIB de Goiás - 2002



Elaboração: Seplan-GO / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

As atividades produtivas que mais contribuíram para este expressivo resultado foram: indústria de transformação, agropecuária, ad-

¹ Refere-se à variação do PIB a preço de mercado corrente - valor adicionado somados os impostos.



ministração pública e comunicações. É importante ressaltar que apenas duas atividades registraram decréscimo: eletricidade, gás e água e construção civil.

As estatísticas demográficas e econômicas produziram para o Estado de Goiás, em 2002, um PIB per capita de R\$ 5.922, superior em 2,72% ao do ano anterior. Com esse PIB per capita, Goiás ocupa a 12ª posição no ranking nacional.

Análise setorial

Agropecuária

A agropecuária assume papel preponderante na economia goiana, tanto pela capacidade de gerar alimentos e matérias primas para as agroindústrias, como pelos empregos gerados. Nos últimos anos, esta atividade tem apresentado crescimento contínuo. No acumulado de 1999 a 2002 registrou variação de 29,81%, atingindo média de 6,74%. Este desempenho deveu-se principalmente a três fatores: crescimento da produtividade, melhoria dos preços agrícolas versus preços industriais e aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria.

Tabela 3
Estado de Goiás: Estrutura, taxas de crescimento e impactos na taxa global do Valor Adicionado Bruto - 2001- 2002

Setores de Atividade	Estrutura		Taxa de Crescimento		Impactos 2002
	2001	2002	2001	2002	
Agropecuária	17,54	22,51	7,37	7,82	1,37
Indústria	35,03	32,62	2,39	3,26	1,14
Indústria extrativa mineral	0,27	0,23	-9,27	4,85	0,01
Indústria de transformação	15,03	15,95	1,05	10,58	1,59
Eletricidade, gás e água	6,93	5,84	-16,68	-5,96	-0,41
Construção	12,81	10,59	7,75	-0,37	-0,05
Serviços	47,44	44,87	4,52	4,53	2,15
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,49	7,26	7,51	3,09	0,26
Alojamento e alimentação	1,26	1,01	1,91	2,13	0,03
Transportes e armazenagem	1,40	1,54	3,54	2,31	0,03
Comunicações	3,13	3,25	26,44	22,61	0,71
Intermediação financeira	3,86	4,66	4,43	5,33	0,21
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,90	5,86	1,99	2,55	0,18
Administração pública, defesa e seguridade social	14,69	14,65	1,92	2,13	0,31
Saúde e educação mercantis	3,51	2,86	1,92	2,13	0,07
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,61	3,25	1,57	9,45	0,34
Serviços domésticos	0,60	0,54	3,96	2,13	0,01
Valor adicionado Total	100,00	100,00	4,32	4,67	4,67

Elaboração: Seplan-GO / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2004

A agropecuária que representava 17,54% no Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2001 passou a representar 22,51% em 2002 com agregação de valor à economia de R\$ 6,535 bilhões. A expansão da agropecuária em 7,82% deve-se à importante contribuição da agricultura que representou 39,57% do valor bruto da produção. A pecuária contribuiu com 41,92% e as demais produções participaram com 18,51%.

Na agricultura, os produtos que mais influenciaram para o bom desempenho foram: soja, feijão, cana-de-açúcar, tomate, café e trigo.

A soja obteve crescimento de 33,40% no volume de produção, continuou sendo o produto de maior importância na agricultura goiana, representando 49,51% do valor bruto das lavouras temporárias e permanentes e 19,59% do valor



bruto da produção da agropecuária no ano de 2002. Com produção de 5,4 milhões de toneladas, ocupou a quarta posição na produção nacional. A soja tem sido um dos elementos indutores do desenvolvimento de Goiás, sendo produto de alta relevância na estrutura agrícola do estado. O bom desempenho desta cultura em 2002 deveu-se ao clima favorável do cerrado goiano e a elevação dos preços desta commodity agrícola no mercado externo e interno.

A cultura do Feijão, em 2002, estava presente em 140 municípios goianos, com produção total de 235 mil toneladas, superior em 6,17% ao ano anterior. O Estado destaca-se como o maior produtor de feijão na região Centro-Oeste e ocupa a quinta posição na produção nacional.

A produção de cana de açúcar em Goiás obteve expansão de 13,86% no ano de 2002, atingindo 11,7 milhões de toneladas, numa área plantada de 145 mil hectares e produtividade de 80,47 t/ha, média superior a nacional (71,44 t/ha). O estado ainda não tem tradição nesta cultura, mas tem se empenhado para se tornar a nova rota do setor sucroalcooleiro na região Centro-Oeste, devido a sua localização geográfica e aos preços médios das terras, inferiores aos encontrados no estado de São Paulo, líder brasileiro na produção de cana.

O tomate apresentou variação na produção de 28,19% em 2002, expansão de 19,00% na área plantada e 7,72% em produtividade. Este resultado se deve principalmente à indústria de atomatados, atividade importante na indústria de transformação goiana.

O café vem apresentando um bom desempenho em Goiás graças a processos modernos de irrigação e introdução de novas variedades, que garantem a qualidade e a produtividade do grão. No ano de 2002 apresentou uma elevação de 12,03% na sua produção.

A produção de trigo está basicamente concentrada na região sul do país, sendo o Paraná maior produtor, seguido do Rio Grande do Sul,

Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Nos últimos anos a produção vem se expandindo na região dos cerrados. Com o avanço das pesquisas para o cultivo do trigo no cerrado, Goiás passou a se destacar em produção com importantes ganhos de produtividade, principalmente o trigo irrigado no município de Cristalina. No ano de 2002 o trigo foi a cultura que mais cresceu, 139,82%, estando presente em dezenove municípios contra nove no ano de 2001.

Entre os produtos que apresentaram desempenho negativo destacam-se: o milho cuja produção foi reduzida em 18,47%, devido à expansão da cultura da soja que concorre com este grão, em função da atratividade do preço, o algodão, outra cultura que tem papel relevante na agricultura goiana, declinou 7,63%. A produção de sorgo também sofreu redução na quantidade produzida, decrescendo em 5,47%.

“Com o avanço das pesquisas para o cultivo do trigo no cerrado, Goiás passou a se destacar em produção com importantes ganhos de produtividade”.

A pecuária apresentou desempenho positivo em todos os segmentos, com destaque para o rebanho bovino, aves e leite, contribuindo com 41,92% no valor bruto da produção da agropecuária em 2002, sendo a bovinocultura a atividade com

maior peso na pecuária (68,29%), segundo produto em ordem de importância na pauta das exportações. Mas, vale ressaltar que a criação de suínos e aves vem expandindo muito nos últimos anos.

A criação de bovinos em Goiás ocupou a quarta posição no ranking nacional em 2002, esta atividade está presente em todos os municípios goianos de forma bastante desconcentrada. O município líder nesta atividade, Nova Crixás, registrou apenas 3,26% da produção estadual. Naquele ano, Goiás registrou um rebanho bovino de 20,1 milhões de cabeças, contra 19,1 milhões em 2001, crescendo, portanto, 5,07%.

A produção de leite em Goiás também está presente em todos os municípios goianos, sendo que o município de maior participação, Rio Verde, contribuiu com apenas 2,82% da produção total. No ano de 2001 a produção goiana de leite



participava com 9,48% no valor bruto da produção da agropecuária. Esse percentual caiu para 8,14% em 2002.

A criação de aves expandiu 20,25%, alcançando plantel de 32,5 milhões de cabeças ante 27,1 milhões em 2001. Comportamento semelhante ocorreu com a criação de suínos que teve uma variação positiva de 12,62%, passando de 1,2 milhão em 2001, para 1,4 milhão de cabeças em 2002.

A busca por áreas fornecedoras de matéria-prima com baixo custo de produção tem motivado a instalação de indústrias processadoras de aves e suínos, propiciando expansão das atividades avícolas e suínícolas em Goiás.

A necessidade de matéria-prima por parte da indústria constitui um vínculo forte e formal com os produtores através do sistema de integração, garantindo rentabilidade ao integrado.

A performance da atividade agropecuária no PIB goiano vem sustentando taxas positivas ao longo dos últimos anos, fomentando a agroindústria, agregando mais valor aos produtos exportáveis e gerando novos postos de trabalho, garantindo assim o desenvolvimento de Goiás. É observado que esta atividade tem registrado crescimento acima do verificado no PIB goiano o que confere competitividade ao setor.

Indústria

O setor da indústria é composto por indústria extrativa mineral, indústria de transformação, eletricidade, gás e água e construção civil. Essas atividades representaram 32,62% do total do PIB de Goiás em 2002, com variação positiva de 3,26%. A atividade que mais contribuiu para o desempenho positivo foi a indústria de transformação.

A indústria de transformação goiana obteve excelente performance em 2002, crescendo 10,58% e agregando R\$ 4,631 bilhões. A significativa variação foi a maior registrada desde 1988,

quando foi de 20,93%, e a segunda maior taxa desde o início da série em 1985. No período recente, 1999 a 2002, a indústria de transformação já acumulou taxa de 29,83%, crescimento médio anual de 6,74%, superior ao da economia 4,37%. Nesse mesmo período, houve uma elevação de 40,18% no emprego formal do setor, com média de 8,81% ao ano, segundo dados do MTE. Essa atividade representou 49,00% na estrutura produtiva do setor industrial, também foi a que deu a maior contribuição para o resultado global do PIB goiano, destaque principalmente para os gêneros: produtos alimentícios e bebidas, química, minerais não metálicos e metalurgia básica.

“A performance da atividade agropecuária no PIB goiano vem sustentando taxas positivas ao longo dos últimos anos, fomentando a agroindústria, agregando mais valor aos produtos exportáveis e gerando novos postos de trabalho, garantindo assim o desenvolvimento de Goiás”.

Segundo Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, Goiás participava, no Brasil, com 1,30% no valor da transformação industrial no ano de 2001, passando para 1,70% em 2002, ocupando a 10ª posição no ranking nacional. A crescente participação foi influenciada pelas indústrias de atomatados, tortas, bagaços, farelos ou outros resíduos da extração do óleo de soja, carne bovina industrializada, leite em

pó e pasteurizado, álcool etílico, anidro e hidratado e adubos e fertilizantes. Ainda segundo a pesquisa, os municípios com maior participação no valor da transformação industrial foram os municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Luziânia e Acreúna, juntos representaram 44,40% do total do Estado.

A indústria em geral relaciona-se com a agropecuária em dois momentos: ao ofertar insumos necessários à agropecuária e ao demandar produtos para o processamento industrial. Este conjunto de atividades é conhecido como agroindústria. Em Goiás, a agroindústria teve expansão significativa atraída pela disponibilidade de grãos e carne bovina, oferta de mão-de-obra, proximidade do mercado consumidor, condições climáticas, infra-estrutura e, sobretudo, pelas políticas adotadas pelo Governo no sentido de estimular o desenvolvimento do Estado.



Assim como em 2001, no ano de 2002 a atividade de serviço industrial de utilidade pública (eletricidade, gás e água), motivada pelo racionamento de energia elétrica, obteve desempenho negativo. A queda na geração de energia da hidrelétrica Serra da Mesa, segunda maior geradora do Estado, ocorreu em razão da empresa ter feito opção em preservar o reservatório no ano de 2002, provocando uma queda de 5,96% neste setor em Goiás. Em contrapartida, o consumo de energia elétrica cresceu 6,91% em 2002, com consumo de 6.445.128 MWH, evitando assim, uma queda maior da atividade.

A indústria extrativa mineral em 2002 recuperou parte do que havia perdido em 2001 em decorrência do racionamento de energia elétrica, apresentando crescimento de 4,85%. Esse quadro de melhoria foi graças ao bom desempenho ocorrido na produção de calcário agrícola, amianto, fosfato e níquel, produtos importantes na composição do setor mineral goiano.

A construção civil em Goiás no ano de 2002 obteve decréscimo de 0,37%, resultado contrário ao ocorrido em 2001, quando cresceu 7,75%. Reflexo negativo no setor também foi observado na média brasileira, -1,85%, resultado da deterioração da renda e do nível de emprego, falta de financiamento habitacional e de investimentos em infra-estrutura.

O emprego formal na construção civil no Estado, segundo dados do MTE, recuou 19,40% devido à redução de pessoal ocupado nos municípios de Goiânia e Cavalcante, neste último município em razão do término da construção da hidrelétrica de Cana Brava.

Serviços

O setor de serviços vem perdendo participação nos últimos anos no PIB goiano; 44,87% em 2002, ante 47,44% no ano de 2001. Em 2002 registrou taxa positiva de 4,53%, impulsionada pelo setor de comunicação (22,61%), outros serviços coletivos sociais e pessoais (9,45%), administração

pública (2,13%) e comércio (3,09%).

O comércio goiano teve desempenho de 3,09% em 2002, inferior ao registrado no ano de 2001, 7,51%. No acumulado de 1999 a 2002 registrou variação de 13,34%, com média anual no período de 3,18%. A atividade de comércio exerce papel importante no emprego intensivo de mão-de-obra. Em 2002 representou 18,07% do emprego formal em Goiás, quando foram apurados 141.243 trabalhadores com carteira, segundo dados do MTE.

No comércio de vendas de veículos nacionais e importados, Goiás tem aumentado a sua participação em relação à região Centro-Oeste e Brasil. Em 2001 era de 33,95% e 2,22%, passando para 37,16% e 3,06% em 2002, respectivamente.

No ano de 2002, esse segmento obteve um incremento de 27,17%.

A relação comercial de Goiás com o exterior tem apresentado desempenho favorável. No ano de 2002, as exportações goianas obtiveram um incremento de 9,08%, variação superior a do País que foi de 3,67%, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio. Os produtos que apresentaram maior participação nas exportações foram os do complexo soja (grão, farelo e óleo), carne bovina, ouro em barras e ferro níbio. Os principais países compradores dos produtos goianos foram: Países Baixos (Holanda), Alemanha e EUA.

O setor de transporte está diretamente ligado às diversas atividades produtivas, tais como a agropecuária, indústria e comércio. Portanto, este setor em Goiás, no ano 2002, seguiu a mesma tendência observada nestas atividades, crescendo 2,31%.

O setor de transporte está diretamente ligado às diversas atividades produtivas, tais como a agropecuária, indústria e comércio. Portanto, este setor em Goiás, no ano 2002, seguiu a mesma tendência observada nestas atividades, crescendo 2,31%.

As demais atividades do setor de serviços obtiveram variações positivas: intermediação financeira (5,33%), atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (2,55%), saúde e educação mercantis (2,13%), alojamento e alimentação (2,13%) e serviços domésticos (2,13%).

“No comércio de vendas de veículos nacionais e importados, Goiás tem aumentado a sua participação em relação à região Centro-Oeste e Brasil. Em 2001 era de 33,95% e 2,22%, passando para 37,16% e 3,06% em 2002, respectivamente”.



Conclusão

O Estado de Goiás vem apresentando crescimento econômico acima da média nacional. No ano de 2002, apesar do cenário macroeconômico nacional e internacional ter apresentado sérias dificuldades, Goiás apresentou crescimento do seu Produto Interno Bruto de 4,90%, enquanto que o crescimento no Brasil foi de 1,93%.

No ano de 2002 o PIB goiano a preço de mercado atingiu o valor de R\$ 31,299 bilhões, resultado que elevou sua participação para 2,33% do produto nacional, assegurando assim, a 10ª posição no ranking nacional.

A estrutura produtiva do PIB de Goiás apresentou modificações no ano de 2002, destaque para agropecuária que representava 17,54% do PIB estadual em 2001, passando para 22,51%. A indústria participou com 32,62% e o setor de serviços seguiu perdendo participação, em 2000 representava 51,75%, no ano de 2001 passou para 47,44% e em 2002 caiu para 44,87%.

A Agropecuária apresentou crescimento de 7,82% em 2002, com agregação de R\$ 6,535 bilhões na economia. O bom desempenho desta atividade deveu-se principalmente a três fatores: crescimento da produtividade, melhoria dos preços agrícolas e aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria.

A Indústria obteve uma variação positiva de 3,26%, agregando R\$ 9,468 bilhões à economia goiana. Tal performance deve-se ao excelente resultado da indústria de transformação, cujo crescimento foi 10,58%.

O setor de serviços registrou incremento de 4,53% no ano de 2002, agregando R\$ 13,025 bilhões à economia goiana. O bom desempenho foi influenciado pelo segmento de comunicação

que, a exemplo dos anos anteriores, continuou liderando com maiores taxas de crescimento.

O PIB per capita de Goiás vem obtendo ganho real, pois, ainda que a população goiana venha crescendo a taxas superiores a do Brasil, o PIB do Estado cresce bem acima da média nacional. Assim, no ano de 2002 o valor do PIB per capita foi de R\$ 5.922, com crescimento real de 2,72% em relação ao ano de 2001.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Remuneração Anual de Informação Social**. [S.L.], 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [200-?]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

_____, **Índice de Preços ao Consumidor Ampliado**. Rio de Janeiro, [2002]

_____, **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2002.

_____, **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2002.

_____, **Pesquisa Industrial Anual**. Rio de Janeiro, 2002.

_____, **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar**. Rio de Janeiro, 2002.

_____, **Pesquisa Extrativa Vegetal e Silvicultura**. Rio de Janeiro, 2002.



Desenvolvimento Econômico de Goiânia: o debate que não houve nas últimas eleições



Luiz Alberto Gomes de Oliveira*

Goiânia é conhecida pelo seu índice de desenvolvimento humano e pela sua qualidade de vida. Tem uma boa infra-estrutura econômica e social, contando com um grande número de instituições de ensino superior, hospitais, centros clínicos e laboratórios considerados modernos e bem servidos de especialistas, equipamentos e instrumentos sofisticados; apresenta um clima agradável; tem cerca de 30% de sua área urbana arborizada, jardins, bosques e praças bonitos e bem cuidados o ano inteiro, além de parques municipais; possui um aeroporto com dezenas de linhas regulares e centenas de pousos e decolagens semanais; conta também com uma boa malha viária e linha férrea ligando-a aos principais centros consumidores do país; dispõe de um moderno sistema de telecomunicações, que lhe possibilita comunicações ágeis e regulares com todo o País e com o mundo, até por meio de fibra-ótica; tem, também, um moderno Centro de Convenções, autódromo internacional, um grande estádio de futebol, shoppings centers e outros equipamentos de entretenimento e lazer. Por tudo isso, nos últimos anos, o município se tornou um grande centro comercial e de prestação de serviços.

Com uma população medida pelo último Censo Demográfico de 1.093.007 habitantes, o equivalente a 21,85% da população total do estado, e um PIB de R\$ 6.271.140.000,00, que representava 28,95% do PIB goiano no ano 2000¹, Goiânia é hoje uma economia urbana diversificada e pro-

missora, devido ao fato de fazer parte, juntamente com mais dez outros municípios, de uma região metropolitana de 1.639.516 habitantes e de um dos eixos econômicos de maior dinamismo e crescimento no país: o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

Além de contar com uma posição geográfica estratégica, já que o município está localizado no centro do país e da maior área agropastoril do mundo, a capital goiana, em comparação com outras capitais e cidades de médio e grande porte brasileiras, tem uma posição privilegiada no contexto do agronegócio. E é bom lembrar que o agronegócio constitui hoje uma força extraordinária na região Centro Oeste e é sua principal vocação econômica.

A capital goiana é uma cidade nova, já que em 2005 estará fazendo 72 anos de criação. Mas, já é a 10ª maior cidade brasileira em população e é, também, uma cidade de paradoxos, visto que apresenta indicadores sociais que a classificam como uma das capitais brasileiras com um dos melhores índices de qualidade de vida do país e enfrenta problemas urbanos e sociais exatamente como a maioria das grandes cidades brasileiras. Aqui, assim como nos grandes centros urbanos brasileiros, a população também convive com os seguintes problemas: existência de inúmeros loteamentos irregulares e invasões urbanas, inclusive em áreas de preservação ambiental; áreas de fundo de vale sujeitas à inundação, ocupadas e habitadas; meninos de rua; alto índice de desemprego; carência de infra-estrutura nas regiões Noroeste e Sudoeste da cidade; segregação social; marginalidade; violência urbana; exclusão social, com cerca de 14% da população segregada pela pobreza; crescimento da economia informal, com camelôs ocupando calçadas, privatizando logradouros públicos e concorrendo com empresas legalmente constituídas; poluição sonora e visual; degradação do centro

* Luiz Alberto Gomes de Oliveira, é economista, professor da UCG, conselheiro do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S/A, consultor econômico e membro da Executiva Regional do PT. e-mail: ccnconsultoria@zaz.com.br

¹ SEPLAN-GO. Ranking do PIB nos 25 primeiros municípios - 2000.



histórico; guerra fiscal promovida por municípios vizinhos contra a economia da capital; Receita Pública Municipal per capita baixa, o que impossibilita a Prefeitura atender boa parte da demanda por bens públicos; e inexistência de uma política municipal de desenvolvimento econômico.

Goiânia é uma cidade que nasceu planejada. Aliás, ela registra uma longa experiência na elaboração de planos e programas urbanísticos, assim como no uso de instrumentos de regulação do solo urbano, com o objetivo de assegurar o crescimento da cidade de forma ordenada. Mas, mesmo dispondo da existência de instrumentos urbanísticos que impunham limites e restrições ao parcelamento do solo, a cidade não cresceu de forma ordenada e harmônica. Pelo contrário. Parte de seus espaços urbanos foram sendo ocupados de forma desordenada e hoje ela vive um certo caos urbano e convive com problemas comuns às cidades não planejadas.

Segundo especialistas em marketing público, isto é, em planejamento estratégico voltado para o mercado, hoje quase todas as localidades estão enfrentando problemas e dificuldades. Mas, no entanto, algumas cidades enfrentam dificuldades bem maiores que as outras e convivem com problemas como: queda na renda e nos investimentos; estagnação ou declínio econômico; alto índice de desemprego; congestionamentos no trânsito; poluição; envelhecimento e decadência do centro histórico da cidade; falta d'água e de energia elétrica; segregação social; violência urbana; e, até mesmo em cidades que não enfrentam a maioria desses problemas, o sentimento de que o futuro do município não será melhor que o presente.

Apesar dos inúmeros problemas e das deficiências existentes, que dificultam o desenvolvimento econômico do município, existem, também, fatores relevantes que favorecem investimentos em Goiânia e, por conseguinte, possibilitam seu desenvolvimento. Esses fatores, são: a) as infraestruturas econômicas e sociais; b) ser capital do

Estado; c) a qualidade de vida que oferece; d) a imagem que os visitantes e prováveis investidores tem da cidade; e) a localização estratégica do município; f) a força do agronegócio na região; g) a existência de aglomerados de negócios; h) a existência de capital humano e social; e i) o tamanho do mercado consumidor.

Se os fatores que favorecem investimentos superam em muito os problemas e as deficiências, porque não se vê nos últimos anos a expansão da economia municipal em ritmo acelerado? Por que não vemos lideranças locais discutindo e abraçando um projeto de desenvolvimento local? Por que na imprensa, na Universidade e nos discursos das lideranças políticas e empresariais, muitas vezes, o que predomina é um sentimento de que a economia local está estagnada ou em declínio? E mais, por que nas últimas eleições municipais, apesar da relevância do tema, este assunto praticamente não foi tratado? Ou, quando foi, ocorreu de forma superficial a ponto de ter ficado a impressão de ser uma localidade em declínio (quando na verdade não é) e que para sua recuperação bastaria implantar propostas inconsistentes e inúteis, tais como: cri-

“Se os fatores que favorecem investimentos superam em muito os problemas e as deficiências, porque não se vê nos últimos anos a expansão da economia municipal em ritmo acelerado?”

ar a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, quando já existe a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; ou implantar o Fomentar Municipal, quando a legislação federal impede instituir alíquota, para o ISS, menor do que 2%, e existe município vizinho, com lei anterior e ainda em vigência, que instituiu alíquota zero para esse imposto.

Goiânia: uma cidade estagnada ou em crescimento?

O que está acontecendo com Goiânia? Ela está crescendo, estagnada ou em declínio? Por que nas últimas décadas a capital goiana estaria demograficamente estacionada? A cidade teria chegado a seus limites de crescimento e não ofereceria mais atrativos? A economia goianiense estaria estagnada e decadente, a ponto de não mais atrair novos imigrantes e novos negócios para a cidade?



Kotler, Haider e Rein² identificam cinco tipos de localidades:

O primeiro tipo é o das localidades em situação de extrema desesperança por não disporem de recursos humanos, materiais e financeiros para iniciar sua recuperação e, por isso, são identificados como locais que estão morrendo, ou cronicamente deprimidos. Em decorrência da enorme carência de recursos esses locais tendem a continuar na atual situação ou até caminharem para uma situação ainda pior.

O segundo tipo de localidade é o dos locais que se encontram altamente deprimidos, mas que possuem potencial para renascer. Esses municípios e/ou regiões, normalmente, possuem patrimônios históricos, culturais e políticos que podem sustentar uma reviravolta.

O terceiro tipo de localidade é o dos locais que possuem características de progresso e falência. Normalmente, são cidades altamente sensíveis aos movimentos cíclicos dos negócios, como consequência da variedade de indústrias e empresas em crescimento existentes.

Há, também, locais que passaram por transformações saudáveis e são identificados como extremamente atrativos. Esse tipo de localidade é considerado atrativo para visitas e/ou para negócios e/ou para morar porque investiu pesadamente na implantação de bens públicos, na criação de novas atrações e, portanto, na melhoria da qualidade de vida.

E o quinto e último tipo de localidade, é o dos locais que merecem o título de poucos privilegiados. Eles gozam de boa saúde financeira e podem até continuar a atrair turistas, novos residentes e mais negócios. Mas, no entanto, enfrentam problemas cada vez mais graves de poluição, congestionamento de veículos, falta de água e outros transtornos urbanos. O problema central desse tipo de localidade não é encontrar novas formas de crescer, mas, sim, o

² KOTLER, Philip, HAIDER, Donald H. e REIN, Irving. Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões e países. São Paulo: Makron Books, 1994, p. 5.

contrário, impedir que o crescimento não-planejado destrua seu patrimônio³.

Tendo em vista as características de Goiânia, sua situação econômica, social e ambiental e as dificuldades por ela enfrentadas, em que tipo de localidade ela pode ser enquadrada? No primeiro e segundo tipos de localidade, por certo, não. Seria então no terceiro tipo, local que possui características de progresso e falência? Ou seria no quarto ou quinto tipos - extremamente atrativo ou pouco privilegiado? Seja que tipo for é importante saber que "quaisquer que sejam as circunstâncias econômicas em que um local se encontra, ele inevitavelmente cria novas. Todo local está sujeito a ciclos de crescimento e declínio internos e também a choques e forças externas fora de seu controle".⁴ Ou seja, as localidades passam por períodos de crescimento seguidos por fases de estagnação e até declínio, e vice-verso, porque a fase de crescimento inevitavelmente termina, em decorrência do crescimento gerar problemas e desequilíbrios que acabam contribuindo para levar as localidades à estagnação e/ou ao declínio. "A fase de declínio pode também terminar, contudo por motivos diferentes. Os processos básicos da dinâmica de crescimento e declínio podem ocorrer independentemente do estado do ciclo dos negócios, embora possam ser acelerados por mudanças repentinas no clima econômico".⁵

O que quero dizer é que localidades, assim como empresas, estão sujeitas a ciclos de crescimento, estagnação e declínio. E, para se saber como realmente está a situação de um município e que tipo de localidade é, uma série de variáveis devem ser pesquisadas e analisadas. Dentre elas estão o crescimento ou decréscimo populacional, a arrecadação de tributos, a abertura e fechamento de empresas, o número de admissões e desligamentos no mercado de trabalho, além de outras.

Demograficamente, não há como negar, o município de Goiânia está estagnado. Isto fica evidente ao se analisar as taxas médias

³ Veneza, Florença, Paris, Viena, São Francisco e San Diego, por exemplo, são alguns desses lugares. No Brasil, talvez possam ser enquadradas nesta situação as cidades de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba.

⁴ KOTLER, Philip, HAIDER, Donald H. e REIN, Irving. Op. cit., p. 5.

⁵ Id. Ibidem, p. 5.



geométricas de crescimento anual da população goianiense nos últimos trinta anos: Nos anos de 1970 a população do município cresceu a uma taxa média de 6,57% ao ano; nos anos de 1980, essa taxa caiu para 2,31%; e de 1991 a 2000 se viu uma nova queda e a taxa anual de crescimento da população ficou em 1,91%. Mas, se por um lado o município em termos demográficos, isoladamente, está estagnado, a Região Metropolitana de Goiânia - RMG, não está. Pelo contrário, sua população, nas últimas três décadas, cresceu a taxas médias geométricas anuais de 6,22% entre 1970 e 1980; 3,67% no período entre 1980 e 1991; e 3,24% no período compreendido entre 1991 e 2000.⁶ Ou seja, a po-

pulação da RMG tem crescido mais do que quase todas as demais regiões metropolitanas brasileiras, sendo que no período compreendido entre os dois últimos censos demográficos teve taxa de crescimento maior apenas na Região Metropolitana de Brasília. Por conseguinte, os dados demográficos não identificam que Goiânia teria chegado a seus limites de crescimento e muito menos não ofereceria atrativos para novos imigrantes. Prova disso é que os bairros dos municípios vizinhos que apresentam maiores taxas de crescimento são aqueles que se localizam em áreas conurbadas à Goiânia, ou estão localizados mais próximos da capital goiana.

Tabela 1
Crescimento populacional da Região Metropolitana de Goiânia - 1991 / 2000

Municípios	População		Taxa geométrica média de cresc. anual (em %)	Crescimento acumulado no período (em %)
	1991	2000		
Abadia de Goiás	-	4.971	-	-
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	7,30	88,47
Aragoiânia	4.910	6.424	3,03	30,83
Goiânia	922.222	1.093.007	1,91	18,52
Goianira	12.896	18.719	4,23	45,15
Goianópolis	10.716	10.671	(0,05)	(0,42)
Hidrolândia	10.254	13.086	2,75	27,62
Nerópolis	12.987	18.578	4,06	43,05
Senador Canedo	23.905	53.105	9,27	122,15
Trindade	54.072	81.457	4,66	50,64
Santo Antônio de Goiás	-	3.106	-	-
TOTAL DARM	1.230.445	1.639.516	3,24	33,25
Estado de Goiás	4.018.903	5.003.228	2,46	24,49
RM / Goiás (em %)	30,61	32,77	-	-

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Elaboração: CCN - Central de Consultoria e Negócios.

Tabela 2
Crescimento populacional das Regiões Metropolitanas do Brasil -

Região Metropolitana	População				Taxas médias geométricas de crescimento anual (em %)		
	1991	2000	Tx. de crescimento no período (%)	RM/UF (em %)	1970/80	1980/91	1991/2000
Belém	1.401.305	1.795.536	28,13	29,00	4,25	3,02	2,79
Belo Horizonte	3.429.617	4.325.344	26,12	24,17	4,30	3,48	2,61
Curitiba	2.101.681	2.768.394	31,72	28,95	2,71	1,83	3,11
Brasília	1.121.230	2.952.276	163,31	143,93	4,43	3,15	11,36
Fortaleza	2.401.878	2.984.689	24,26	40,17	4,62	2,52	2,44
Goiânia	1.230.445	1.639.516	33,25	32,77	2,44	1,00	3,24
Porto Alegre	3.230.732	3.718.778	15,11	36,50	4,46	1,87	1,58
Recife	2.919.979	3.337.565	14,30	42,15	3,78	2,68	1,50
Rio de Janeiro	9.768.029	10.817.419	10,74	75,17	5,58	2,91	1,14
Salvador	2.472.724	3.021.572	22,20	23,12	8,05	3,50	2,25
São Paulo	15.444.941	17.878.657	15,76	48,28	6,64	3,68	1,64
TOTAL	45.522.561	55.239.746	21,35	-	ND	ND	2,17

OBS: 1 - População da Região Metropolitana em relação a respectiva Unidade da Federação, exceto em se tratando da RM de Brasília que é constituída pelo Distrito Federal e municípios de seu entorno que fazem parte de Goiás e Minas Gerais.
2 - Da Unidade da Federação da Respectiva Região Metropolitana. Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Elaboração: CCN - Central de Consultoria e Negócios.

⁶ Enquanto isso, no período 1970-1980, as taxas médias geométricas de crescimento anual do Estado de Goiás e do Brasil ficaram em 2,59% e 2,48%, respectivamente; no período compreendido entre 1980-1991 a população goiana cresceu em média 2,33% ao ano, enquanto a população brasileira cresceu em média 1,93%; e no período entre 1991-2000, as taxas geométricas de crescimento anual de Goiás e do Brasil caíram para 2,46% e 1,63%, respectivamente.



A evolução da receita de ICMS arrecadada no município de Goiânia nos anos 1990 e início dos anos 2000, também, não identifica uma situação de economia municipal decadente ou estagnada. Pelo contrário. No ano 2000, o ICMS arrecadado em Goiânia foi de R\$ 971.961.280,00, enquanto os valores arrecadados do mesmo tributo na RMG e no Estado de Goiás ficaram respectivamente em R\$ 1.276.139.880,00 e R\$ 2.198.012.250,00. Já no ano 2002, o ICMS arrecadado em Goiânia aumentou para R\$ 1.528.556.370,00, enquanto na RMG e no Estado a arrecadação atingiu R\$ 2.062.118.000,00 e R\$ 3.020.446.810,00 respectivamente. Isto é, a arrecadação aumentou em relação ao valor arrecadado dois anos antes, 57,26% no município, 61,59% na RMG e 37,42% no Estado. Com isto, a participação de Goiânia no total arrecadado deste tributo em Goiás, que equivalia a 44,22% no ano 2000, passou a representar 50,61% do total arrecadado no Estado, no ano 2002.

Outro aspecto tratado por jornalistas, economistas, lideranças políticas e empresariais e que normalmente leva à conclusão de que estaria havendo um declínio da economia goianiense é a

propalada perda de empresas para municípios vizinhos. Para quase todos os que tratam desse assunto, a mudança de empresas, de Goiânia para municípios vizinhos, seria uma forte evidência da estagnação e do declínio da economia do município. Entretanto, indicadores como o número de empresas ligadas à rede de energia elétrica e a evolução do consumo de energia elétrica, por parte dessas empresas, mostram que de 1995 para cá houve crescimento tanto no número de empresas como no consumo de energia industrial e comercial em Goiânia. Portanto, pode-se afirmar que a economia local não estaria estagnada e, muito menos, em declínio.

Pontos fortes e pontos fracos de Goiânia

Um local que quer atrair visitantes, investimentos e/ou novos moradores precisa identificar, dentre as características que apresenta, quais delas constituem seus pontos fortes (importantes e pouco importantes), quais são seus pontos neutros e quais são seus pontos fracos (pouco importantes e importantes). O quadro abaixo constitui uma tentativa do autor de fazer uma macroavaliação dos pontos fortes e fracos de Goiânia.

Quadro 1
Pontos fortes e fracos de Goiânia

Crítérios	Ponto forte importante	Ponto forte pouco importante	Ponto neutro	Ponto fraco pouco importante	Ponto fraco importante
Clima			X		
Custo de vida	X				
Assistência Médica	X				
Meio ambiente	X				
Criminalidade	X				
Transportes					X
Educação	X				
Artes			X		
Recreação			X		
Empregos					X

Fonte: Inferido pelo autor, com base nos critérios utilizados na edição de 1989 do Places Rated Almanac, de Rand McNally.



Dos dez critérios avaliados cinco deles aparecem como pontos fortes importantes (Custo de vida, Assistência médica, Meio ambiente, Criminalidade e Educação), três como pontos neutros (Clima, Artes e Recreação) e dois como pontos fracos importantes (Transporte e Empregos). A identificação de um bom número de pontos fortes não quer dizer que Goiânia apresente vantagens competitivas significativas em relação a outros municípios do Estado e da região Centro Oeste para atrair investimentos, empresas, visitantes e moradores. Isto porque, "mesmo o conceito de ponto forte deve ser interpretado com cuidado. Embora um local possa ter um ponto forte importante (isto é, uma determinada competência especial), este não representa necessariamente uma vantagem competitiva. Em primeiro lugar, ele pode ser um atributo sem importância para o mercado-alvo. Em segundo lugar, mesmo se for importante, os concorrentes podem tê-lo no mesmo nível. O que é fundamental, nesse caso, é o local ter uma força relativa maior no atributo importante para um grupo-alvo".⁷

Se o grupo-alvo for futuros moradores, os atributos analisados no quadro acima caracterizam Goiânia como uma boa cidade para se morar. Já se o grupo-alvo for de visitantes, vai depender do tipo de turista que se está buscando atrair. Se for o turista de negócios os atributos analisados identificam a cidade como sendo atraente. Mas se for o turista de lazer, os atributos artes e recreação, necessariamente, devem ser melhorados.

Por outro lado, se o grupo-alvo for fábricas, sedes de empresas, empreendedores e investidores, aí, outros atributos devem ser levados em conta. Dentre eles: o mercado de mão-de-obra local; acesso aos mercados de clientes e fornecedores; disponibilidade de locais para implantação de fábricas ou grandes unidades comerciais; infra-estrutura de transportes; oportunidades de educação e treinamento; qualidade de vida; clima comercial; acesso a instalações de pesquisa e desenvolvimento; disponibilidade de capital; impostos; e regulamentos.⁸

⁷ KOTLER, Philip, HAIDER, Donald H. e REIN, Irving. Op. Cit., p. 92.

⁸ Id. Ibid., p. 246.

Em relação à mão-de-obra local ela apresenta as seguintes características: é de baixo custo, em geral não é especializada e é muito pouco sindicalizada. Isto pode ser considerado um ponto forte para empresas pouco especializadas e não-inovadoras, mas constitui um ponto fraco para empresas e negócios que requerem mão-de-obra qualificada e altamente especializada.

Do ponto de vista da atração de novos negócios, são considerados pontos fortes importantes os seguintes atributos locais: acesso aos mercados de clientes e fornecedores; transporte; oportunidades de educação e treinamento; qualidade de vida; e clima comercial. O imposto estadual (o ICMS) em decorrência do programa de incentivos implantado pelo governo estadual, no qual a Prefeitura municipal aderiu, constitui um ponto forte importante, pois torna a região atrativa. Já o principal imposto municipal (o ISS), por ter alíquota maior que as vigentes em alguns municípios vizinhos, constitui um ponto fraco importante. São também considerados como pontos fracos, os seguintes atributos: disponibilidade de locais para implantação de fábricas, já que o custo dos locais disponíveis é muito elevado; e acesso a instalações de pesquisa e desenvolvimento, pois são poucas ou quase inexistentes pesquisas aplicadas sendo feitas na cidade.

A economia municipal: especialização ou diversificação?

Pelo fato de ser a capital do Estado, de fazer parte do eixo econômico Goiânia-Anápolis-Brasília e de estar localizada no centro da maior área agropastoril do mundo e no centro de um mercado consumidor de mais de 4,5 milhões de pessoas, isto se considerarmos as populações das cidades localizadas num raio de até 250 km de distância, Goiânia se tornou uma economia bastante dinâmica e um importante pólo comercial e de serviços.

Contando com um setor de serviços bastante diversificado e um forte comércio varejista, a capital goiana, com a nona maior renda per capita entre as capitais brasileiras, aparece em 2001, no 11º lugar no ranking de maior Índice Potencial de Consumo, dentre todas as cidades brasileiras. Já em estudo feito com base em inferências



e probabilidades de investimentos em âmbito nacional e regional, a Revista Suma Econômica prevê que Goiânia está em 9º lugar como município ou microrregião com maior potencial de crescimento no período 2004 a 2010. Segundo a revista, em se tratando de potencial de crescimento econômico, a capital do Estado de Goiás só perderia para as seguintes localidades: Macaé, no Estado do Rio de Janeiro; Rondonópolis, no Mato Grosso; o eixo Campinas-Ribeirão Preto, em São Paulo; Barueri e adjacências, também no Estado de São Paulo; o Distrito Federal; Vitória, no Espírito Santo; Santos, em São Paulo; e Florianópolis, em Santa Catarina.⁹

Poucos municípios e regiões conseguem implantar um planejamento eficaz na promoção e desenvolvimento de suas vocações econômicas, bem como são capazes de criar marcas e imagens sólidas para os produtos e serviços que produzem, fornecem e prestam. As localidades, em geral, desejam ampliar e diversificar suas atividades econômicas, mas nem todos podem ter a opção da diversificação econômica. Na realidade, a grande maioria das localidades tem uma única opção: concentrar seus esforços no desenvolvimento de um mercado específico, ou em poucos mercados específicos.

Goiânia seria igual à maioria dos municípios brasileiros, ou seria uma economia diferente? É um município de economia especializada ou diversificada? Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, que são obrigadas a se contentarem com a especialização de suas economias, Goiânia tem uma economia bastante diversificada, caracterizada por ter: um forte comércio varejista; um dinâmico e diversificado setor de serviços, que cresceu muito nas últimas décadas, especialmente nas áreas de educação, saúde e telecomunicações; aglomerados de negócios na indústria alimentícia e na saúde; um grande número de confecções; e um comércio atacadista que constitui uma potencialidade a ser explorada, assim como o turismo de eventos e de negócios.

⁹ Revista Suma Econômica, Edição n° 309, de janeiro de 2004, p. 14-22.

Apesar dos riscos e ameaças existentes,¹⁰ a economia goianiense tende a continuar se expandindo nos próximos anos e por certo continuará sendo uma economia diversificada, fortemente ancorada no setor terciário, principalmente no comércio varejista e nos serviços de educação, saúde e telecomunicações. Isto porque a economia do Centro Oeste, continuando seu processo de crescimento a taxas maiores que as da economia brasileira, como tudo parece crer que vai ocorrer nos próximos anos, por certo contribuirá para a ampliação ainda maior do mercado local. Ao mesmo tempo, os investimentos que estão sendo feitos na RMG e os investimentos programados para os próximos anos para a região, tendem a manter e até ampliar a importância do comércio varejista e do setor de serviços como principais atividades econômicas do município. Por outro lado, no futuro, o setor de turismo poderá até se consolidar, desde que ocorra a ampliação dos atrativos existentes, o aumento e a melhoria da infra-estrutura de transportes e da rede hoteleira, bem como capacitação da mão-de-obra e dos empreendedores atuantes no setor.

A economia municipal cresceu nos últimos anos, graças aos investimentos públicos em infra-estrutura e à própria dinâmica do mercado regional. Mas não pode mais ficar a mercê do mercado e aguardando os investimentos a serem feitos pelos governos Estadual e Federal. Por conseguinte, é de fundamental importância que as lideranças políticas e empresariais do município assumam uma abordagem adequada de desenvolvimento, que propicie a elaboração e divulgação de um diagnóstico municipal consistente e realista, e que possibilite a elaboração e implantação de um plano municipal e regional de desenvolvimento econômico.

Julgo que a abordagem de desenvolvimento mais adequada é a do planejamento estratégico vol-

¹⁰ As ameaças e riscos existentes estão na explosão demográfica de alguns municípios da RMG e na guerra fiscal promovida por uma parte desses municípios contra a capital do Estado, o que dificulta a arrecadação do ISS aqui e prejudica a principal vocação econômica do município, já que ocasiona uma concorrência desleal entre as empresas prestadoras de serviços aqui legalmente constituídas e as empresas instaladas no Entorno, mas que continuam prestando serviços é aqui mesmo.



tado para o mercado, pois ela trabalha com categorias de análise importantes como as ameaças e as oportunidades externas, os pontos fortes e fracos da localidade e as vocações econômicas locais. Além disso, caso o cenário externo e o ambiente interno sofram alterações relevantes, o que normalmente ocorre, esse tipo de abordagem possibilita promover correções de rumos no que foi planejado.

E, finalmente, tendo em vista as deficiências e vocações econômicas locais, quais os objetivos estratégicos que devem ser priorizados para se atingir o desenvolvimento econômico de Goiânia? Implantar uma política municipal de industrialização? Atrair grandes empresas para o município? Incentivar a indústria de confecções? Incentivar e apoiar o crescimento ainda maior do setor de serviços, principalmente nas áreas de educação, saúde, turismo de negócios e turismo de eventos? Tornar Goiânia um pólo de informática e/ou atacadista? Transformar Goiânia na capital do agronegócio? Consolidar Goiânia como grande centro comercial? Não

existem ainda respostas consistentes e seguras para estas questões. Talvez somente um amplo processo de planejamento estratégico seria capaz de encontrá-las.

Referências:

Revista Suma Econômica, [S.L], ed. nº 309, jan. 2004.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Produto Interno Bruto Municipal - 2000**. Goiânia: SEPLAN, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: [S.N.], 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: [S.N.], [199-?].

KOTLER, Philip; HAIDER, Donald; REIN, Irving. **Marketing Público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões e países**. São Paulo: Makron Books, 1994.



Fronteiras para o Agronegócio em Goiás - o Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)



Sônia Milagres Teixeira *

Resumo

O trabalho discute o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação na busca de constituir alternativas ao desenvolvimento sustentado do agronegócio em Goiás. Descreve ações de fomento a projetos de pesquisa que visam reforçar aspectos de qualidade e competitividade das cadeias produtivas e apresenta atuação na Secretaria de Ciência e Tecnologia que visam contribuir para maior informação e organização das cadeias produtivas que redundem em benefícios e mudança estrutural, com equidade, geração de emprego e renda do setor.

Palavras Chave: dimensões de sustentabilidade; qualidade; Biodiesel; rochas potássicas alternativas.

Introdução

Dentre muitos desafios da Ciência e Tecnologia ao contribuir para o desenvolvimento sustentável e a competitividade, evidencia-se o seguimento do processo de implementação de tecnologias inovadoras que redundem em ganhos de qualidade de vida, suas dimensões social, econômica e harmonia com o meio ambiente. No processo produtivo, o crescimento da produtividade total (resultado direto da adoção de tecnologias inovadoras) dos fatores envolvidos, constitui a base do desenvolvimento sustentado¹, da competitividade

de, permitindo resgatar a relação entre ganhos de produção e transformação estrutural da economia.

Não apenas se dinamiza a composição da produção que se baseia em novos arranjos institucionais, em seus sistemas produtivos, como o formato e tecnologias, enquanto conhecimento adicionado aos diversos processos, em todos os elos da cadeia produtiva. A garantia de sustentabilidade do processo se dá pela vigilância aos mecanismos distributivos, visando maior equidade, além da observância dos impactos à ambiência, físico, institucional e cultural a que a medida se aplica. Conforme o político socialista "quando existe avanço tecnológico sem avanço social surge, quase automaticamente, o aumento da miséria" (Michael Harrington, 1962). A construção e monitoramento de indicadores de mudança estrutural e de especialização, que a tecnologia propicia, vem subsidiar a compreensão do processo de transformação. (Gasques, 2001; Mueller, 2001).

Estudos que relacionam o crescimento econômico e transformações setoriais enfatizam tendência e declínio da participação da agricultura no PIB, a redução da proporção do emprego agrícola sobre o total e crescente ênfase ao conjunto do agronegócio, em suas cadeias produtivas, constituindo traços da experiência do crescimento em diversos países (Gasques, 2004, Veeman, 1995; Johnston e Kilby, 1977).

A agricultura brasileira que em 1949 representava 23% do PIB, passou, em 1970, a 10% e em 2000, foi estimada em 7%; neste último, a indústria representou 31% e os serviços, 52%. Do pessoal total ocupado, em 1940, 11 milhões (28,2% da população total), em 1970, 17,6 milhões (18,9%) e em 1998, 13,7 (8,4%) milhões evidenciam a tendência de declínio do emprego agrícola e do crescimento do produto explicado por ganhos de produtividade da terra e dos bens de capital, da crescente

* Ph.D, Economista Rural, Pesquisadora da Embrapa, Professora do Mestrado em Agronegócio da UFG e do Mestrado em Direito Agrário da UFG; Gerente de Fomento à Pesquisa da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás. e-mail: smilagres@sectec.go.gov.br
¹ O documento que trata da política Nacional de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural (2004) adota o conceito como "processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e solidariedade entre gerações.



especialização do capital humano envolvido (instrumentação, maquinário, etc.).

Em Goiás não se questiona a importância do setor de agronegócios, de produtor de matérias primas, a uma crescente incorporação de tecnologias aos diversos processos de produção e logística que contribuem para o crescimento acelerado da economia estadual. Ao se revisar a composição do PIB incorporando o conceito de cadeia produtiva, os diversos elos, da produção primária, seus fornecedores, ao processamento e distribuição de alimentos e fibras se constata parcela relevante dos serviços e a indústria predominantemente vinculada a esse setor². O desenvolvimento brasileiro e, sobretudo goiano passam pelo fortalecimento do agronegócio.

A sustentabilidade da expansão do setor de agronegócios,³ em Goiás, cada vez mais explicitada na mídia, está intimamente ligada a novas formas de adaptação aos diversos mercados. Antes de tudo é preciso evidenciar esse direcionamento necessário do setor que se especializa, assim como todos os agentes atuando nas diversas instâncias da cadeia produtiva - orientação efetiva para o mercado, atendimento a demandas específicas e localizadas, em mercados de nicho, além da observância das oportunidades que se abrem, muitas vezes conjunturais e profundamente associados a riscos de clima e de preço, além da competitividade de custos, expressa em vantagens comparativas regionais, uso de tecnologias apropriadas e monitoramento contínuo de informações, insumo também estratégico para o sucesso do negócio.

² A noção de agribusiness foi originalmente utilizada por Davis & Goldberg, em 1957, e permite situar a atividade agrícola em uma seqüência produtiva ampliada, num processo à montante (insumos necessários à produção) e a jusante (conjunto que completa o processo produtivo). Cadeia produtiva (do francês *filière*), derivou da necessidade de operacionalizar o estudo do agribusiness, fixando-se como metodologia, o seguimento de um processo produtivo, em cadeia, da produção da matéria prima à logística, processamento e consumo.

³ Em Goiás são apontados índices de produto, em 1995, 2,82 vezes maior que a referência (1970 = 100), a produtividade da mão-de-obra cresceu 1,8 até 1980 e 2,89 vezes em 1995 e a da terra apresentou crescimento de 1,55 vezes em 1980 e 2,93 vezes a produtividade em 1970, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE

Neste trabalho procuraremos relatar experiências vividas junto a Secretaria de Ciência e Tecnologia Estadual, na busca de contribuir para a implementação de políticas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que constituam reforço aos diversos arranjos produtivos e que apontem caminhos novos para a sustentabilidade do patente dinamismo e crescimento do setor de agronegócios em Goiás.

Novas tecnologias nos programas de melhoria, da UFG, Embrapa, Agência Rural e outras Instituições de pesquisa, e resultantes de pesquisa e adaptação de práticas culturais, do Manejo Integrado de pragas, doenças e ervas daninhas, da associação de cultivos mínimos, da agricultura orgânica são fundamentais para o sucesso e sustentabilidade do agronegócio, devendo constituir objeto de constante escrutínio, seus resultados.

Especificamente procuraremos nos referir, neste trabalho, a três áreas de atuação, explicitada em projetos de pesquisa, em diferentes estágios de implementação, junto a Instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas públicas e privadas, no Estado, e que constituem perspectivas para o setor:

- os arranjos produtivos locais (APLs) reforçados por ações de pesquisa, nas universidades, institutos de pesquisa e nas empresas, com destaque às questões de **qualidade** e **salubridade**⁴ dos alimentos - a exemplo, de projeto que subsidia a certificação de café produzido no Estado, com padrões que se equivalem aos de melhor qualidade, no país; o reforço a estudos de qualidade e salubridade da carne bovina, com atenção à maior interação com laboratórios de análise e pesquisa em Vigilância Sanitária, reforço aos serviços de informação para maior organização das cadeias produtivas, também pela atuação junto à plataforma de suínos e aves, e os arranjos produtivos de produtos lácteos, em ações localizadas, no estado.

⁴ Refere-se à segurança do alimento, diferindo de segurança alimentar, conceito mais relacionado a suprimento, quantidade do alimento.

“O desenvolvimento brasileiro e, sobretudo goiano passam pelo fortalecimento do agronegócio”.



• o biodiesel, uma solução nacional para a inclusão social, como alternativa de diversificação na agricultura familiar, enfatizando a pluriatividade e o envolvimento institucional, nos diversos processos, da viabilização de cultivos de oleaginosas alternativas, da produção primária, à adaptação de processos de esterificação, filtragem e agregação de valor e serviço às atividades de geração de energia - na residência, na comunidade, na irrigação, na produção agrícola, e pecuária na propriedade familiar. A agricultura familiar é reconhecidamente o setor com grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda. A produção advinda da agricultura familiar atende nichos de mercado (ex. agricultura orgânica, flores, entre outros), cria oportunidade de geração de divisas e contribui para a diversificação do uso do espaço rural.

• o uso de fontes alternativas de fertilizantes - exploração de rochas de potássio, o insumo agrícola ainda predominantemente importado de outros países⁵, essencial para níveis de produtividade da terra e que, se exploradas nossas fontes alternativas representarão maior ganho de competitividade, pela redução de custos de produção de grãos, em solos de cerrado.

A matriz agroindustrial do Estado encontra-se em avançado estágio de modernização e com enormes possibilidades de articulação e desenvolvimento sustentado a partir do impulso às atividades de tecnologia e das ações de inovação.

O papel da Ciência, Tecnologia e da Inovação Tecnológica (C,T & I)

Os economistas neoclássicos, no início do século XX reconheceram o papel da tecnologia, destaque-se a contribuição pioneira à teoria de equilíbrio geral, no trabalho de Hicks, sobre a quantificação da mudança tecnológica. Na visão neoclássica, a acumulação de capital conduz a crescimento de curto prazo, mas os ganhos de capital eventualmente sucumbem a retornos

⁵ Veja por exemplo, dados do Pensa, 2002.

“A agricultura familiar é reconhecidamente o setor com grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda”.

marginais decrescentes e o crescimento da produtividade fica inteiramente condicionado ao progresso técnico exógeno. Há que se reforçar o crescimento sustentado da produtividade e do produto, endogenamente à economia. A teoria recente é enriquecida por vários trabalhos numa visão, pelo menos, bifurcada - a neoclássica e a nova teoria do crescimento. No sentido amplo, investimento - que inclui dispêndios e ativos tangíveis: educação, treinamento e acumulação de capital humano, Pesquisa e Desenvolvimento tem papel essencial em ambas abordagens apesar de efeitos diferenciados das medidas, no crescimento da produtividade (Stirok, 2001).

Tecnologia, produto do conhecimento científico, quando devidamente apropriada e adotada ao ambiente, desloca a função de produção, re-

sultando em ganhos de produtividade, seja via conhecimento adicionado ao(s) processo(s), à composição dos fatores, aos insumos na produção e produto, em todos os níveis. Desde Marx há registros do progresso tecnológico na agricultura, os resultados históricos da combinação da pecuária, seu resí-

duo orgânico redundando em maiores ganhos nas lavouras ancestrais, na Inglaterra. Já se mencionavam os efeitos da tecnologia poupadora de trabalho, dentre as fontes de crescimento econômico.

I. Nos APLs, concebidos na nova visão de cadeias e seus diversos elos, vislumbra-se o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação, processos de geração, implementação (na pesquisa) e desenvolvimento pela transferência (na extensão), enquanto serviços para articulação e organização dos diversos agentes da cadeia produtiva. Localiza-se, na concepção desses arranjos, como mais um agente que, em articulação com os diversos parceiros, contribui para o aperfeiçoamento do arranjo. Supõe, então a organização produtiva existente, com seus diversos componentes, no conjunto das atividades e, nesse sentido, há que levar em conta o antagonismo de interesses, no mercado. Na caracterização dos diversos atores e suas demandas, busca cultivar interesses comuns, baseados em valores relaci-



onados a ganhos de qualidade, organização da cadeia produtiva, via melhores níveis de informação que reduzem assimetrias e garantem o crescimento econômico, com mudança estrutural sustentável.

A SECTEC vem participando das ações junto aos arranjos produtivos locais, através da seleção de projetos que buscam essa concepção - caracterização e formato das cadeia produtivas, ações de capacitação dos agentes, identificação de gargalos e monitoramento da implementação de tecnologias, seja em fase de geração, adaptação e transferência.

Dos exemplos mencionados, o agronegócio de carnes conta com cerca de 03 projetos de pesquisa financiados nos programas Proinpe (Programa de Incentivo à Pesquisa), Pappé (Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa) e DCR (Desenvolvimento Científico Regional, para atração e fixação de Doutores), com vistas a contribuir com ganhos da qualidade. O primeiro projeto referido subsidia ações na Escola de Veterinária da UFG, que monitoram características sanitárias da carne, em frigoríficos com SIF (Serviço de Inspeção Federal); o segundo é parte da seleção das ações de pesquisa junto a Empresas e visa melhorar o rebanho para carne; o terceiro constitui pesquisa mais básica, voltado aos elementos associados à qualidade e maciez da carne bovina produzida em Goiás.

O projeto café, dentre os de pesquisa na Empresa, a ser implementado por pesquisadora da Agência Rural, baseia-se em resultado da tese de mestrado da mesma, que organizou evidência científica das qualidades intrínsecas do produto goiano, com características para consumo tão semelhantes ou melhores que os cafés do Cerrado de Minas, considerados entre os de maior qualidade, em nível internacional. Resta muito para que se alcance tal reconhecimento no mercado, mas há que se trabalhar a organização dos agentes para que se obtenha a Certificação de Origem do produto goiano. Sobretudo, há que se distinguir o café do cerrado goiano também junto aos consumidores, o que torna com-

plexa a ação de C&T, desde a concepção dos projetos de pesquisa.

II. O biodiesel, combustível de fonte renovável, não poluente, já constitui realidade em propriedades familiares do semi-árido brasileiro, encontra apelo em Goiás como alternativa para inclusão social de parcela relevante da agricultura familiar.

Como política de governo, constituirá resposta à necessidade de uma atuação concentrada ao enfrentamento da pobreza rural, altamente correlacionada à fragilidade da produção agrícola familiar, em algumas regiões, principalmente ao Norte/Nordeste do estado. As ações previstas nesse projeto, em princípio, de adaptação e seleção de alternativas de cul-

tivos de oleaginosas, visam coordenar esforços de parceiros vinculados à difusão, transferência e capacitação dos agricultores, suas famílias e comunidades, quanto aos procedimentos para implementação da produção, processamento e uso do biodiesel, numa busca de

pluriatividade no espaço agrícola familiar, em articulação com os diversos agentes da cadeia produtiva do combustível.

Impõe que se estabeleça entendimento comum acerca de conceitos, à localização e clientela, no sentido de delimitar sua amplitude, tendo em vista a agricultura familiar como componente essencial de um projeto de desenvolvimento e consolidação democrática, a exemplo do ocorrido em sociedades desenvolvidas - da Europa, Canadá, Estados Unidos e Japão. Tal contextualização é importante ao fazer frente aos argumentos que insistem em profetizar seu desaparecimento e nulidade econômica e social. Há que se implementar ações conjuntas visando mobilizar recursos que viabilizem alternativas para a diversificação de atividades, geração de renda e emprego nessas áreas. O grupo de fomento à pesquisa, na SECTEC elaborou um conjunto de metas para atuação junto ao Programa Goiás Biodiesel. Propõe reunir esforços em todos os elos da cadeia produtiva, realizados em instituições públicas e privadas de P&D, Uni-

“Como política de governo, o biodiesel constituirá resposta à necessidade de uma atuação concentrada ao enfrentamento da pobreza rural”.



versidades, laboratórios, fabricantes com plantas industriais de produção de biodiesel, produtores, em suas comunidades, trabalhadores da agricultura e parceiros governamentais, sob o reconhecimento de iniciativas já existentes de pesquisas e desenvolvimento do biodiesel, combustíveis da biomassa, oleaginosas e óleos animais e vegetais. Propõe participar de ações de capacitação, organizar fóruns de discussão de conteúdo dos projetos, orientar e coordenar estudos para o monitoramento de Indicadores sociais e econômicos para quantificar e qualificar demandas dos diversos agentes na cadeia produtiva, em nível de municípios selecionados pelo Programa.

Assim, o programa pretende introduzir um novo combustível na matriz energética estadual, a partir de um projeto auto sustentável, considerando adaptabilidade, competitividade e preços, com qualidade e garantia de suprimento; verticalização da produção agrícola através de empresas de base tecnológica; incremento ao processo de inovação tecnológica do setor produtivo goiano; e substituição de importação, com ênfase a uma política de inclusão social.

O dinamismo do setor de agronegócios em Goiás e sua capacidade de adequar-se a novos mecanismos de estímulo à produção deixam clara a possibilidade de atender às metas de suprimento e, sobretudo, políticas de desenvolvimento sustentável apontam para relevantes vantagens da substituição de diesel por combustível verde, reforçando a vocação agrícola, em harmonia com o ambiente, além da absoluta prioridade às questões sociais.

São identificados pelo menos quatro aspectos relacionados a P&D para a implementação da política de incentivo à produção de biodiesel ⁶: **i)** a produção agrícola da matéria prima de óleos vegetais; **ii)** produção agro-industrial (extra-

⁶ Estima-se que a produção de Biodiesel, em Goiás poderá gerar mais de 100 mil empregos e que a participação da pequena agricultura familiar, nos mais de 300 assentamentos existentes atinja 20% do total de óleos vegetais para biodiesel, correspondendo a 15.000m³. Para as metas em B2 (2% de biodiesel no diesel), estimam-se em 32.450 m³ as necessidades para 2005, segundo dados do Ministério dos Transportes/GEIPOP.

ção e processamento); **iii)** monitoramento econômico-ambiental e **iv)** políticas complementares que viabilizem a produção, dados os custos de oportunidade de oleaginosas nobres. No caso da soja e da mamona é possível comprometer parcialmente a produção residual da soja e viabilizar, em pequenas propriedades a oferta de mamona para biodiesel em menor escala e uso na comunidade.

É evidente o potencial agrícola e a possibilidade de utilização de recursos para a produção do biodiesel em escala que o torne competitivo, assim como é possível tornar-se referência na pesquisa, utilização, processamento e controle de qualidade. Arranjos produtivos locais baseados na produção de culturas oleaginosas poderão voltar-se para constituir escala capaz de prover oferta do produto. Políticas complementares de crédito subsidiado, além da possibilidade de absorver parte da produção de pequenas propriedades, pela articulação da utilização em frotas públicas cativas e em comunidades, farão parte da agenda de discussões.

“Arranjos produtivos locais baseados na produção de culturas oleaginosas poderão voltar-se para constituir escala capaz de prover oferta do produto”.

III. A terceira área de atuação visando contribuir para a sustentabilidade dos ganhos de competitividade do agronegócio, refere-se a projeto de pesquisa junto à Embrapa para análise de alternativas de fontes de potássio, em substituição às importações maciças desse insumo agrícola. O projeto compõe a rede denominada Rochas Brasileiras como Fontes Alternativas de Potássio para o uso em Sistemas Agropecuários, consta das ações de pesquisa coordenadas pela Embrapa CPAC. Visa acompanhar os diversos processo da cadeia (preparação, disponibilização e efeitos na agricultura), em um esforço de composição da matriz de custo e análise de viabilidade, custos de oportunidade e retorno dos investimentos em alternativas para substituir o potássio importado.

A produção brasileira de fertilizantes, na década de 90, saiu de 8,2 milhões de toneladas para 17,1, em 2001 e 19,0 em 2002; 22,8 em 2003, em formulações e fertilizantes simples, segundo a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos). O potássio, em suas formas de cloreto,



sulfato, salitre e nitrato totaliza consumo de 6,15 milhões, dos quais 3,6 milhões são importadas⁷. O potássio pode aumentar a eficiência de uso de outros nutrientes pelas plantas, principalmente de Nitrogênio. Tem efeito benéfico na qualidade de uma gama extensa de culturas, principalmente em termos da melhoria na quantidade e qualidade de proteínas e resistência ao frio. Não há registros de poluição ou periculosidade à saúde pelo uso dos fertilizantes potássicos na agricultura. (IFA, 2001).

Projetos que visem explorar o potencial de rochas para a parcial substituição da necessidade do fertilizante, cujas possibilidades incluem problemas de solubilidade, efeito residual a ser elucidado, constituindo papel da pesquisa seu escrutínio. Em toda essa discussão enfatiza-se o papel do Estado, em políticas de C,T&I para o agronegócio, extensivamente discutidas nas Universidades e centros de pesquisa, da Embrapa, Empresas Estaduais e privadas, na Região. Centram-se na implementação de projetos que elucidam governança, entendimento da estrutura, contribuindo para reduzir assimetria de informação entre os elos. Estudos que redundem em melhoria da qualidade, organização da informação, maior eficiência dos processos, capacitação para a implementação de novas técnicas e inovação constituem parte da agenda de pesquisa para o agronegócio, em Goiás.

Considerações Finais

A Secretaria (Sectec) enquanto espaço de concretização da política de C,T & I, busca organizar e disponibilizar informação e oferecer mecanismos e ambiente de discussão de conteúdos para os projetos, que se vinculam aos programas de governo (PPA) e contribuem para o desenvolvimento sustentado.

Há que se cultivar maior interação dos agentes de C, T & I e políticos, no sentido da cooperação Governo, Empresas, Universidades e Cen-

tros de Pesquisa, e sua relação com comunidades de produtores e suas organizações.

O monitoramento de C, T & I com vistas ao desenvolvimento sustentado, na dimensão sócio - econômica, deverá basear-se em uma série de Indicadores quanto possível descentralizados, já que seu agregado não reflete a real dimensão do setor na economia. O impacto positivo ou negativo das medidas há que se avaliar em cada contexto. A associação com indicadores, da dimensão ambiental, da sustentabilidade, das tecnologias de produto e processo deve ser mais intensamente cultivada, nas diversas cadeias produtivas.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural**. Brasília, DF, 2004.

GASQUES, J.G; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira**. Brasília: IPEA, 1997.

_____. Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. 539p. il.

Harrington, Michael. **The Other America: Poverty in the United States**, New York: Macmillan, 1962. ISBN 068482678.

IFA - International Fertilizer Industry Association. **O uso de fertilizantes minerais e o meio ambiente**. [S.L.: s.n], 2001.

JOHNSTON, B.F.; KILBY, P. **Agricultura e Transformação Estrutural. Estratégias Econômicas de Países em Desenvolvimento**. [S.L.]: Zahar Editores, 1977.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Apoio à Instalação dos Fóruns de Competitividade nas Cadeias Produtivas Couros/Calçados, Têxtil, Madeira/Móveis e Fertilizantes. Complemento do Relatório sobre o Setor de Fertilizantes**. São Paulo, 2002.

STIROH, K. What drives productivity growth?. **Economic Policy Review**. Mar. 2001.

VEEMAN, T.S. Agricultural and Resource Economics: challenges for the 21st Century. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, v. 43, n. 4, dec. 1995.

⁷ Em Goiás, o consumo total do fertilizante, cerca de 2 milhões de toneladas, em 2003, representou crescimento de 23,4%, em relação a 2002. Corresponde a 12,6% do total consumido na Região Centro Oeste e 9,5% do consumo total do país. A Região CO, portanto representa 75% do consumo brasileiro de fertilizantes, da ordem de 17,2 milhões de toneladas, tamanha a importância dessa indústria para a Região.



Americano do Brasil e o Novo Ciclo da Mineração em Goiás

O Estado de Goiás presencia um "Novo Ciclo da Mineração". Esta realidade é determinada por projetos de exploração mineral (implantação e expansão) cujos investimentos somam US\$ 1,2 bilhões, considerando somente os desembolsos diretos e a programação das mineradoras para os próximos três anos.

São projetos relacionados à exploração de ouro (Fazenda Nova, Alto Horizonte, Faina), níquel (Niquelândia, Barro Alto, Americano do Brasil), cobre (Alto Horizonte e Americano do Brasil), cobalto (Niquelândia, Barro Alto e Americano do Brasil) e fertilizantes (Catalão), que devem entrar em operação até 2007.

Desses, destaca-se o Projeto Americano do Brasil (Níquel-Cobre e Cobalto) representando a história da mineração em Goiás. É um documento referência em termos de programa de prospecção e pesquisa mineral e de uma política mineral de governo implantada em Goiás a partir da década de 60. E mais, é a esperança e a concretização de geração de renda e empregos desde os primeiros trabalhos realizados na região nas últimas três décadas.

Situada a 128 km de Goiânia, a "mina" de Americano do Brasil foi descoberta e pesquisada pela Metais de Goiás S/A - METAGO (empresa pertencente ao Governo do Estado de Goiás) a partir de 1973, constituindo-se a primeira jazida do gênero descoberta na América do Sul e conseqüentemente representando um grande mérito de toda a equipe e do programa de exploração mineral da própria METAGO.

* Geólogo, mestre e doutorando pelo IG-UnB e Superintendente de Geologia e Mineração da SIC.



Luiz Fernando Magalhães *

Os estudos e a pesquisa mineral realizados demonstraram uma reserva total (medida e indicada) de 4.236.443 toneladas, contendo 0,70% de níquel, 0,68% de cobre e 0,04% de cobalto. Não obstante esses números indicarem uma jazida de pequeno porte, tem-se indicativos da possibilidade de serem ampliados.

Após a definição dessa reserva foi elaborado, em 1979, o estudo de viabilidade econômica, demonstrando a viabilidade técnica e econômica para se implantar um complexo industrial, integrando operações de lavra, concentração do minério e hidrometalurgia, visando à produção de níquel metálico, sulfato de cobre, óxido de cobalto e superfosfato simples a partir do aproveitamento do ácido sulfúrico obtido como subproduto em Catalão.

Os investimentos para implantação desse projeto eram da ordem de US\$ 56 milhões, com uma vida útil de 11 anos, para uma produção de 5.790 t/ano de sulfato de cobre, 1.950 t/ano de óxido de níquel eletrolítico, 208 t/ano de óxido de cobalto e 106.000 t/ano de superfosfato simples.

Não obstante o início da implantação do projeto minero-metalúrgico em 1980, as obras foram paralisadas em dezembro de 1981, em função, principalmente, da queda nos preços dos metais no mercado internacional, especificamente níquel e cobre, o que, naquele momento, inviabilizava o projeto então concebido.

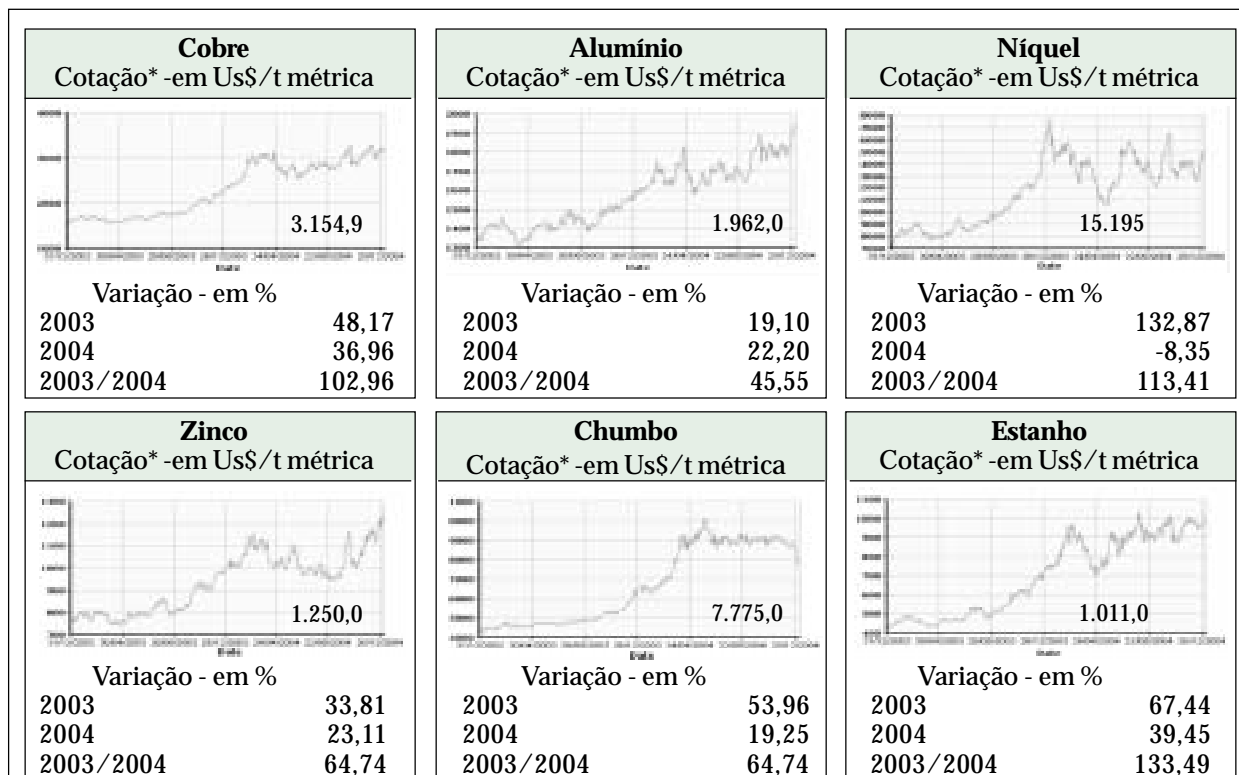
Dessa maneira, o projeto de exploração daquela riqueza do subsolo goiano é posto em "stand by", aguardando condições objetivas, como melhores preços das commodities minerais no mercado internacional e uma adequada política mineral por parte do Governo do Estado, capazes de viabilizarem empresarialmente o empreendimento.



Como resultado da recuperação econômica a partir de 2003 e as crescentes demandas por matérias primas minerais no mercado internacional, instala-se um cenário de elevação contínua e consistente dos preços dessas commodities.

A partir daquele momento até a presente data tem-se uma valorização significativa de praticamente todas as commodities minerais, com destaque para os metais, conforme ilustra a figura 1:

Figura 1
Cotação das Commodities Minerais - Bolsa de Metais de Londres



Estoques de Metais

	Em mil toneladas métricas							
	Datas			Variação em Toneladas			Variação %	
	31/dez/02	31/dez/03	31/dez/04	2003	2004	20/3/2004	2003	2004
Cobre	856,4	433,0	48,9	-423,4	-384,1	-808,0	-49,4	-88,7
Estanho	25,6	14,5	7,7	-11,1	-6,8	-18,0	-43,4	-47,0
Chumbo	184,0	110,2	40,7	-73,9	-69,5	-143,0	-40,1	-63,1
Zinco	651,2	740,4	629,4	89,3	-111,0	-22,0	13,7	-15,0
Níquel	22,0	24,1	20,9	2,1	-3,2	-1,0	9,5	-13,2
Alumínio	1242,7	1423,3	694,8	180,6	-728,5	-548	14,5	-51,2

Fonte: Jornal Valor Econômico, 04/01/05

Este cenário econômico internacional extremamente propício à mineração evidencia condições objetivas capazes de viabilizarem não só a retomada empresarial do Projeto Americano do Brasil, como também a implantação e expansão de outros projetos como colocado anteriormente. A isto somam-se políticas públicas, como a política mineral, implantadas desde 1999 pelo governo de Goiás, que se antecipam àquele cenário com estruturas, programas e ações capazes de contribuir para a viabilidade daqueles projetos.

Assim, a METAGO, dentro do arcabouço da política mineral do Governo do Estado, transfere, através de licitação pública de melhor preço e projeto, à Prometalica Mineração Ltda os direitos minerais de exploração sobre as reservas daquele depósito. A Prometalica Mineração Ltda é uma associação de capital nacional com capital canadense (Grupo Jaguar).

O projeto da Prometalica, previsto para seis anos, está orçado em 21,5 milhões de dólares, ou 62



milhões de reais. As obras de implantação iniciaram-se em meados de 2004 com o começo da operação programado para janeiro/fevereiro de 2005.

O projeto tem como objetivo a produção anual de 16 mil toneladas de concentrado de cobre e de 40 mil toneladas de concentrado de níquel. O Estado de Goiás já é o primeiro produtor de níquel do Brasil e com a produção de Americano do Brasil essa posição fica ainda mais consolidada. Na produção de cobre, Goiás junta-se ao Estado da Bahia e do Pará, hoje únicos produtores do país.

Empregos que serão gerados:

Diretos:	Indiretos:
350 (construção)	1400 (construção)
300 (operação)	1200 (operação)

O faturamento anual é da ordem de 92 milhões de reais, ou 30 milhões de dólares.

Diante das dimensões e características do projeto e considerando a realidade da região, o aproveitamento sustentável das reservas de níquel, cobre e cobalto de Americano do Brasil, constitui um indutor expressivo ao desenvolvimento econômico e social da região assim como da sua qualidade de vida, e, por conseguinte ao do estado.

Dentro dos aspectos sociais, este empreendimento propiciará elevação na geração e diversificação de empregos, qualificação da mão de obra e uma demanda por um nível de infra-estrutura até então inexistente na região, principalmente no que diz respeito a energia, estradas, escolas e hospitais.

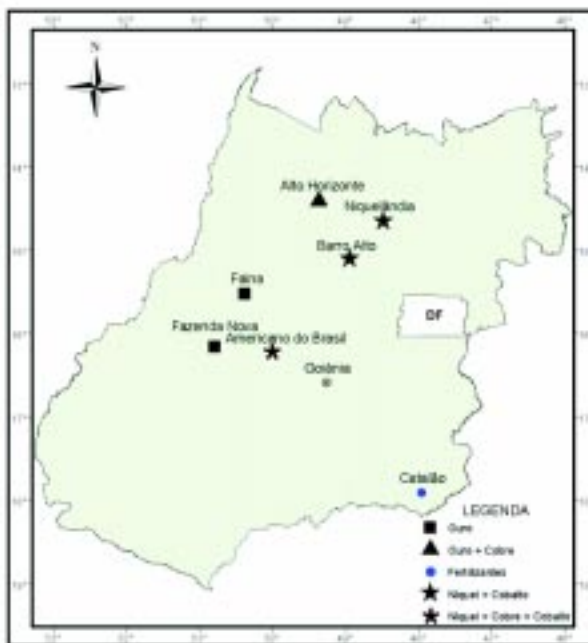
Com relação aos aspectos econômicos, a região terá um expressivo aumento da renda, até então representada basicamente pela atividade agropecuária, um aumento também relevante na receita do município oriunda dos tributos como ICMS e CFEM, e o Estado, entre outros resultados, uma maximização do valor de sua pauta de exportação.

Durante os seis anos, o projeto vai gerar de 4 a 4,5 milhões de dólares de ICMS para o Estado, além dos encargos sociais.

O Governo do estado e o Municipal, respectivamente, deverão receber (estimativa), 30 mil e

75 mil dólares por ano, correspondentes à cota parte da CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral) durante a vida útil do Projeto. Além disso, o Governo do estado, decorrente da venda do depósito, terá royalties de 2% sobre a produção, algo como 2,1 milhões de dólares, pelo período estimado de seis anos de exploração, que constituirão também em receita do Funmineral.

Figura 2
Localização dos Principais Investimentos
Minerais em Goiás (US\$ 1,2 bilhões)



Referências

Consumo em alta e aperto na oferta prometem mais brilho as cotações. **Valor Econômico**. 04 jan. 2005.

GOIÁS. Agência Goiana Industrial e Mineral. **Diagnóstico do setor mineral goiano**. Goiânia: AGIM, 2001.

MINERAÇÃO MARACÁ IND. COM. S/A . **Projeto Chapada**: apresentação, 2004.

PROJETO AMERICANO DO BRASIL - **Relatório Final de Pesquisa/Estudo de Viabilidade Econômica**. Metais de Goiás S/A - METAGO, 1977.

REIS, Roque Luiz Godoy. Investimentos em Goiás superam US\$ 1,2 bilhões nos próximos anos. **Brasil Mineral**, [S. L.], n. 233, out. 2004.



A Nova Realidade do Nordeste Goiano

Estamos vivendo hoje momentos de contínuas transformações das normas e padrões tradicionais de desenvolvimento, com oportunidades de renovação e superação de barreiras. Todas essas transformações criam oportunidades, mas também geram desafios e dentre os mais difíceis, aparentemente, está o relacionado com o desenvolvimento regional, principalmente em função das limitações das regiões mais carentes em termos de competitividade.

Nesse contexto se insere a região Nordeste de Goiás que, com uma população de apenas 151.870 habitantes, é considerada a mais pobre região do Estado. No entanto, o cenário está se modificando e a região, saindo do marasmo econômico em que se encontrava por décadas.

O conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido em documento da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Our Common Future (1987), sintetiza uma nova ordem de integração "Desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são coerentes com o futuro assim como com as necessidades presentes" (O.M.T, 1993).

A intervenção do Estado nas diversas áreas de atuação visando à construção de uma hegemonia, tem sido uma constante desde a implantação do Programa Nordeste Novo. A busca da retomada sustentável do desenvolvimento econômico exige uma estratégia coerente

* Economista, especialista em Administração Financeira pela Cambury e em Políticas Públicas pela UFG e Gerente do Programa Nordeste Novo da Seplan-GO. e-mail: regina@seplan.go.gov.br



Regina Beatriz
Simon Yazigi *

e transparente e que não gere expectativas de soluções miraculosas. O desenvolvimento do Nordeste Goiano vem sendo firmado de forma gradativa, a partir de ações estabelecidas no Programa, planejadas dentro de um macro contexto.

A região possui dois eixos de desenvolvimento, um voltado para o potencial turístico, que é a Chapada dos Veadeiros e outro voltado para a agropecuária, que é o Vão do Paranã.

A Chapada dos Veadeiros, especialmente o município de Alto Paraíso, com divulgação constante, inclusive em nível internacional, têm provocado um aumento considerável no número de turistas na região, acarretando a busca de qualificação por parte da população economicamente ativa dos municípios envolvidos. Importante ressaltar ainda o veio turístico do Parque Estadual de Terra Ronca em São Domingos, com grande potencial de investimento.

O município de Posse, na divisa com a Bahia, é uma cidade pólo em diversas áreas, como educação e saúde e se tornou forte entreposto comercial, principalmente devido à agricultura do oeste baiano, que realiza suas transações comerciais na cidade goiana. O comércio bastante ativo gera emprego e renda a uma parcela significativa da população local.

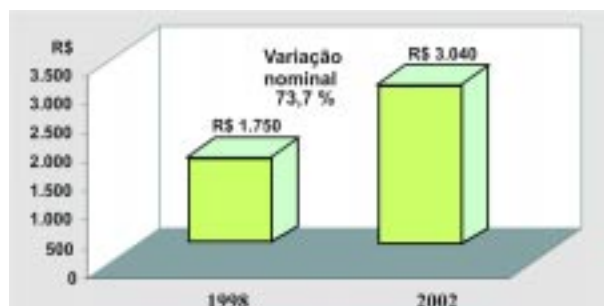
Vários fatores evidenciam os bons resultados que a região tem obtido, mas com certeza as ações que estão sendo implementadas são, na grande maioria, de efeitos de médio e longo prazo. Mesmo assim, podemos destacar alguns indicadores que nos dão uma visão interessante da nova realidade da região.

O Produto Interno Bruto da região Nordeste evoluiu de R\$ 254,9 milhões em 1998 para R\$ 460,9 milhões em 2002, crescimento nominal de



80,8% (dados preliminares). O PIB per capita passou de 1.750 para 3.040 no mesmo período, variando 73,7% contra 64,0% da média estadual.

Gráfico 1
PIB Per Capita do Nordeste Goiano
1998/2002



Fonte: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais

A população da região cresceu apenas 8,5% no período entre 1996 a 2003, portanto a análise do dado acima nos indica um aumento considerável na renda dos habitantes da região.

Considero a evolução da arrecadação de ICMS da região como um dos indicadores mais tangíveis do desenvolvimento do Nordeste Goiano. A arrecadação tem baixa representatividade em relação à do Estado (0,47% em 2003), mas nota-se um crescimento significativo nos valores verificados nos últimos anos.

Gráfico 2
Evolução do ICMS na Região Nordeste -
1999/2003

(em milhões de R\$)

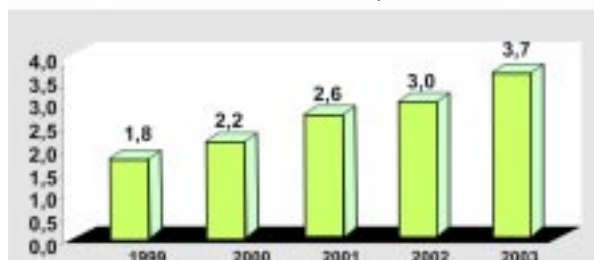


Fonte: Sefaz-GO

A arrecadação do ICMS do Nordeste Goiano cresceu 243,0% no período de 1999 a 2003, enquanto a arrecadação do Estado cresceu 105,0% no mesmo período.

Gráfico 3
Evolução do ICMS no Estado de Goiás
1999 / 2003

(em bilhões de Reais)



Fonte: Sefaz-GO

A arrecadação do ICMS em si poderia não ser um indicador ideal, caso houvesse, na região, instalação de empresas de grande porte que gerariam arrecadação de vulto, o que não acontece, a receita é proveniente de pequenas e médias empresas. A evolução da arrecadação do ICMS é verificada, principalmente, no setor de comércio e serviços, setores esses que geram emprego e renda para a população local.

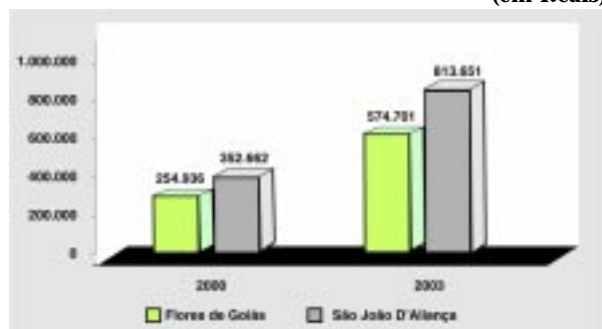
As atividades econômicas da região concentram-se basicamente no setor de serviços, representando 58,89% da economia da região, impulsionado pelo comércio varejista, sendo este constituído de pequenos estabelecimentos, mercearias, pequenos armazéns, lanchonetes e outros.

A segunda atividade produtiva da região Nordeste é a agropecuária, que participa com 31,27%. O setor agropecuário obteve, no ano de 2003, um grande crescimento no tocante à lavoura de arroz irrigado em virtude da abertura de 6,7 km do canal de irrigação do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás, passando de 7.200 toneladas em 1998, para 42.000 toneladas em 2003.

Tal incremento pode ser notado pela evolução da arrecadação do ICMS dos municípios de São João D'Aliança e Flores de Goiás, decorrente da lavoura irrigada.

A indústria representa apenas 14,2% do total da produção, atividade com pouca agregação de valor, representada por pequenos estabelecimentos ligados a setores como confecções de roupas, laticínios, padarias, fábricas de farinha de milho e de mandioca, torrefação de café e outras.

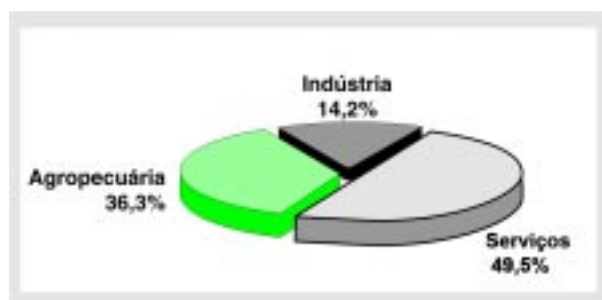
Gráfico 4
Arrecadação de ICMS nos Municípios do
Nordeste Goiano que Cultivam Arroz Irrigado
 (em Reais)



Fonte: Sefaz-GO

Como já foi dito, o Nordeste goiano é rico em recursos naturais e culturais e possui no turismo uma atividade produtiva de grande potencial de investimento.

Gráfico 5
Participação dos Grandes Setores no PIB da
Região Nordeste Goiano - 2002⁽¹⁾



Fonte: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais
⁽¹⁾ Dados preliminares

Os indicadores de resultados aqui colocados podem nos levar a previsão de significativo crescimento econômico na região nos próximos anos.

No entanto, da mesma forma que observamos o avanço na geração de emprego e renda, verificamos que alguns fatores são fundamentais para a continuidade do desenvolvimento da região. As intervenções governamentais precisam ser mais vigorosas no que se refere à infra-estrutura econômica (estrada, água e energia).

Para aumentar os investimentos privados na região, algumas medidas já estão sendo tomadas, como por exemplo, as mudanças no processo de financiamento do FCO e aumento em 100% do limite de empréstimos, para empresas que quiserem investir na região.

A região, por ter sido esquecida durante tanto tempo, possui demandas enormes em todos os setores e é uma realidade que exige atenção permanente do setor público. Sabemos que não existem recursos públicos suficientes para o atendimento de todas as ações necessárias em curto prazo, portanto, faz-se necessário o direcionamento e priorização dessas ações de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento sustentável e de forma a acelerar o processo de auto-desenvolvimento para que o Nordeste Goiano não passe a depender tanto de políticas públicas assistencialistas.

Referências

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Anuário Estatístico**. Goiânia: Seplan, 2004.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. [S.L.].

Desintermediação Financeira no Campo

Introdução

Como se sabe, no âmbito das Reformas de 1964/65, o Banco do Brasil tornou-se o principal agente do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Diante disso, a Conta Movimento, que possibilitava ao Banco sacar, a custo zero, recursos contra o Tesouro Nacional, foi um dos sustentáculos da política brasileira de crédito rural. A eliminação dessa Conta, em fevereiro de 1986, levou o crédito agrícola a depender de dotações orçamentárias específicas, o que contribuiu para a queda da oferta de Crédito Oficial para o setor, dadas as crescentes restrições orçamentárias por que passa o Estado Nacional nos últimos anos.

A atual conjuntura da economia também não tem favorecido o aumento da oferta de recursos para o setor agropecuário. Isso porque, 80% do Crédito Rural Oficial para custeio e comercialização na atualidade são oriundos dos depósitos à vista dos bancos comerciais e da caderneta de poupança rural, os quais têm seu ritmo de crescimento arrefecido por conta do alto patamar das taxas de juros vigentes na economia brasileira.

O fato é que, não obstante a importância do setor agropecuário brasileiro em nível nacional e regional, há muito, a oferta de recursos oficiais destinada a ele não é suficiente para atender toda a demanda. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as alternativas que têm se apresentado no País para estimular o aumento da oferta de recursos para o setor agropecuário por meio do desenvolvimento e do lançamento de títulos de dívida direta nos mercados finan-

* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia, Supervisor Estadual de Pesquisas do IBGE e Professor da Univero. e-mail: edsonvieira@ibge.gov.br



Edson Roberto Vieira *

ceiros e de capitais. Ver-se-á que nos últimos anos o Governo Federal trabalha com este intuito, sendo que um dos claros indicadores deste movimento é o crescimento tanto do número de contratos quanto dos valores contratados da Cédula do Produto Rural (CPR).

O artigo foi dividido em três seções. Na primeira delas, será mostrado o que é a CPR, seu modo de operação, os bens que podem ser alvo de sua emissão, bem como os agentes envolvidos no processo. Na segunda seção será abordado o desenvolvimento, por parte do Governo Federal, de novos títulos de dívida direta, que podem ser lançados nos mercados financeiro e de capitais por produtores e cooperativas agropecuárias. Na terceira e última seção, mostrar-se-á o desenvolvimento da CPR no Brasil e o aumento do número de estados que passaram a operar com a CPR, dando destaque especial ao significativo crescimento das operações com este título no Estado de Goiás.

1 - A Cédula de Produto Rural - CPR

A Cédula do Produto Rural (CPR) foi criada em 1994 no sentido de viabilizar ao produtor a comercialização antecipada ou não da sua safra, pela via mercado dos mercados financeiro e de capitais, eliminando a necessidade de captação de recursos no mercado de crédito. Os referidos recursos são captados através da comercialização direta dos títulos em leilões da Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os títulos, por sua vez, podem ser comercializados no mercado secundário como ativos financeiros, enquanto vincendos, sendo que seu preço de venda normalmente é referenciado nas cotações do mercado futuro (MENDONÇA, 2002).

Viana (2004) coloca que a CPR pode ser emitida em qualquer fase do ciclo produtivo, admitindo

como garantia o penhor cedular, a alienação fiduciária ou a hipoteca cedular. Para tanto, requer sempre a atuação de uma instituição financeira no processo. A atuação da instituição financeira, por seu turno, consiste na análise dos clientes interessados na emissão, na concessão do aval ao título e na venda do mesmo no mercado por canais eletrônicos de comercialização (Leilão e Balcão Eletrônicos) ou através de negociações diretas. O aval é concedido mediante análise do cadastro do emissor, garantias oferecidas e estudo de viabilidade do empreendimento (O QUE ...,2004).

Os emissores desse título são os produtores e as cooperativas, que obtêm o aval de instituições financeiras e se comprometem a entregar no futuro o produto, na qualidade, quantidade, em local e data estabelecidos no ato da emissão da cédula. Já os compradores podem ser quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, excetuando-se o caso de CPR Exportação, que pode ser adquirida somente por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior.

Dentre outros produtos, podem ser alvo da emissão da CPR o algodão, o arroz, o café, o cacau, a cana-de-açúcar, a cebola, a cenoura, o feijão, o mamão, o bezerro, a soja, o milho, o boi gordo e o boi magro. Em termos das modalidades de CPR existentes no mercado, salientam-se (O QUE ...,2004):

- CPR Física - a CPR Física caracteriza-se quando o emitente vende antecipadamente parcela de sua safra e se obriga a entregar, num vencimento futuro, a quantidade de produto negociada nas condições previstas na cédula.
- CPR Exportação - a CPR Exportação distingue-se pelo fato de que o emitente vende antecipadamente parcela de sua safra a um importador não residente no País e se obriga a entregar, num vencimento futuro, a quantidade de produto negociada nas condições previstas na cédula, em condições de exportação.
- CPR Financeira - no caso da CPR Financeira, o emitente levanta recursos com base em parcela de sua produção e se obriga a liquidar o título financeiramente, pelo preço ou índice de preço

previsto na cédula. A CPR Financeira subdivide-se nas seguintes modalidades:

- CPR Financeira Preço Fixo - neste caso, o preço de resgate do título (valor pelo qual a cédula será liquidada) é definido no momento da emissão do título.
- CPR Financeira Futuro BM&F - no caso da CPR Financeira Futuro BM&F, o preço de resgate dependerá da cotação do mercado futuro na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para o produto objeto da CPR, no seu vencimento.
- CPR Financeira Indicador Esalq¹ - o preço de resgate da CPR Financeira Indicador Esalq, por sua vez, dependerá de quanto o indicador Esalq/BM&F estiver apontando para o produto objeto da CPR, no seu vencimento.

Verifica-se, portanto, que o preço da Cédula do Produto Rural é formado pelo próprio mercado, que processa informações relacionadas à mesma, como, por exemplo, seu vencimento, a qualidade e condições de entrega do produto, as cotações do produto-alvo da CPR no mercado futuro e as taxas de juros. No tocante ao custo de uma CPR para o emitente, vale registrar que o mesmo consiste em um deságio financeiro (taxa de juros, que depende do mercado financeiro e do interesse dos compradores na operação) cobrado pelo comprador em função do prazo do título, somado à tarifa de serviços de CPR, cobrada pela instituição financeira, a qual varia de acordo com o produto e a fase de empreendimento (O QUE..., 2004).

A Cédula do Produto Rural apresenta vantagens tanto para o emissor quanto para o comprador. Para este último, verifica-se a garantia de abastecimento, com redução de custos de estocagens (CPR Física ou Exportação), a utilização do título como garantia (caução) para alavancar capital

¹ O Indicador de Preços Esalq é um indicador diário para o preço do boi gordo, desenvolvido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia (Cepea) da Escola de Agricultura da USP (Esalq/USP) a partir de um convênio com a BM&F. O indicador representa a média ponderada das negociações realizadas no Estado de SP, em valores à vista, referentes à arroba do boi gordo cotada em moeda nacional. Os valores a prazo são convertidos para à vista pela taxa de desconto CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

de giro e a possibilidade de retornos superiores aos retornos de várias operações disponíveis no mercado, a um baixo risco - haja vista que o título conta com o aval de uma instituição financeira. Do ponto de vista do emitente, a Cédula do Produto Rural viabiliza o planejamento eficiente de suas atividades, garante a comercialização com recebimento antecipado e a preços formados no mercado com ampla transparência, bem como a redução da incerteza e dos riscos associados ao processo de comercialização (VIANA, 2004).

2 - Novos Instrumentos de Financiamento Agrícola Via Mercado²

Em face da escassez de recursos para o setor, as indicações das políticas consubstanciadas no Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 são de que uma das estratégias do Governo Federal é aumentar as alternativas de financiamento do setor agropecuário brasileiro pela via direta do mercado. Nesta linha, foi criada uma série de novos instrumentos visando ao aumento da participação dos mercados financeiros e de capitais no financiamento agrícola.

Para atrair a poupança interna para o agronegócio, por exemplo, o Governo desenvolveu o CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio). Trata-se de um título de crédito de livre negociação, que poderá ser emitido por cooperativas, indústrias de insumos agropecuários, indústrias de processamento, armazenadores, exportadores, além de instituições financeiras e empresas de securitização de direitos creditórios. Para dar segurança à operação, o título será lastreado por recebíveis como os certificados de depósito, as notas promissórias, as duplicatas, os contratos e, especialmente, as CPR's.

Os investimentos de estrangeiros, por seu turno, deverão ser estimulados por meio da LCA (Letra de Comércio Agrícola), a qual refere-se a

² Esta seção foi elaborada tendo como fonte principal o Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 do Governo Federal.

uma espécie de commercial paper para o setor agrícola doméstico³.

O CDA (Certificado de Depósito Agropecuário) e o WA (Warrant Agropecuário), por seu turno, estão encarregados de contribuir para aumentar a liquidez dos estoques de produtos agropecuários armazenados. Os dois títulos são unidos e emitidos simultaneamente pelo depositário (o armazenador), a pedido do depositante. O primeiro diz respeito a um título de crédito representativo de promessa de entrega de produto agropecuário depositado em armazém. Já o WA constitui-se em um título de crédito que confere direito de penhor sobre o produto descrito no CDA correspondente. O produtor poderá vender o CDA como se estivesse vendendo o produto, ou levantar um empréstimo com o WA, sendo que, neste caso, seria registrado um ônus (warrant) sobre o produto na forma de um penhor. As garantias do CDA e do WA (seguro, aval bancário, etc.) serão devidamente negociadas entre o depositante e o armazenador. As negociações primária e secundária, por sua vez, serão todas feitas eletronicamente, não havendo incidência de impostos a cada negociação secundária dos títulos.

“Cada vez mais, o Governo Federal vem promovendo um movimento de ascensão das finanças diretas no setor agropecuário, em detrimento da captação dos recursos no mercado de crédito”.

Percebe-se, desta maneira que, cada vez mais, o Governo Federal vem promovendo um movimento de ascensão das finanças diretas no setor agropecuário, em detrimento da captação dos recursos no mercado de crédito. Semelhante movimento não é atributo específico do Governo atual. Veremos na seção seguinte que produtores agropecuários e cooperativas há muito já levantam recursos diretamente no mercado financeiro e de capitais, notadamente por meio da CPR.

3 - O Desenvolvimento da CPR

A extinção da Conta Movimento, em fevereiro de 1986 e o arrefecimento da capacidade de fi-

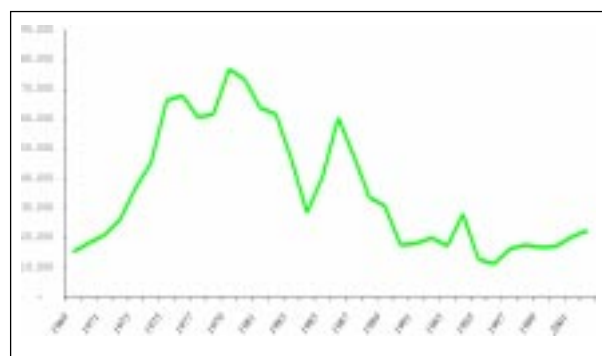
³ Embora tenha anunciado a criação deste título, parece que a idéia não está muito adiantada, pois não houve ainda um detalhamento maior de seu funcionamento por parte do Governo.



nanciamento do Estado significaram um grande golpe na concessão de crédito agrícola pelo Governo Federal. Conforme mostra o Gráfico 1, no final dos anos 1970, verificou-se uma substancial inflexão dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural. O movimento persistiu, de sorte que, a partir da segunda metade da década de 1990, o valor real dos recursos ofertados no âmbito do SNCR já era cerca de seis vezes menor do que fora quando atingiu seu patamar mais elevado em 1979.

Gráfico 1
Recursos alocados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural em Valores Constantes de 2002* - 1969-2002, Brasil

(em R\$ milhões)



Fonte: Banco Central, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, 2002.

* IGP-DI - Índice médio anual

Assim, na medida em que os recursos para o setor agropecuário tornaram-se mais escassos, por vezes, grande parte dos empréstimos agrícolas passaram a contar com encargos financeiros similares àqueles oferecidos pelo mercado em outras modalidades de financiamentos (MENDONÇA, 2002).

Esses movimentos, aliados às vantagens da CPR, acabaram por viabilizar um amplo desenvolvimento deste título no País. De 1998 a 2003, o número de contratos de CPR firmados passou de 1.462 para 29.358 e o valor total dos contratos saiu de R\$ 126.952 mil e atingiu R\$ 1.533.054 mil ao final desse período (Tabela 1).

Analisando os dados disponíveis, patenteia-se que, de fato, o ritmo de crescimento das CPR's vis-à-vis os recursos do SNCR é significativamente mais elevado. A Tabela 2 mostra que no

período 1999-2002 o valor total dos contratos de CPR cresceu dez vezes mais que os recursos do SNCR. Enquanto estes últimos cresceram 33,2% no período, o valor total dos contratos de CPR cresceu 380,6%.

Tabela 1
Cédula do Produto Rural (CPR) - Contratações totais a preços constantes de 2003*, 1998 a 2003, Brasil

Ano	Contratos	Valor (R\$ mil)
1998	1.462	126.952
1999	2.363	278.219
2000	13.293	748.853
2001	18.541	964.250
2002	21.687	1.337.190
2003	29.358	1.533.054

Fonte: Banco do Brasil (apud VIANA, 2004)

* IGP-DI - Índice médio anual

Tabela 2
Variações Anuais das Contratações Totais da Cédula do Produto Rural (CPR) e dos Recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) - 1999 a 2002

Recursos	2002	2001	2000	1999-2002
CPR	38,7	28,8	169,2	380,6
SNCR	9,7	18,8	2,2	33,2

Fonte: Banco do Brasil (apud VIANA, 2004); Banco Central, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2002.

Em termos regionais, podemos destacar notadamente o aumento do número de estados que passaram a trabalhar com a CPR e a redução da concentração do valor total das CPR's movimentado. A Tabela 3 evidencia que, em 1998, somente onze dos estados brasileiros e o Distrito Federal trabalhavam com CPR's, sendo que Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul respondiam por cerca de 90% do valor total movimentado naquele ano. Já em 2003, apenas o estado de Roraima ainda não trabalhava com o título e, conseqüentemente, a participação relativa dos quatro maiores estados neste total caiu para aproximadamente 65%.

Merece destaque especial, neste sentido, o Estado de Goiás. Conforme mostra a Tabela 3, em 1998, o estado era responsável por 6,78% do valor total das CPR's movimentado no País e figurava na quinta posição no âmbito nacional. Já no ano 2000, Goiás aumentou sua participação para

13,02% e passou para a terceira colocação, mantendo-a até 2002, quando passou para o segundo lugar, detendo 19,30% do valor total dos contratos. Com 21,7% deste total, o estado superou Minas Gerais e assumiu a primeira posição no

Brasil em 2003. Deste modo, o valor total das CPR's movimentado por Goiás saltou de R\$ 8.613 mil, em 1998, para R\$ 332.674 mil, em 2003, experimentando um aumento real de cerca de 40 vezes no período.

Tabela 3
Brasil - Cédula do Produto Rural (CPR) - Valores Contratados por Unidade de Federação
a Preços Constantes de 2003*, 1998 a 2003

UF	Valores em R\$ mil											
	2003	%	2002	%	2001	%	2000	%	1999	%	1998	%
AC	2.567	0,17	3.791	0,28	472	0,05	-	-	-	-	-	-
AM	1.100	0,07	546	0,04	466	0,05	-	-	-	-	-	-
AP	1.202	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	19.851	1,29	17.098	1,28	15.719	1,63	5.284	0,71	592	0,21	518	0,41
RO	19.058	1,24	24.104	1,80	18.555	1,92	12.054	1,61	-	-	-	-
RR	-	-	189	0,01	79	0,01	-	-	-	-	-	-
TO	10.507	0,69	8.039	0,60	10.669	1,11	9.065	1,21	-	-	-	-
NO	54.285	3,54	53.765	4,02	45.960	4,77	26.403	3,53	592	0,21	518	0,41
AL	1.427	0,09	1.518	0,11	1.350	0,14	671	0,09	-	-	-	-
BA	48.391	3,16	32.655	2,44	23.197	2,41	14.075	1,88	1.772	0,64	938	0,74
CE	5.362	0,35	7.512	0,56	2.713	0,28	278	0,04	-	-	-	-
MA	6.699	0,44	4.517	0,34	6.010	0,62	3.273	0,44	-	-	-	-
PB	1.035	0,07	906	0,07	567	0,06	-	-	-	-	-	-
PE	2.538	0,17	4.649	0,35	1.902	0,20	81	0,01	-	-	-	-
PI	4.397	0,29	1.583	0,12	964	0,10	244	0,03	-	-	-	-
RN	2.550	0,17	1.535	0,11	315	0,03	-	-	-	-	-	-
SE	376	0,02	314	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-
NE	72.775	4,75	55.188	4,13	37.017	3,84	18.621	2,49	1.772	0,64	938	0,74
ES	15.017	0,98	16.645	1,24	10.799	1,12	10.268	1,37	1.785	0,64	523	0,41
MG	299.958	19,57	326.172	24,39	265.538	27,54	249.861	33,37	105.171	37,80	53.909	42,46
RJ	2.668	0,17	2.410	0,18	869	0,09	1.046	0,14	-	-	-	-
SP	103.505	6,75	127.571	9,54	77.515	8,04	70.354	9,39	26.319	9,46	18.791	14,80
SE	421.148	27,47	472.800	35,36	354.721	36,79	331.528	44,27	133.275	47,90	73.223	57,68
PR	232.336	15,16	160.567	12,01	149.586	15,51	134.505	17,96	31.806	11,43	27.979	22,04
RS	159.668	10,42	136.563	10,21	74.010	7,68	44.379	5,93	10.596	3,81	10.553	8,31
SC	22.297	1,45	10.224	0,76	9.299	0,96	4.940	0,66	5.972	2,15	681	0,54
SUL	414.301	27,02	307.353	22,98	232.895	24,15	183.824	24,55	48.374	17,39	39.213	30,89
DF	13.250	0,86	9.434	0,71	2.712	0,28	2.188	0,29	68.919	24,77	3.080	2,43
GO	332.674	21,70	258.125	19,30	131.916	13,68	97.520	13,02	13.335	4,79	8.613	6,78
MT	101.635	6,63	70.124	5,24	35.163	3,65	33.791	4,51	5.627	2,02	1.019	0,80
MS	122.986	8,02	110.402	8,26	123.866	12,85	54.980	7,34	6.325	2,27	348	0,27
CO	570.545	37,22	448.084	33,51	293.657	30,45	188.478	25,17	94.206	33,86	13.060	10,29
Total	1.533.054	100,00	1.337.190	100,00	964.250	100,00	748.853	100,00	278.219	100,00	126.952	100,00

Fonte: Banco do Brasil (apud VIANA, 2004)

* IGP-DI - Índice médio anual



Conclusão

Sem condições de atender às crescentes necessidades de financiamento do setor agropecuário brasileiro, uma das opções do Governo Federal foi promover a desintermediação financeira no campo, estimulando o lançamento dos títulos de dívida direta já existentes por parte dos produtores agrícolas e/ou das cooperativas e trabalhando para desenvolver novos títulos, como o CRA, a LCA, o CDA e o WA.

A direção tomada agora pelo Governo não é nova no Brasil. Desde 1994, a Cédula do Produto Rural vem cada vez mais galgando posições no âmbito do financiamento da produção agropecuária brasileira. Ao longo dos últimos anos, houve aumento do número de estados que passaram a trabalhar com o título e a redução da concentração do valor total movimentado com o mesmo. Assim, muitos estados brasileiros, notadamente o de Goiás, aumentaram sua participação no volume total de recursos movimentados por meio da CPR.

Isso tudo parece sinalizar que, ao invés de buscar novos meios para aumentar a oferta de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, aos poucos, o Governo Federal vai aumentando a responsabilidade do setor privado no que tange ao crédito agrícola e reduzindo a sua. Todavia, o relativo sucesso de títulos agropecuário de dívida direta, como a CPR, não deve eximir o Governo de suas responsabilidades perante o setor agropecuário, até porque uma grande gama de agentes menores e/ou menos organizados deste setor não tem e dificilmente terá acesso aos mecanismos de financiamento via mercado.

É preciso, portanto, não apenas sedimentar a participação dos mercados financeiro e de capitais no financiamento do setor agropecuário, mas

também recuperar a capacidade de gastos do Estado, viabilizando a destinação de mais recursos para o referido setor. Certamente, isso não será feito sem que se criem condições para a redução da taxa básica de juros do País, por exemplo. De um lado, por que os juros altos tornam o serviço da dívida pública cada vez mais elevado e, por conseguinte, comprometem a capacidade de gasto do Estado, dificultando a elevação de gastos em setores importantes para o País, como é o caso do agropecuário. De outro lado, os juros altos constituem-se em um dos grandes entraves ao desenvolvimento do mercado de capitais doméstico e, conseqüentemente, de títulos de dívida direta, como os lançados pelo setor agropecuário. Com juros elevados, a atratividade dos títulos privados torna-se muito baixa vis-à-vis a dos títulos públicos, de sorte que fica muito difícil para os produtores e cooperativas agropecuárias concorrer com o próprio Estado Nacional pelos escassos recursos existentes na economia.

“Ao invés de buscar novos meios para aumentar a oferta de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, aos poucos, o Governo Federal vai aumentando a responsabilidade do setor privado no que tange ao crédito agrícola e reduzindo a sua”.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, VERSÃO 2002. Encargos financeiros praticados. Disponível em: <www.bacen.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: 17 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuária 2004/2005**. Brasília-DF: M.A.P.A., 2004.

MENDONÇA, Jackson Ornélas. **Crise no financiamento da agricultura da Bahia: uma saída possível**. Salvador-BA: SEAGRI, v.5, n.2, p.38-44, nov. 2002.

O QUE é a CPR?. Banco do Brasil, Agronegócios-e. Disponível em: <cdr.bb.com.br/cdr/cdr>. Acesso em 22 dez. 2004.

VIANA, José Aurélio Soares. **Cédula do Produtor Rural: indicador de modernização do agronegócio?** Bahia Agrícola, Salvador-BA: SEAGRI, v.6, n.2, p.49-56, jun. 2004.



Aplicação da Análise de Correspondência na Avaliação das Condições de Vida da População de Goiás



Marcelo Cardoso da Silva *

Introdução

O IBGE realizou no período compreendido entre 2002 e 2003 uma nova POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) e levantou informações relativas à estrutura do orçamento das famílias, tanto no que tange às receitas quanto às despesas, definindo assim o seu padrão de consumo. A pesquisa foi feita por amostragem, e apresentou como novidade os questionários relativos às condições de vida da população, que permitiram obter informações relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas. No caso de Goiás a pesquisa foi feita para o estado como um todo e para Goiânia.

Neste artigo serão analisados os itens relativos às condições de vida da população do Estado de Goiás e especificamente de Goiânia, tendo como objeto os dados referentes ao questionário com indagações relativas à suficiência dos recursos para se chegar ao fim do mês, que é o mais representativo de todos. Para isto, será utilizada uma técnica de análise multivariada, a Análise de Correspondência.

Análise de Correspondência

Nos últimos anos, a utilização de técnicas de Análise Multivariada tem se tornado constante nas mais variadas áreas da ciência, principalmente naquelas que lidam com um grande número de variáveis. Muito mais do que resultado de um desenvolvimento teórico, o principal condicionante para este fato é o desenvolvimento de softwares que permitem a realização de cálculos complexos.

* Graduado em Economia e Pós-graduado em Políticas Públicas pela UFG e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO. e-mail: marcelocs@seplan.go.gov.br

A Análise de Correspondência (que pode ser simples ou múltipla) é uma técnica de Análise Multivariada que busca reduzir a dimensão da cotação dos objetos que podem ser pessoas, produtos ou classes em um sub conjunto, permitindo assim representar graficamente os objetos em relação aos atributos. Desta forma é possível compreender através de meios quantitativos ou mapas, as relações entre os elementos linha e coluna em que a proximidade representa uma associação forte e o distanciamento uma repulsão.

As variáveis apropriadas para utilização da análise de correspondência, são as variáveis categóricas ou variáveis quantitativas que passaram por um processo de categorização. Para tal análise é imprescindível a utilização de softwares de análise de dados, sendo que neste caso foi utilizado o software STATISTICA da STATSOFT.

Renda familiar e dificuldade para chegar ao fim do mês

A avaliação da distribuição das famílias, pelo grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, é a mais representativa das pesquisas de condições de vida, haja vista que a renda é o meio para aquisição de uma cesta de bens e serviços, considerando alternativas de escolha, que permite maximizar a satisfação dos indivíduos, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida, dada uma restrição orçamentária.

É fundamental compreender que existe uma escala de necessidades, que começa com os meios necessários à sobrevivência indo até produtos e serviços mais sofisticados, portanto, alterações na renda pessoal ou familiar levam, em condições normais, ao consumo de produtos com elasticidade renda mais elevada. Além do mais, centros mais desenvolvidos tendem a apresentar



uma oferta maior de bens e serviços, que dado um padrão de renda e de educação, havendo impossibilidade plena de consumir os mesmos, haverá uma frustração em relação às expectativas. Daí a não existência de uma linearidade entre o aumento da renda e a facilidade de se suprir as necessidades. Outro fator que deve ser considerado, é que com a deterioração de serviços públicos de saúde e educação, a classe média viu-se forçada a buscar tais serviços na inici-

ativa privada, aumentando seus custos e portanto restringindo sua renda disponível para o consumo de outros bens.

Estado de Goiás

A pesquisa relacionada ao estado foi dividida de acordo com a situação do domicílio (urbana e rural) e por classes de rendimento, conforme a tabela 1.

Tabela 1

Estado de Goiás: Distribuição das famílias, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com rendimento monetário familiar, segundo situação do domicílio e Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar

Situação do domicílio e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar (R\$)	Total (1)	Distribuição das famílias (%)					
		Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao final do mês com rendimento monetário familiar					
		Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade
Total (1)	100,0	25,7	24,2	36,3	8,4	4,9	0,6
Situação do domicílio							
Urbana	100,0	26,1	24,1	36,4	8,1	4,7	0,6
Rural	100,0	22,5	24,3	35,5	10,4	6,6	0,8
Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar (R\$)							
C1 - Até 400(2)	100,0	46,9	28,7	20,5	2,2	1,6	0,1
C2 - Mais de 400 a 600	100,0	31,3	26,6	36,4	3,0	2,4	0,3
C3 - Mais de 600 a 1000	100,0	25,6	26,5	39,4	5,9	2,3	0,3
C4 - Mais de 1000 a 1200	100,0	25,8	18,3	43,8	6,7	5,4	0,0
C5 - Mais de 1200 a 1600	100,0	11,8	27,9	43,7	13,0	3,3	0,3
C6 - Mais de 1600 a 2000	100,0	10,8	23,5	47,4	12,9	5,4	0,0
C7 - Mais de 2000 a 3000	100,0	7,1	14,6	49,6	16,7	11,4	0,8
C8 - Mais de 3000 a 4000	100,0	7,3	16,2	38,6	28,4	8,1	1,3
C9 - Mais de 4000 a 6000	100,0	3,5	9,0	37,3	30,2	20,0	0,0
C10 - Mais de 6000	100,0	5,5	7,6	28,6	18,2	30,5	9,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclusivo as famílias sem declaração do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês.

(2) Inclusive sem rendimento.

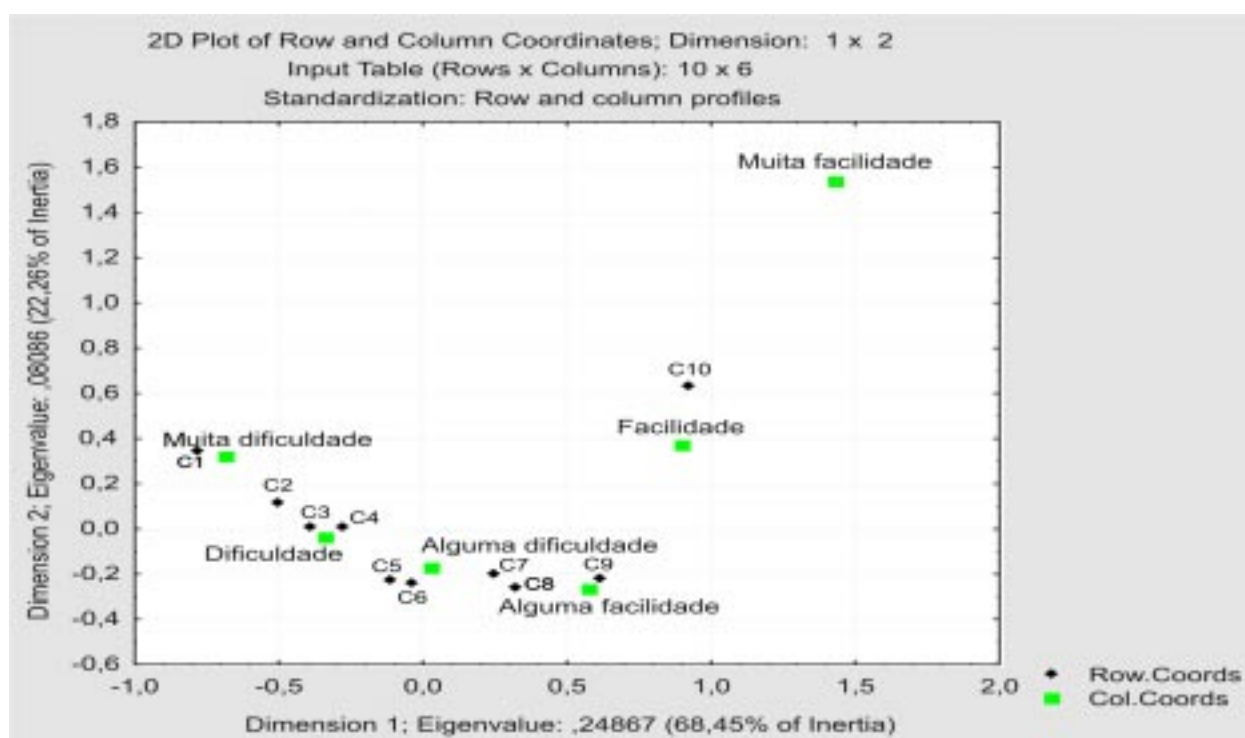
Uma primeira análise mostra claramente a predominância de pelo menos algum grau de dificuldade, não havendo diferenças significativas entre o meio urbano e o rural. Tal fato já era de certa forma esperado, pois a população brasileira tem passado nos últimos anos por uma perda relativa do seu poder aquisitivo, haja vista que embora tenha ocorrido uma estabilização dos níveis de preços, muitos dos bens e serviços, principalmente os de preços administrados,

apresentaram altos reajustes nos últimos anos, o que tem levado a uma restrição no consumo de bens e serviços que naturalmente fariam parte da cesta das unidades familiares.

Através da Análise de Correspondência (gráfico 1) é possível observar além da proximidade entre a classe e o atributo, a possibilidade de que determinadas classes possam, se mantida a atual tendência, se aproximar de outros atributos.



Gráfico 1
Análise de Correspondência - Goiás



A simples observação do gráfico1 permite deduzir que as classes de C1 a C6 estão próximas dos atributos que apresentam pelo menos algum grau de dificuldade, enquanto as classes C7 e C8 mostram-se equidistantes entre um atributo de "alguma facilidade" e de "alguma dificuldade".Embora a simples visualização forneça indicativos, uma análise mais apurada faz-se necessária, considerando os aspectos econômicos que levam a este quadro.

A classe C1, está próxima ao atributo "muita dificuldade", fato este derivado de a mesma possuir uma renda muito baixa, e de estar sendo pressionada pelos reajustes de preço dos serviços básicos. A classe C2, encontra-se em uma posição equidistante entre "muita dificuldade" e "alguma dificuldade", sendo os motivos de sua posição semelhantes ao de C1, porém sua renda um pouco mais elevada alivia sua situação, havendo a possibilidade de uma aproximação com o atributo "muita dificuldade" caso continuem os aumentos de preços dos serviços essenciais, ou ocorra uma escalada inflacionária. As classes C3 e C4 apresentam como característica a proximidade do atributo "dificuldade",o que é explicado pelos mesmos motivos das classes anteriores, e pelo surgimento de algumas necessidades que vão além dos produtos voltados à subsis-

tência, mas ainda sim é uma classe que se mostra limitada nas suas possibilidades de consumo, em decorrência de sua restrição orçamentária. As classes C1, C2 e C3, devido à sua renda limitada consomem em geral produtos e serviços básicos, ficando evidente o limitado poder de compra das mesmas. Mas dados da pesquisa da POF, indicam também que a fome não é um fator de preocupação para estas classes.

As classes C5 e C6 caracterizam-se pela proximidade com o atributo "alguma dificuldade" sendo que estas duas já consomem com alguma intensidade bens duráveis e combustíveis além de serviços como telefonia, energia elétrica, educação e saúde, principalmente a classe C6, sendo portanto esta uma consumidora de produtos com preços administrados, que são inelásticos no curto prazo. Isto implica que aumentos de preço não são seguidos por reduções proporcionais na demanda no curto prazo, dado sua impossibilidade de substituição. Com isso reduz-se sua capacidade de consumir bens de elasticidade renda elevada, daí sua relativa dificuldade com o orçamento. As classes C7 e C8 estão praticamente equidistantes dos atributos "alguma dificuldade" e "alguma facilidade", sendo fortemente pressionadas pelos aumentos dos



preços administrados, e mantida esta tendência, há uma grande chance de a classe C7 se aproximar do atributo "alguma dificuldade". São classes que também perdem paulatinamente sua capacidade de consumo de bens mais sofisticados. A classe C9 caracteriza-se por ter "alguma facilidade", sem pressões momentâneas para uma mudança de atributo, e a classe C10 caracteriza-se pela facilidade em lidar com orçamento, fato explicável pela renda elevada.

Goiânia

A cidade de Goiânia, por ser o principal centro econômico do Estado e por possuir uma economia diferenciada em relação ao restante do estado, necessita de uma análise mais cuidadosa haja vista que a cidade apresenta uma maior oferta de bens e serviços, além dos custos de transporte e moradia serem mais elevados.

Tabela 2

Goiânia: Distribuição das famílias, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as classes de rendimento Monetário e não-monetário mensal familiar

Situação do domicílio e classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar (R\$)	Total (1)	Distribuição das família (%)					
		Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao final do mês com rendimento monetário familiar					
		Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade
Total (1)	100,0	17,7	24,0	37,7	13,6	6,6	0,5
C1-Até 400 (2)	100,0	43,2	26,9	26,8	0,0	3,1	0,0
C2-Mais de 400 a 600	100,0	18,4	35,7	32,9	8,8	2,1	2,1
C3-Mais de 600 a 1000	100,0	26,9	25,0	36,4	8,1	3,5	0,0
C4-Mais de 1000 a 1200	100,0	22,0	26,0	41,2	7,8	3,0	0,0
C5-Mais de 1200 a 1600	100,0	12,8	33,0	39,2	12,6	2,4	0,0
C6-Mais de 1600 a 2000	100,0	17,0	24,7	49,6	5,7	3,0	0,0
C7-Mais de 2000 a 3000	100,0	5,4	18,4	43,1	26,6	6,6	0,0
C8-Mais de 3000 a 4000	100,0	2,1	19,9	35,9	32,9	6,8	2,4
C9-Mais de 4000 a 6000	100,0	0,0	12,8	45,8	32,9	8,6	0,0
C10-Mais de 6000	100,0	9,8	2,8	31,1	13,6	42,7	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclui as famílias sem declaração do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês.

(2) Inclusive sem rendimento.

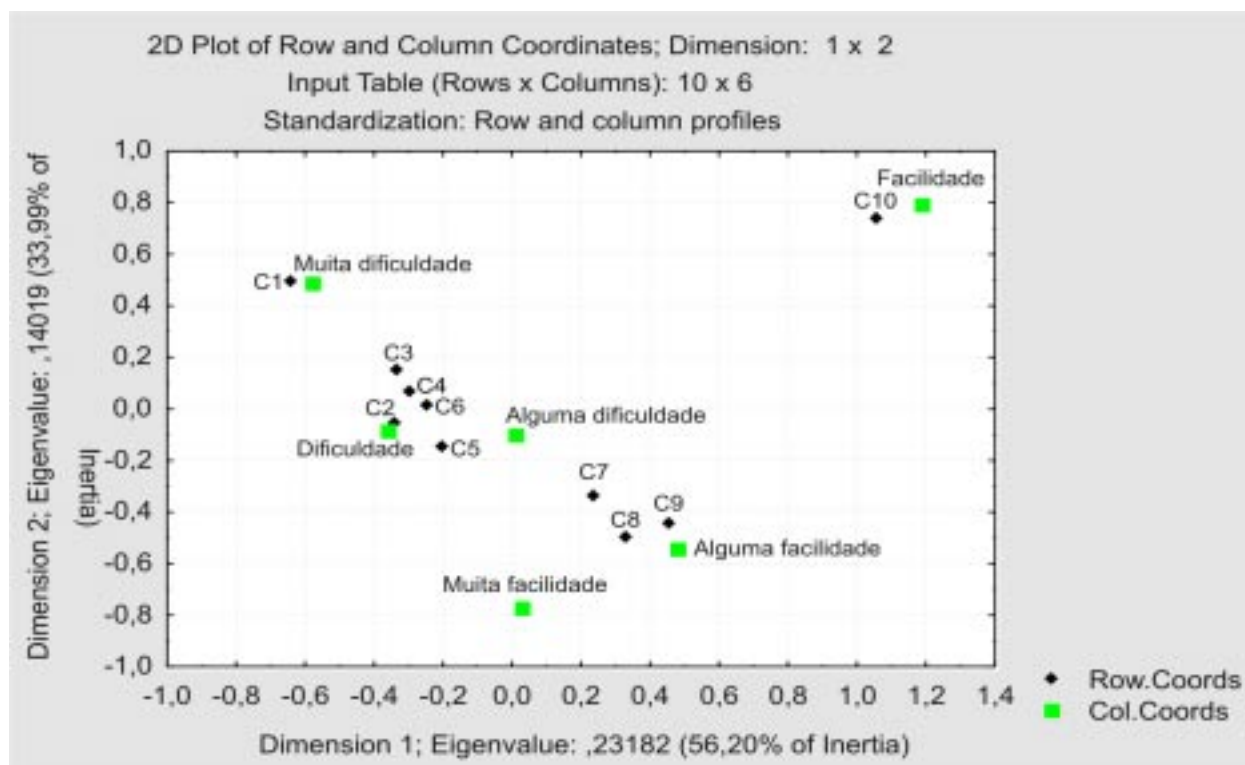
Analisando o gráfico 2, observa-se que a classe C1 também apresenta grande proximidade com o atributo "muita dificuldade", e as classes C2, C3, C4, C5 e C6 apresentam como atributo básico, "dificuldade", todas por razões semelhantes às apontadas para o estado. O caso mais relevante é justamente a classe C6, que se mostra mais afetada, dado seu perfil de consumo e pelo aumento dos preços administrados. Este é um sinal claro de que o grupo com rendimento entre R\$ 1.600,00 e R\$2.000,00 é o que vem sendo mais penalizado pelos constantes aumentos de preços relativos a combustíveis, telecomunicações, energia além dos gastos com educação e saúde. É portanto uma classe em franco processo de empobrecimento, que sofre com os constantes aumentos de bens e serviços inelásticos, sendo que a continuidade do processo levará a

mesma a reduzir cada vez mais o consumo de outros bens e serviços. As classes C7, que se encontra equidistante dos atributos "alguma facilidade" e "alguma dificuldade", e C8, com amplas possibilidades de aproximação do atributo "alguma dificuldade", já começam a vivenciar o mesmo problema, com tendência a apresentar uma situação semelhante à C6. Tal fato pode levar a um impacto negativo no comércio de Goiânia e conseqüentemente na economia local, haja vista o forte impacto do comércio e do setor de serviços no PIB local.

"Já as classes C8 e C9 apresentam como característica básica o atributo "alguma facilidade", devido a possibilidade de sua renda propiciar o financiamento de suas necessidades, já a classe C10 apresenta "facilidade", pelo fato de possuir uma renda elevada.



Gráfico 2
Análise de Correspondência - Goiânia



Conclusão

A pesquisa de condições de vida mostra que as famílias de classe média já começam a apresentar dificuldades em relação ao orçamento, fato que pode ser explicado pela necessidade que as mesmas possuem de compensar a queda na qualidade de serviços como educação e saúde, buscando adquirir os mesmos no setor privado, além de ser a maior consumidora de bens que possuem preços administrados, principalmente telecomunicações, energia e combustíveis. Sendo estes inelásticos no curto prazo, a elevação de tais preços funciona como um componente de ampliação da restrição orçamentária. Em geral, estes gastos têm um baixo efeito multiplicador na economia, diminuindo a possibilidade de realizar gastos com bens e serviços com maior potencial de geração de emprego e renda, o que também beneficiaria as classes de rendimento mais baixo. Se tal situação é grave para a classe média, é ainda mais dramática para as famílias de rendimento mais baixo, que se vêem limitadas em relação à capacidade de consumo.

Um fator que deve ser considerado é que os bens e serviços que sofreram maiores reajus-

tes de preço, são também os mais tributados, o que implica que as classes baixa e média, além de serem as que mais sofrem com tais reajustes, são também as que mais pagam tributos indiretos. Atualmente o que se observa é um estímulo à produção, através de incentivos fiscais, porém torna-se cada vez mais necessária a adoção de incentivos ao consumo, reduzindo a tributação sobre bens e serviços que incidem pesadamente sobre itens inelásticos da demanda, o que implicaria em uma diminuição da restrição orçamentária das famílias, possibilitando assim um aumento da satisfação dos indivíduos com conseqüente melhoria nas condições de vida.

Referências

CUNHA, Marcos Vinicius. Análise multidimensional de dados categóricos: aplicação das análises de correspondência em marketing e sua integração com técnicas de análise de dados quantitativos. *Revista de Administração*, São Paulo v.35, p32-50, jan/mar. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-03.

STATISTICA. Eletronic Book.



Disparidades do Desenvolvimento Econômico e Social no Estado de Goiás

Introdução

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, por meio da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, tem se empenhado para aumentar a produção de informações estatísticas em nível local que atendam demandas da própria administração pública, bem como as do setor privado.

Dentre as novas publicações lançadas, a Série Indicadores Municipais - cuja finalidade é divulgar um conjunto de índices e informações a respeito dos municípios goianos - contém um estudo que aborda as desigualdades em termos de desenvolvimento entre municípios e regiões do Estado de Goiás. Denominado Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE e Índice de Desenvolvimento Social - IDS, o estudo sintetiza indicadores municipais referentes à infra-estrutura econômica, qualificação da mão-de-obra formal, PIB per capita, educação, saúde, oferta de serviços básicos à população e rendimento por faixa salarial da mão-de-obra formal para a sua elaboração.

A metodologia de cálculo dos índices utiliza o método de escores padronizados para fazer a comparação do índice de cada município com o índice médio dos municípios do Estado, demonstrando a dispersão entre os municípios e regiões em termos de desenvolvimento econômico e social. Adverte-se

* Graduado em Matemática, Pós-graduado em Políticas Públicas pela UFG, Pós-graduando em Gestão e Políticas Públicas pela FGV, Gestor de Finanças e Controle da Seplan-GO e Gerente de Estudos Especiais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan-GO. e-mail: eudenisio@seplan.go.gov.br

** Graduado em Economia e Administração, Pós-graduado em Políticas Públicas pela UFG e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO. e-mail: marcelocs@seplan.go.gov.br

Eudenisio Batista da Silva*



Marcelo Cardoso da Silva**



que, a finalidade fundamental do estudo é assinalar disparidades de desenvolvimento e acompanhar a sua tendência por meio de uma série estatística, não cabendo interpretação dos resultados como um mero ranking de desenvolvimento. Assim sendo, os índices se prestam para subsidiar a elaboração de políticas de combate às desigualdades regionais como também para estabelecer critérios para a racionalização na alocação dos recursos públicos em prol do conjunto da população.

Distinta da concepção de que apenas os incrementos constantes do nível de renda são condições suficientes para que ocorra desenvolvimento, sem levar em consideração a distribuição de tais incrementos, a concepção de desenvolvimento empregada no estudo parte da premissa de que os resultados do crescimento econômico devem ser acompanhados de melhorias nas condições de vida da população, ou seja, devem incluir as alterações da composição do produto e na alocação de recursos pelos diferentes setores da economia de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social.

O mapa da desigualdade regional

O segundo volume do estudo, que faz referência aos dados de 2001, revela uma nítida linha divisória separando o sul do norte do estado em termos de desenvolvimento.



Mapa 1
IDE - Regiões de Planejamento



Mapa 2
IDS - Regiões de Planejamento



Acima da linha divisória estão as regiões Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do Distrito Federal, Oeste Goiano e Noroeste Goianos apresentando a maioria dos seus municípios com o IDE abaixo da média estadual (Mapa 1). Esses municípios - 110 do total dos 157 - possuem população de 1.310.830 habitantes (25,6% do total do Estado), sendo 82 com população abaixo de 10.000 habitantes, 22 entre 10.000 e 50.000 e 6 acima de 50.000 (Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Novo Gama, Formosa, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás, todos do Entorno do Distrito Federal). Esses municípios consomem 10,7% da energia comercial do estado e 4,0% da energia industrial. Contam com 17,7% dos estabelecimentos comerciais do estado e 14,6% dos industriais. A mão-de-obra formal representa 6,8% do total de trabalhadores formais do estado, sendo de 59,1% a escolaridade até o ensino fundamental e 4,9% a com ensino superior. A soma do PIB municipal desses 110 municípios totaliza R\$ 3,4 bilhões, 13,6% do PIB estadual.

Contrapondo a esse panorama, as regiões do sul do estado - Metropolitana de Goiânia, Sudeste Goiano, Sul Goiano e Sudoeste Goiano - apresentaram a maioria dos municípios com IDE acima da média estadual, 55 do total de 89. Traçando um comparativo com os 110 municípios

acima da linha divisória percebe-se uma gama de características que os distinguem. A população desses 55 municípios corresponde a 2.445.622 habitantes (47,8% da população do estado), sendo 27 com população abaixo de 10.000 habitantes, 21 entre 10.000 e 50.000, 4 entre 50.000 e 100.000 e 3 acima de 100.000 (Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Goiânia). O setor comercial concentra 60,3% dos estabelecimentos do estado, enquanto o setor industrial 60,5%. O setor industrial consome 55,5% de toda a energia industrial do estado, e o setor comercial 72,6%. Cerca de 72,7% de toda a mão-de-obra formal no estado estão presentes nesses 55 municípios, sendo que 50,6% têm escolaridade até o ensino fundamental e 13,9% possuem ensino superior. O PIB desses municípios soma R\$ 14,9 bilhões, 59,5% do total do PIB dos municípios goianos.

Utilizando-se ainda da linha imaginária para a análise do IDS e fazendo o mesmo paralelo comparativo, tem-se uma distância menor entre os municípios (Mapa 2). Ao todo são seis regiões com IDS médio acima da média estadual - as regiões com melhor IDE e também as regiões Oeste Goiano e Noroeste Goiano.

Os municípios com baixo desenvolvimento social localizados nas regiões com IDS médio abai-



xo da média estadual - Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano e Entorno do Distrito Federal - totalizam 78 do total de 98. Eles são 52 com população menor que 10.000 habitantes, 20 entre 10.000 e 50.000, 4 entre 50.000 e 100.000 e 2 acima de 100.000 (Águas Lindas de Goiás e Luziânia). Concentram 23,8% da população do estado - 1.217.894 habitantes. Cerca de 94,9% dos municípios não possuem rede de esgoto e a cobertura média de água tratada está em torno de 80% da população. Nesses municípios estão presentes cerca de 9,6% da mão-de-obra formal do estado, sendo que 89,6% recebem até 4 salários mínimos. As escolas com infra-estrutura de laboratório de informática e biblioteca somam 6,5% e 17,2% respectivamente do total de 1.573 escolas das redes pública e privada. No ensino fundamental, o total de professores com ensino médio corresponde a 77,8% e com curso superior 13,8%. No ensino médio são 57,3% dos professores com ensino médio e 42,7% com curso superior.

Nos municípios com melhor desenvolvimento social situados nas regiões de IDS médio acima da média estadual estão presentes cerca de 2.819.784 habitantes (55,1% da população estadual). Estratificando a população dos 94 municípios, verifica-se que 58 possuem população abaixo de 10.000 habitantes, 28 entre 10.000 e 50.000, 5 entre 50.000 e 100.000 e 3 acima de 100.000 (Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Goiânia). Do total de 2.417 escolas, cerca de 16,2% possuem laboratório de informática e 38,8% possuem biblioteca. Os professores que atuam no ensino fundamental com formação de curso superior representam 46,8% e com formação de ensino médio 50,8%. No ensino médio, os professores com formação de curso superior atingem 71,0% e com formação apenas de ensino médio essa proporção é de 28,8%. O percentual de municípios que apresentam rede de esgoto atinge 22,3% e a cobertura média da população com água tratada chega a 86,6%. A quantidade de mão-de-obra formal - cerca de 561.838 trabalhadores - representa 77,9% de toda a mão-de-obra formal do estado, sendo que 77,4% percebem remuneração até 4 salários mínimos.

Um fator que deve ser considerado é que mesmo nas regiões mais desenvolvidas há municípios que possuem um perfil mais semelhante ao das regiões menos desenvolvidas, o que implica que muitas políticas que são adequadas às regiões menos desenvolvidas também são válidas para estas. Um caso típico é Senador Canedo, que apesar de sua alta arrecadação de ICMS, ocasionada pela substituição tributária, apresenta indicadores econômicos e sociais abaixo da média estadual.

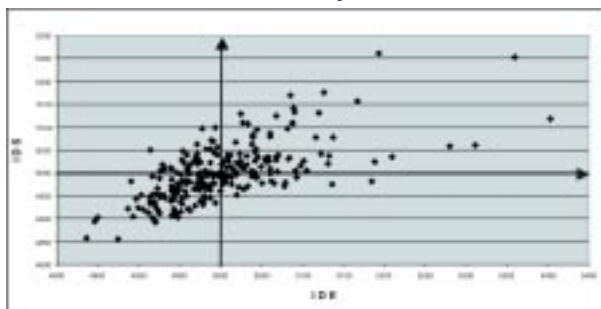
É certo que de 2001 para cá, muitas ações vêm sendo executadas no sentido de corrigir distorções e melhorar as condições dos municípios e das populações desfavorecidas. Entretanto, deve-se ter em mente que apenas com políticas compensatórias não se pode promover desenvolvimento. Ademais, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e social. Subestimar essa complexidade e as implicações desse processo significa condenar a política em seu nascedouro.

Correlação entre Desenvolvimento Econômico e Social

Analisando conjuntamente os resultados do trabalho, verifica-se uma correlação não muito forte entre o IDE e o IDS para o Estado de Goiás (Gráfico 1). Observa-se uma maior concentração de municípios próximos à origem dos eixos, um pequeno número de municípios com valores de IDE e IDS muito acima da média e também uma quantidade significativa de municípios com ambos os indicadores abaixo da média estadual, sendo estes demandantes de atuação direta do estado. Observam-se ainda, alguns municípios com alto IDE e um baixo IDS. A explicação pode ser decorrente de uma série de fatores, entre os quais o fato de um município possuir uma única indústria representativa com alta geração de renda, sem que a mesma seja apropriada pela população local, fato comum em grandes indústrias intensivas em capital ou pertencentes a setores tradicionais que empregam mão-de-obra de baixa qualificação com conseqüente baixa remuneração.



Gráfico 1
Gráfico da Correlação IDE - IDS



Fonte SEPLAN/SEPIN - Gerência de Estudos Especiais

Um fato relevante a ser considerado na abrangência dos aspectos do desenvolvimento é que há fatores contemplados como itens de desenvolvimento social, condicionados pelas melhores condições de renda, que também são fatores potencializadores do desenvolvimento econômico. Um bom exemplo é a educação, pois melhores condições econômicas com aumento de renda favorecem a manutenção de crianças na escola, ao mesmo tempo em que a educação é um fator preponderante para o desenvolvimento social. Isto nos leva a um questionamento sobre qual é a variável dependente: a econômica ou a social. Fatores que muitas vezes são considerados como sociais ao mesmo tempo em que potencializam, são potencializados pelo crescimento econômico. Municípios com melhor nível de educação, infraestrutura básica e melhores condições de saúde são nitidamente mais atrativos para investimento, porém estes fatores também são potencializados por uma renda mais elevada. Talvez esta limitação conceitual esteja ligada ao próprio conceito de o que vem a ser "social". Uma forma de contornar este problema, talvez seja evitar a utilização das expressões desenvolvimento econômico e social, substituindo-as pelo termo desenvolvimento, que deve considerar todos estes aspectos econômicos e sociais de forma conjunta, haja vista a partir de um certo patamar, a melhoria nos indicadores sociais só é possível mediante aumento da renda, que por sua vez depende de crescimento econômico, situações que se não forem observadas podem limitar os efeitos das políticas compensatórias.

Aglomeração e Desenvolvimento

A compreensão do surgimento de aglomerados é fundamental para entender o porquê do atra-

so de determinadas regiões bem como a causa do fracasso de muitas políticas públicas de desenvolvimento regional .

A aglomeração empresarial está relacionada com o agrupamento de recursos humanos e tecnológicos que propiciam o desencadeamento e a evolução do processo produtivo. Os processos de aglomeração geram forças que atraem para estes centros recursos e atividades produtivas. Porém, em alguns casos geram também forças que expulsam atividades e recursos, haja vista que a aglomeração gera para a empresa uma utilidade positiva, por contar com recursos disponíveis e abundantes a um custo menor, porém gera também desutilidades, na medida em que custos podem surgir como o aumento do valor dos salários e até mesmo ineficiências geradas pela própria aglomeração humana que ocasiona externalidades negativas. Neste caso é possível que forças levem a atividade a se deslocar parcialmente para outras áreas, dependendo dos custos e das condições de transporte. A aglomeração é uma força extremamente poderosa, mas não é impossível que elementos favoreçam a desconcentração parcial.

A ausência de condições para aglomeração é um dos maiores entraves para o desenvolvimento no Estado de Goiás. Em geral os municípios goianos são de pequeno porte, havendo grandes vazios urbanos e econômicos que dificultam a formação de pólos e o surgimento de redes hierárquicas de cidades. Geralmente são cidades com atividades econômicas similares de reduzido impacto na geração de emprego e renda.

Em Goiás o grande desafio não é combater efeitos internos de externalidades negativas da aglomeração, já que a mesma é restrita, mas criar (quando possível) condições para o processo de aglomeração em regiões menos desenvolvidas e evitar políticas que levem a provocar uma forte concentração em determinadas regiões com conseqüentes externalidades negativas no futuro .

IDE-IDS e Políticas Públicas

Antes que sejam propostas políticas públicas alguns fatos devem ser considerados. Primeiro, embora haja uma disparidade no desenvolvi-



mento econômico, as regiões da parte sul do estado não possuem aspectos que as classifiquem como ricas. Tal fato é observado quando as mesmas são comparadas às regiões mais prósperas do Sul e do Sudeste do Brasil, no que tange a valor da produção industrial, PIB per capita e potencial de consumo. Portanto, mais do que falar em descentralizar o desenvolvimento é fundamental pensar em formas de potencializar o desenvolvimento das regiões que se encontram acima da média do estado e dinamizar aquelas que se encontram estagnadas com geração de emprego e renda, mas sempre levando em consideração as restrições financeiras, sócio-ambientais, de recursos humanos ou de localização. Não se deve cair na ilusão de um estado todo-poderoso capaz de induzir o desenvolvimento a qualquer custo. Em segundo lugar é fundamental evitar retórica simplista do tipo "distribuir renda". Deve-se ter noção de que o termo distribuição de renda é puramente estatístico e mostra apenas a proporção da renda que foi apropriada por cada estrato da população - um dado "ex post". A preocupação essencial é saber se a política pública gerará renda para quem mais necessita, potencializando seu aspecto distributivo, ou para quem, contemplado com vantagens comparativas e competitivas seja auto-suficiente para atrair investimento. Políticas públicas não são neutras e a forma como as mesmas são planejadas e executadas define quem se apropriará da renda gerada e se terão impacto ou não no desenvolvimento de uma região.

Ao identificar uma localidade com indicadores desfavoráveis é comum imaginar que o problema possa ser resolvido apenas com a atração de investimentos ou estímulo às potencialidades produtivas locais. Na maioria das vezes o resultado é o fracasso, pois o diagnóstico pode detectar que a infra-estrutura é precária, a mão-de-obra é pouco qualificada, as condições de saúde são insuficientes. Quando uma situação desta é apresentada, dificilmente a indução de investimentos privados surtirá algum efeito e o máximo que poderá acontecer é beneficiar em maior escala aqueles que já possuem boas condições. Neste caso, o índice de Gini demonstra uma concentração da renda que decorre de políticas públicas equivocadas geradas pelo "projotismo" e pelo experimentalismo difuso. A prioridade das políticas públicas deve ser dada ao investimento

em fatores que permitam a melhoria das condições de vida das pessoas, como infra-estrutura, educação e saúde, além de políticas compensatórias de renda. A vantagem destas ações é que as mesmas possuem um efeito multiplicador na economia.

Considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Social, devem ser formuladas políticas públicas que priorizem as seguintes áreas:

- Investimento em infra-estrutura, haja vista que muitas regiões do estado ainda carecem de boas estradas que as liguem às regiões mais dinâmicas. Outro investimento importante está ligado à infra-estrutura urbana, que além de proporcionar melhorias nas condições de vida, são atividades que demandam grande quantidade de mão-de-obra. Várias regiões do estado ainda apresentam condições inadequadas de urbanização sem as quais a atração de investimentos privados é quase impossível.

- Investimento em saneamento básico, que além de melhorar as condições de saúde da população, também são atividades que geram um volume considerável de empregos.

- Investimento em educação, que priorize não apenas a universalização, mas fundamentalmente os aspectos qualitativos. Este aspecto é fundamental, pois nas regiões menos desenvolvidas há um quadro docente menos capacitado que nas regiões mais desenvolvidas, o que pode aprofundar a desigualdade na qualificação da mão-de-obra.

- Articulação junto ao governo federal para que a Agência ou Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, vindo a se institucionalizar, compreenda o caráter amplo do desenvolvimento e não concentre suas ações primordialmente para a produção empresarial, haja vista que para tal segmento já existem outros organismos. Para que se promova desenvolvimento, os investimentos devem ser aplicados em infra-estrutura que gere impactos positivamente na qualidade de vida e não apenas naquela voltada para empresas. Neste sentido as pessoas passam a ser o foco e não simples beneficiárias residuais do desenvolvimento.



- Utilização de indicadores na formulação de políticas públicas de modo a favorecer as localidades mais necessitadas. Para tanto, se faz necessário fixar metas para os resultados, premiando com mais recursos prefeituras que obtiverem melhores resultados e restringindo o repasse de recursos e a realização de convênios com as prefeituras menos eficientes, a fim de evitar a geração de uma indústria da miséria altamente lucrativa com a piora dos indicadores, sem incentivos para a diminuição da pobreza.

- Mudança nos critérios de distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, de acordo com indicadores, porém atrelando os gastos com educação, saúde, infra-estrutura, preservação do meio ambiente, desenvolvimento agrícola e formação de consórcios intermunicipais.

Garantindo condições básicas para uma qualidade de vida, pode-se pensar também em políticas voltadas para a atração de investimentos, considerando os seguintes aspectos:

- Orientação de incentivos fiscais fundamentados em vocações locais e voltados para atividades intensivas em mão-de-obra, elevando o efeito multiplicador na economia e formando mercado consumidor local.

- Utilização dos recursos do FCO em atividades intensivas em mão-de-obra, e focados em investimentos que possibilitem também o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, apoiando a formação de Arranjos Produtivos Locais.

- Política de desenvolvimento agrícola que leve à mudança do perfil agrícola das regiões menos desenvolvidas de Goiás, pois observa-se um considerável atraso neste setor nas regiões menos dinâmicas. Neste sentido a pesquisa e a extensão rural assumem papel determinante na promoção do desenvolvimento, o que pode ser observado pelo próprio desenvolvimento agrícola do Sudoeste Goiano, que só foi possível graças à pesquisa voltada para a produção de grãos adaptados ao cerrado.

Conclusão

A divisão norte-sul do Estado de Goiás apresentada pelo estudo indica a necessidade de

políticas de dinamização da parte norte, mas sempre considerando os fatores que levam a este quadro. Um fator que contribui para esta divisão está relacionado ao fornecimento de bens públicos e semipúblicos colocados à disposição da sociedade, que em alguns setores nem sempre foram pautados pelo princípio da equidade.

Não se pode esquecer que além das desigualdades regionais, existem as restrições orçamentárias do estado, e que escolhas e prioridades devem ser fundamentadas em princípios que levem ao desenvolvimento mais equilibrado. Os critérios para a escolha destas prioridades são determinantes para atenuar ou aprofundar estas diferenças.

Os indivíduos devem buscar sempre a maximização de sua satisfação, considerando as possibilidades de escolha que os mesmos possuem, e neste sentido, a renda passa a ser um meio para se atingir este fim. Portanto nenhuma política de desenvolvimento pode se abster de dar aos indivíduos as condições necessárias para que os mesmos possam buscar atingir seus objetivos. Daí a necessidade de priorizar não um ente abstrato que é a região, e sim os indivíduos que nela habitam. Para tal é fundamental que indicadores sejam não apenas o parâmetro, mas também o mecanismo de avaliação de efetividade destas políticas, sempre levando em consideração as condições de aglomeração, as potencialidades locais e a necessidade do desenvolvimento humano.

Referências

FUJITA, M., KRUGMAN, P., VERNABLES, A. J. **Economia Espacial - urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista de Oliveira. Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5,n.2,p 37-48, mai/ago. 2002.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Índice de desenvolvimento econômico - IDE e índice de desenvolvimento social - IDS dos municípios goianos: 2001**. Goiânia: SEPLAN, 2005. 90 p. (Indicadores Municipais)



O Desempenho da Economia Brasileira em 2004 Repercutiu Sobre as Negociações Salariais

Por este cenário, em 2004, poucos analistas da economia esperavam: o PIB cresceu, o desemprego reduziu e a produção da indústria atingiu níveis históricos. De janeiro a setembro, o PIB - Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país no ano - cresceu 5,3% em relação aos nove primeiros meses de 2003. Só no terceiro trimestre do ano passado a expansão foi de 6,1%, o melhor resultado desde 1996.

Segundo relatório da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, órgão ligado à ONU - a economia brasileira deve crescer mais de 5% em 2004, o melhor desempenho em dez anos de Real. No entanto há que se ponderar que o Brasil teve crescimento maior no ano de 2003 porque vinha de dois anos de resultados "pífios" em termos de crescimento do PIB, e agora, o país recuperou patamares alcançados anteriormente.

O fato é, a recuperação econômica e os reflexos positivos no mercado de trabalho repercutiram no melhor poder de barganha dos trabalhadores. As categorias profissionais que negociaram reajustes salariais em 2004 alcançaram significativos avanços.

Mercado de Trabalho

O Brasil produziu mais em 2004. Para suprir a demanda interna e externa, abriu mais postos de trabalho. O desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu para 9,6% da população economicamente ativa em dezembro, com variações significativas tanto em relação a novembro (12,0%) quanto a dezembro de 2003 (10,9%). Em 2004, a taxa média de desocu-

* Economista e Supervisora Técnica do DIEESE em Goiás.
leila@dieese.org.br



Leila Brito *

pação pela PME atingiu 11,5%, o nível mais baixo nos últimos três anos, segundo dados da PME/IBGE- Pesquisa Mensal de Emprego, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que considera a mão-de-obra formal e informal. A PME indica que o número de pessoas contratadas nos grandes centros aumentou 0,1% em dezembro, e chegou a 19,498 milhões de ocupados, patamar 3,2% acima do verificado no mesmo mês de 2003. O mercado de trabalho apresentou desempenho positivo, ainda que, bem aquém das necessidades de ocupação da População Economicamente Ativa no país.

Pelos dados CAGED/MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego foram criadas 1.523.276 mil novas vagas formais em 2004, o que representou uma elevação de 6,55% no estoque de emprego formal no país. Goiás, segundo a mesma fonte, elevou o seu estoque de emprego formal em 37.253 vagas.

Embora o ritmo da expansão de contratações formais tenha desacelerado a partir de setembro, a tendência é que a abertura de novas vagas continue, sobretudo pelo bom desempenho de algumas áreas no interior país. A Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo SEADE/DIEESE, em seis Regiões Metropolitanas que também leva em consideração trabalho formal e informal, com metodologia mais ampla que inclui o desemprego por trabalho precário e por desalento¹, apontam para taxas que variou de

¹ Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



14,8% em Porto Alegre, 17,2% em Belo Horizonte, 17,6% em São Paulo, 19,16% no Distrito Federal, 22,7% no Recife e 25% em Salvador, em relação a outubro de 2004.

Do ponto de vista do desempenho dos setores econômicos, a indústria brasileira foi o desta-

que de 2004 na geração de empregos no país. Dados do CAGED revelam que a indústria gerou um saldo (diferença entre contratações e demissões) de 504.610 empregos formais com carteira assinada, em 2004, o que representa elevação de 9,36% em relação ao ano anterior (tabela 1).

Tabela 1
Brasil: Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica - 2004

Atividade Econômica	Dezembro/2004				Ano de 2004			
	Total			Variação no mês (%)	Total			Variação no mês (%)
	Admis.	Deslig.	Saldo		Admis.	Deslig.	Saldo	
Extrativa mineral	2.610	2.816	-206	-0,14	40.357	30.020	10.337	7,39
Ind. Transformação	124.185	235.922	-111.737	-1,86	2.512.042	2.007.432	504.610	9,36
Serv.ind.util.pub.	3.292	4.253	-961	-0,32	47.204	42.638	4.566	1,55
Construção civil	60.535	95.880	-35.345	-3,00	1.005.910	955.147	50.763	4,66
Comércio	219.568	208.657	10.911	0,20	2.639.535	2.235.595	403.940	7,86
Serviços	269.250	335.531	-66.281	-0,67	3.767.385	3.297.262	470.123	5,06
Admin. Pública	1.954	24.863	-22.909	-3,35	72.036	72.418	-382	-0,06
Agropecuária	44.414	169.938	-125.524	-8,63	1.211.892	1.132.618	79.274	6,34
Outros	11	52	-41	-32,54	135	90	45	115,38
Total	725.819	1.077.912	-352.093	-1,40	11.296.496	9.773.220	1.523.276	6,55

Fonte: CAGED/MTE
Elaboração: DIEESE

No mesmo período, o setor de serviços registrou um saldo de 470.123 postos de trabalho, seguido pelo comércio (403.940), setor agrícola (79.274), construção civil (50.763), enquanto a administração pública apresentou saldo negativo (-382).

Pela PME/IBGE, a indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água, era responsável em novembro, por 17,7% da população empregada, o que representa um aumento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2003.

Apesar das boas notícias, a maioria dos brasileiros pouco ou quase nada percebeu dos efeitos do crescimento econômico. Em que pese um índice de um dígito em dezembro, verifica-se ainda uma taxa de desemprego em patamar elevado. O rendimento médio do trabalhador oscilou durante o ano. Registrou em dezembro uma média de vencimentos de R\$ 895,40 contra R\$ 912,26 em novembro. Se comparado a dezembro de 2003, a população ocupada elevou seu rendimento em apenas 1,9%, o que pode estar relacionado a abertura mais intensa de vagas em áreas de baixa remuneração, como o comércio e alguns setores da indústria voltados para o mercado interno.

Somente os ocupados sem carteira assinada tiveram maior recuperação em seus rendimentos (4,9%), via de regra os mais baixos do mercado. O brasileiro em sua maioria teve crescimento inexpressivo ou queda da renda.

Negociações Salariais

A situação econômica favorável com reflexos positivos no mercado de trabalho repercutiu no melhor poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores. As categorias profissionais que negociaram reajustes salariais em dezembro 2004, alcançaram avanços significativos, embora parte dos acordos esteja abaixo das reivindicações apresentadas.

Estudo do DIEESE sobre as negociações dos acordos e convenções coletivas realizadas no primeiro semestre de 2004, apontou o ano como o melhor em termos das negociações salariais desde 1996, quando o Departamento realizou o primeiro balanço das negociações coletivas.

No primeiro semestre do ano de 2004, 79,4% das categorias levantadas (262) obtiveram reajustes iguais ou superiores ao INPC/IBGE- índice oficial usualmente apresentado nas mesas



de negociação, entre as categorias assalariadas. Dentre os acordos e convenções levantados pelo DIEESE, 47,3% das categorias obtiveram índices além da inflação do período negociado. Os reajustes obtidos pelos trabalhadores assalariados proporcionais ao INPC/IBGE totalizaram 32,1%, enquanto 20,6% conseguiram reajustes inferiores a inflação integral do período.

Tabela 2
Brasil e Goiás: Distribuição de acordos salariais em comparação com o INPC-IBGE - 2004

Variação	Brasil		Goiás	
	Nº	%	Nº	%
Acima do INPC	124	47,3	5	50,0
Igual ao INPC	84	32,1	3	30,0
Abaixo do INPC	54	20,6	2	20,0
Total	262	100,0	10	100,0

Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE

Em Goiás, do total de 10 acordos e convenções coletivas negociadas e acompanhadas pelo DIEESE, no primeiro semestre de 2004, 50% tiveram suas remunerações reajustadas por índices superiores ao INPC/IBGE, 30% obtiveram reajustes iguais ao INPC/IBGE e somente 20% tiveram reajustes abaixo da variação média de preços medida pelo INPC/IBGE.

Do total dos setores econômicos levantados, 50% das suas categorias alcançaram reajustes superiores ao INPC/IBGE, sendo que somente no setor de serviços foram registrados reajustes inferiores à variação média de preços em 50% das categorias do referido setor.

Segundo avaliação de analistas da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, e da Escola de Pós-Graduação da FGV "o crescimento no ano corrente deverá ser impulsionado pela participação balanceada de diversos segmentos" o que indica o melhor desempenho do mercado interno e demandará mais vagas no mercado de trabalho, proporcionando uma recuperação da renda.

No entanto, o desempenho na economia brasileira dependerá de alguns fatores, como os investimentos e o câmbio. A ação política do Governo Federal deve se direcionar ao suporte logístico visando a ampliação da capacidade produtiva do país e consequentemente dos investimentos. Além disso, a situação internacional requer atenção, uma vez que, os elevados déficits fiscal e em conta corrente dos Estados Unidos devem continuar afetando a cotação do dólar e ainda influenciar o FED - Banco Central Americano - a mudar a condução de sua política monetária, repercutindo negativamente nos países emergentes como o Brasil.

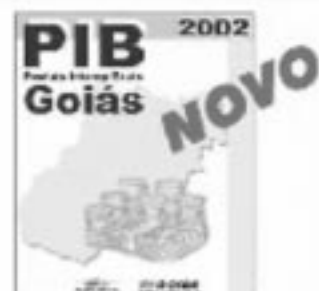
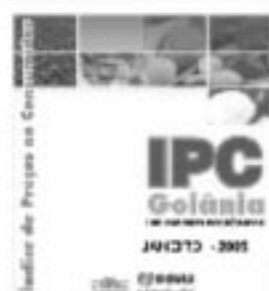
Referências

- CEPAL - Documento Informativo de Balanço Preliminar das Economias da América latina e do Caribe. 2004.
- DIEESE, Balanço das Negociações, 2004.
- FGV - Escola de Economia.
- IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego - PME Dezembro/2004.
- Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED - Dezembro/2004.



Visite o site da Seplan e conheça nossas publicações

DESTAQUES



Acesse <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>



Email: conjuntura@seplan.go.gov.br

SEPLAN
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOIÁS

Um Estado melhor a cada dia



Sepim
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

